

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA  
CENTRO DE ESTUDOS EM SAÚDE DO TRABALHADOR E ECOLOGIA HUMANA

**As dramáticas do uso de si de jovens mães trabalhadoras:  
cartografias do trabalho em insuspeitáveis territórios**

Autora: Suyanna Linhales Barker

Orientadora: Jussara Cruz de Brito  
Co-orientadora: Maria Elizabeth Barros de Barros

Tese de Doutorado  
Rio de Janeiro  
Junho de 2005.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA  
CENTRO DE ESTUDOS EM SAÚDE DO TRABALHADOR E ECOLOGIA HUMANA

**As dramáticas do uso de si de jovens mães trabalhadoras:  
cartografias do trabalho em insuspeitáveis territórios**

Tese apresentada por Suyanna Linhales Barker, ao Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, para obtenção do Grau de Doutora, em junho de 2005.

Banca Examinadora

Orientadora:

Dr<sup>a</sup> Jussara Brito

Examinadores:

Dr<sup>a</sup> Marisa Lopes Rocha

Dr<sup>a</sup> Claudia Osório da Silva

Dr<sup>a</sup> Karen Giffin

Dr<sup>a</sup> Vanda D'Acri

Suplentes:

Dr<sup>a</sup> Carmen Ildes Froes Asmus

Dr<sup>a</sup> Lúcia Rotenberg

## AGRADECIMENTOS

Às mulheres jovens que participaram desta pesquisa-intervenção e a todas as outras com as quais tive a sorte de trabalhar e de compartilhar a vida cotidiana. Estes encontros mudaram minha posição em relação à vida cotidiana e ampliaram minha capacidade de inventar mundos. Obrigada!

Ao Gary, meu companheiro querido, que sempre acredita que posso realizar todos os meus sonhos. Sem seu apoio eu teria tido menos coragem de desejar ser mãe e doutora ao mesmo tempo.

Aos meus pais, trabalhadores incansáveis e felizes. Quanto orgulho eu tenho hoje, por ter aprendido, com o exemplo de vocês, como reconhecer no meu trabalho e nos dos outros, aquilo que dá prazer.

À Meily e à Ilana, irmãs-amigas que compartilham comigo o desvendamento do enigma da minha atividade de mãe-trabalhadora.

À Jussara Brito, por me mostrar que o saber e o sabor podem conviver juntos e que, aliás, quando convivem aguçam nossos sentidos. Jamais esquecerei a orientação na cozinha do apartamento em Aix-in-Provance.

À Beth Barros, por me fazer acreditar em fadas madrinhas, absolutamente inteligentes, generosas e bonitas. Toda vez que nos encontramos, minha vida se expande.

À Carmen Raymundo, irmã para além do DNA. Pura sintonia energética que enche minha vida de possibilidades e alegrias.

À Kátia Santorum, figura generosa que põe em funcionamento *modos acadêmicos não competitivos de viver* e com quem tenho o prazer de compartilhar a trajetória do doutorado. Sem falar do chimarrão é claro.

À Susana Silva, por ter partilhado comigo os afazeres de casa e com a Nina, me dando o tempo necessário para me dedicar a este estudo.

À Equipe do Programa de Saúde do Trabalhador, do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente, Maria Helena Ruzany, Carmen Froes Asmus, Carla Pepe, pelo apoio incondicional e a generosidade com que acolheram meu desejo de pesquisa-intervenção.

À Nina, minha doce filha, tão diferente, e ao mesmo tempo tão parecida. Esta tese eu dedico a você, que comigo vem inventando um encontro mãe-filha como potência de afirmação dos possíveis.

*Conta a mitologia Grega que a Deusa Métis foi a primeira mulher de Zeus. Representava a inteligência astuta e as formas de conhecer da intuição: perspicácia, sagacidade, previsão e vivacidade. Possuía uma inteligência rica em modos afetivos e elementos mágicos. Zeus devorou-a quando estava grávida de Atena, com medo de que ela tivesse um filho homem que o destronaria. Atena nasceu mesmo assim, saída da cabeça aberta de Zeus, resultado de uma enxaqueca que quase o matou. Tornou-se sua filha favorita. Atena, filha de Métis, tinha mais méis que os demais deuses. É ela que, entre outras coisas, inventa o arado que doma a terra antes da sementeira e do cultivo. É uma deusa que imprime o méis dos deuses à matéria criada, que pode ser vista como a matéria astuta da própria potência grega. E segundo Christophe Dejours: “Caracterizar a inteligência mobilizada frente ao real (àquilo que se faz conhecer por sua resistência ao domínio dos saberes e do conhecimento disponíveis) é apelar a uma teoria da inteligência prática do trabalho. Essa forma de inteligência foi identificada e tematizada pelos gregos como méis, que é etimologicamente o núcleo do termo métier. [...] Ela é mobilizada frente a situações inéditas, ao imprevisto, frente a situações móveis e cambiantes. [...] Sua competência é a astúcia. Ela está fundamentalmente enraizada no engajamento do corpo, que funciona graças a uma espécie de mimetismo com as exigências da tarefa, que remete, bem precisamente, à utilização da sensibilidade [...]. É inventiva e criativa”.*

## RESUMO

Este estudo enfoca o trabalho de jovens mães moradoras de espaços populares na cidade do Rio de Janeiro. Com o objetivo de compreendê-las melhor, analisamos a problemática do trabalho de mulheres em tempos de reestruturação produtiva com ênfase no debate acerca do trabalho de jovens e de crianças, com destaque para o trabalho precoce feminino. Somamos a esta discussão a articulação entre o trabalho precoce e a reprodução. A seguir desenvolvemos um procedimento de pesquisa-intervenção junto a um grupo de mulheres jovens com histórias de trabalho e de gravidez na adolescência que freqüentavam um centro cultural comunitário em uma favela da cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa objetivou cartografar suas atividades de trabalho procurando estar atento aos seus efeitos e à forma como a dinâmica saúde-doença se apresenta para este grupo. O referencial teórico-metodológico adotado compreendeu pressupostos da análise institucional, da teoria da produção de subjetividade, da ergologia e da clínica da atividade. Foram realizados grupos de discussão semanais, por um período de seis meses, que abordaram temas relacionados à juventude em situação de trabalho e à experiência da maternidade. A cada encontro o grupo produziu material gráfico e discursivo que foi registrado e usado posteriormente na análise dos dados. Como resultados do estudo tem-se: (1) Constatação de que a discussão da questão do trabalho, entre mulheres jovens, moradoras de espaços populares e com história de gravidez na adolescência, não aparece de forma espontânea, necessitando a construção de uma metodologia específica. (2) A constituição do grupo “A Favor Delas” - que acontece durante a elaboração da cartilha e que segue em atividade após o período da pesquisa e intervenção - revelou o caráter coletivo do trabalho das jovens mães. (3) A análise do real da atividade de trabalho para mulheres chefes-de-família apontou a falta de tempo para a qualificação formal e o acúmulo de habilidades aprendidas e não reconhecidas socialmente. (4) A identificação da premência do trabalho imaterial para as mulheres pobres, tanto nas atividades de reprodução social como nas atividades ligadas ao trabalho desqualificado, típico da trabalhadora jovem das camadas populares. (5) O sentido singular da maternidade para classe popular que muito se assemelha ao reconhecimento social do trabalho produtivo. (6) A análise dos processos de impedimento das atividades de trabalho desejadas como fonte de sofrimento, tanto no trabalho produtivo como no trabalho de reprodução social.

Palavras-chave: saúde do trabalhador, gênero, subjetividade.

## **ABSTRACT**

This study focuses on the work of young mothers in low income areas in Rio de Janeiro. With the objective of understanding their realities, we first analyze the work of women in a restructuring workforce and then discuss the issue of child and youth labor, with particular attention to the work of young women. Finally, we introduce a discussion regarding the interface between early work and reproduction, with the previous themes woven throughout. Next we describe the methodology of research and intervention carried out with a group of young women (all adolescent mothers) who participated in a cultural center in a favela in Rio de Janeiro. The research sought to design their work activities with particular attention to the effects of this work and the way that the health-illness dynamic emerged in this group. For this, our theoretical and methodological base included institutional analysis, the theory of the collective assemblage of subjectivity, ergology and the clinic of activity. Weekly discussion sessions were carried out for six months, focusing on themes related to young people's work and maternity. In each meeting, the group produced graphic and discursive material that was recorded and subsequently used for analysis. The results of the study include: (1) confirmation that the discussion of the question of work among young women, residents of low income neighborhoods and with a history of adolescent pregnancy, does not spontaneously appear, thus requiring the construction of a specific methodology to promote this discussion; (2) the formation of a group – which they called “On Their Behalf” and which happened while developing the brochure – shows the collective nature of young mothers' work; (3) the analysis of the realities of young working mothers (who were heads of households) found a lack of time for formal job training and an accumulation of learned abilities that are not socially recognized; (4) the identification of prominence of immaterial work (caregiving activities) for low income women, both in their social reproduction roles as well as those in their low-skilled work activities, as is typical of low income young women; (5) an analysis of the processes that impede their attainment of their vocational desires was found to be a source of stress and frustration, both in their productive (out-of-home) work as well as their social production.

Key-words: occupational health, gender, subjectivity

## SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 – O contexto do trabalho precoce feminino	15
1.1 O trabalho de mulheres em tempo de reestruturação produtiva	16
1.2 O trabalho de crianças e jovens que vivem com mulheres que trabalham	22
1.3 O trabalho precoce interpelado pela reprodução	26
1.4 Desafios para o campo da saúde do trabalhador	30
Capítulo 2 – As ferramentas conceituais de análise	34
2.1 Jovem mãe trabalhadora enquanto subjetividade produzida	35
2.2 Jovem mãe trabalhadora enquanto subjetividade produzida na atividade	42
Capítulo 3 – A história do trabalho de campo	57
3.1 Primeira fase – Inaugurando a discussão da questão do trabalho.	60
3.2 Segunda fase – Constituindo um grupo de jovens mães para discutir trabalho	62
3.3 Terceira fase – Constituição final do coletivo de jovens mães.	67
3.4 Quarta fase – As entrevistas individuais e o movimento de ocupação do centro comunitário.	77
3.5 Breve biografias de seis jovens mães trabalhadoras.	81
Capítulo 4 – Algumas dramáticas e seus usos	88
4.1 “É melhor abandonar do que ser demitida”	89
4.2 Elaborando sofrimentos e prazeres no trabalho	93
4.3 A experiência do trabalho atravessada pelo viés da desqualificação formal.	98
4.4 “Cuidar de filho é ou não é trabalho”	101
4.5 Nos limites do possível: a busca por um trabalho digno.	105
4.6 Os usos das dramáticas na produção de conhecimento.	109
Considerações finais	114
Referências Bibliográficas	119
Anexo I	128
Anexo II	129
Anexo III	130

## INTRODUÇÃO

*“Pois trata-se verdadeiramente de um risco, de se encontrar em perpétuo desequilíbrio. É difícil, é mesmo francamente incômodo para uma prática profissional: trata-se de resistir à tentação de se refugiar na denúncia geral, de conceitualizar precocemente para, ao contrário, respeitar sempre as situações concretas; trata-se de recusar reduzir, de imediato, a riqueza das situações para que elas entrem, à força se for preciso, nas categorias preestabelecidas das disciplinas; isto significa, conseqüentemente, aceitar as histórias sempre singulares – ‘as dramáticas do uso de si’, como diz Yves Schwartz, evocando o desconforto intelectual daquele que aceita levá-las a sério. Não, não é fácil.” (Jacques Duraffourd)*

Lançar um olhar curioso sobre os acontecimentos e vivenciá-los como enigma. Dar visibilidade às questões onde elas parecem não estar. Eis o escopo principal desta tese. Isso se deve ao fato de que as atividades desempenhadas por mulheres jovens, que são mães e moram em espaços populares, não são, inúmeras vezes, qualificadas como trabalho, nem por elas nem pelos outros. Entretanto, ao nos questionarmos sobre como aquelas jovens mães – sem companheiro fixo, oriundas de famílias pobres, vivendo num país com um sistema de seguridade social tão precário como o nosso – sustentavam seus filhos, acabamos encontrando o trabalho, melhor dizendo, diversas atividades de trabalho, as mais inusitadas possíveis. Encontramos também muitos dilemas, conflitos sobre quais atividades de trabalho violariam quais valores e em quais circunstâncias. Verdadeiros dramas ou, como mais tarde, com a ajuda do pensamento ergológico, optaríamos por chamar: verdadeiras dramáticas.

Ao mesmo tempo em que os encontros com as histórias singulares das jovens mães trabalhadoras davam forma ao que antes parecia vazio, percebíamos o silêncio da produção acadêmica sobre esse modo subjetivo de viver. Não que tais mulheres estivessem sendo ignoradas nas pesquisas e nas políticas públicas, elas só não eram pensadas necessariamente como trabalhadoras. Ora vistas como mães, ora vistas como pobres, ora vistas como jovens, elas estavam na literatura e nos programas de intervenção como um grupo que necessitava de ajuda para poder trabalhar, não como trabalhadoras em si, já inseridas em alguma lógica de produção e trabalho. Mas elas contavam as histórias das coisas que faziam para sobreviver – histórias que dispararam este estudo que aqui apresentamos.

Esta produção segue o fluxo ético-estético-político que venho<sup>i</sup> buscando imprimir ao longo do meu percurso profissional e que toma uma rota singular no encontro com as jovens mães trabalhadoras. Desde o início dos anos 90, desenvolvo uma prática como psicóloga e pesquisadora junto à equipe da Atenção Primária (ATPri) do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (Nesa), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). No trajeto deparei-me muitas vezes com um desconforto típico daqueles que se deixam levar pelas paixões. Ainda me lembro da primeira vez em que subi num dos morros cariocas e senti a diferença entre o que eu conhecia de pobreza e aquelas novas configurações de espaço popular. Pelo fato de ter nascido, crescido e me formado no Espírito Santo, meu devir-estrangeira tonalizou aqueles primeiros encontros.

Naquela época o Nesa começava a implantar a Atenção Primária, e os objetivos eram claros: prevenir agravos e promover a saúde de jovens moradores de espaços populares. Para tanto, organizamos um Ambulatório Avançado num dos morros cariocas, desenvolvemos redes intersetoriais, promovemos campanhas, fizemos visitas domiciliares, trabalhamos com equipes multidisciplinares, distribuimos preservativos, exatamente como propunha a política pública de saúde para a juventude (Brasil, 1996). Ao mesmo tempo em que seguíamos o prescrito, fomos retrabalhando, no cotidiano, e assim nos defrontando com os acontecimentos singulares àquela experiência. A partir de um estudo epidemiológico que realizamos (Nesa, 2001), percebemos que aquele espaço popular não separava os problemas da juventude dos de outras faixas etárias, como nós fazíamos. Descobrimos o fato ao optarmos por construir o estudo de forma participativa – as informações importantes para aquele espaço popular foram demandadas por lideranças comunitárias, que, ao mesmo tempo, nos auxiliaram a colocar as perguntas do estudo em uma lógica linguageira própria deles.

Ao final do estudo, encontramos as doenças respiratórias como as grandes vilãs, no lugar da gravidez indesejada, e os problemas relacionados com a coleta de lixo como mais graves do que a distribuição de preservativos. Outra surpresa foram os dados de acidentes por causas externas, com maior incidência de *ferimentos cortantes pelo próprio ou não*, o que nos fez questionar situações de acidentes de trabalho no domicílio. Havia também um grande contingente (48%) de jovens entre 15 e 19 anos trabalhando fora de casa (Nesa, 2001), trabalhadores ignorados até então por nós, em nossas ações de saúde.

Paralelo ao estudo quantitativo, desenvolvi um outro, qualitativo, que buscou delinear possíveis relações entre espaço popular, violência e produção de subjetividade juvenil (Barker, 1994). Estava especialmente interessada nos jovens que não se envolviam com o tráfico de drogas, queria dar visibilidade a uma condição juvenil que escapava ao destino da violência gerada por questões de segurança pública. Tanto o estudo quantitativo como o qualitativo nos propiciou a oportunidade de desvendar enigmas e ampliaram nossa perspectiva sobre o que pensávamos dos jovens moradores de espaços populares. Concomitantemente às pesquisas, mantínhamos o atendimento no Ambulatório Avançado e nos afetávamos com as histórias de vida e trabalho daquela população.

Nosso interesse pelas questões relativas ao trabalho e os dados dos estudos iniciais que realizamos fomentaram a implantação do Programa de Saúde do Trabalhador Adolescente – PSTA/ATPri/Nesa, que nos últimos 10 anos vem criando um modelo de atenção integral à saúde do trabalhador adolescente, baseado em assistência, pesquisa, ensino e extensão. No princípio deste trabalho, nossa preocupação foi a de fazer visível o fato de que adolescentes e jovens também trabalham e que, por conseguinte, estão expostos a riscos à saúde diferentes daqueles relativos à sexualidade e à violência, que representam campos hegemônicos de preocupação para com a população jovem. Para implementar nossa proposta, sensibilizamos e formamos diferentes profissionais de saúde para que incluíssem em suas anamneses perguntas sobre trabalho e sobre as condições em que este se processava. Tivemos no Estatuto da Criança e do Adolescente um grande aliado, que, além de cunhar a noção de trabalho protegido, também especificou a diferença entre o trabalho da criança e do adolescente.

A proposta de estudo que me levou a fazer o doutorado é o resultado dessa experiência no Nesa, especialmente com adolescentes do sexo feminino. No estudo estendi um olhar para mulheres jovens, mães e moradoras de espaços populares, e focalizei os sentidos da atividade de trabalho que ali eram produzidas buscando entender como a reprodução e o trabalho interagiam na configuração de um quadro de saúde/doença. Diversas vezes, na nossa prática, escutamos os desafios enfrentados por essas mulheres para criar os filhos. Muitas vezes as vimos pelos becos do morro com suas crianças pequenas, as toalhinhas

para limpá-las no ombro e uma vontade grande de conversar. Sempre com uma pergunta para fazer, sempre querendo informação.

A escolha pelo trabalho juvenil feminino teve o intuito de pôr em discussão a necessidade de redimensionamento das análises realizadas nos estudos sobre saúde/doença/trabalho juvenil. A construção do estudo esteve orientada no sentido de dar visibilidade ao que, como dissemos anteriormente, não é sequer observado e/ou experimentado como trabalho. Assim, as atividades de trabalho executadas por jovens mães são abordadas aqui com suas peculiaridades de excluído socialmente e muitas vezes exercido em situação ilegal, mas fazendo parte do cotidiano dessas trabalhadoras como única forma de sobrevivência.

Para desenvolvermos este estudo, acumulamos uma bagagem de material discursivo e de práticas que nos mostrou ser possível encontrar o trabalho onde ele parece não estar. Tal possibilidade se configurou, então, no maior instrumento de ação desenvolvido por este estudo, ou seja, o alargamento de práticas que desvendem os enigmas do trabalho. Instrumento de ação que acreditamos ser de suma importância para expandir o campo de abrangência da saúde pública, em especial no que tange à saúde dos trabalhadores.

Iniciaremos a exposição do trajeto percorrido por nós apresentando, no **Capítulo 1**, a questão das jovens mães trabalhadoras articulada ao contexto macro do trabalho de mulheres e crianças em tempos de reestruturação produtiva, para assim pensarmos em termos de trabalho *precoce feminino* interpelado pela reprodução. A seguir, no **Capítulo 2**, dispomos os recursos teóricos que foram usados para o entendimento das jovens mães trabalhadoras como *modos de subjetivação* datados historicamente, assim como os conceitos utilizados para analisar o trabalho pela ótica da *atividade*, buscando aí apreender as ferramentas necessárias para nos aproximarmos do nível singular histórico desse acontecimento. No **Capítulo 3**, contamos a história da pesquisa de campo e a construção do caminho metodológico empregado para chegarmos às *dramáticas do uso de si* de jovens mães trabalhadoras. No **Capítulo 4**, fazemos uma discussão das dramáticas a partir da articulação entre o contexto do trabalho precoce feminino, as ferramentas conceituais e as histórias singulares das jovens mães trabalhadoras e assinalamos assim possíveis encaminhamentos no campo da saúde pública. Nas **Considerações Finais**, apontamos algumas pistas deixadas por esta nossa experiência que demarcam as possibilidades e os

impedimentos do fomento de espaços para a produção de conhecimento que incorpore os diversos atores e as distintas formas de trabalho na juventude.

---

<sup>i</sup> Acreditamos que toda produção discursiva é polifônica (Bakhtin, 1988) e heterogênea (Deleuze e Guatarri, 1987) – e, por isso, coletiva. Fazemos estilizações singulares que são automaticamente incorporadas no registro do coletivo. Assim, usaremos a primeira pessoa do singular e do plural livremente neste relato, por entendermos que, quando o *eu* fala, o *nós* está falando também, e vice-versa.

## **CAPÍTULO 1 - O CONTEXTO DO TRABALHO PRECOCE FEMININO**

A proposta deste capítulo é discutir uma questão que, para nós, se configura como um objeto específico: a saúde de jovens mães trabalhadoras. Com o objetivo de compreendê-la melhor, analisaremos primeiramente a problemática do trabalho de mulheres em tempos de reestruturação produtiva. Com essa análise esperamos mostrar as reconfigurações do mundo do trabalho e os processos que levam à construção de espaços reservados às mulheres. Em seguida, vamos nos debruçar sobre o debate acerca do trabalho de jovens e crianças, com destaque para o trabalho precoce feminino. Ao final, introduziremos uma discussão sobre a articulação entre o trabalho precoce e a reprodução, com base nas questões tratadas anteriormente.

A escolha pelo tema do trabalho precoce feminino, interpelado pela questão da reprodução, tem o intuito de pôr em discussão a necessidade de redimensionamento das análises realizadas nos estudos sobre saúde/doença/trabalho na área da Saúde Pública e no campo da Saúde do Trabalhador, em particular. A construção deste capítulo foi orientada no sentido de dar visibilidade ao trabalho de mulheres jovens, que são mães e moradoras de espaços populares, e que, por esta configuração, encontra-se na penumbra das análises que tratam das relações entre a saúde e o trabalho. Na literatura acadêmica, não é raro encontrarmos estudos que tratam da questão do trabalho doméstico ignorando a idade da trabalhadora ou que abordam esse aspecto apenas sob a ótica da ilegalidade do trabalho infante-juvenil, desconsiderando as questões de segurança e saúde no trabalho.

Entendemos que a problemática da saúde das jovens mães trabalhadoras se situa no cruzamento do conjunto de problemas que trataremos aqui, exigindo uma reflexão que os considere de forma conjugada. Assim, colocando no centro diferentes aspectos do trabalho, procuraremos demarcar as questões relativas à saúde da trabalhadora jovem em interface com os aspectos reprodutivos.

## 1. 1 – O TRABALHO DE MULHERES EM TEMPOS DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Inúmeros têm sido os debates em economia e em sociologia do trabalho sobre as atuais formas de organização da produção e suas repercussões para o mundo do trabalho (Antunes, 1995; Harvey, 1998; Offe, 1989; Hirata, 2000; Brito, 2000). Os debates se preocupam principalmente em discutir os rumos da categoria trabalho na sociedade contemporânea, que experimenta uma forma flexibilizada de acumulação de capital. A “flexibilidade”, diriam alguns historiadores e economistas, não é uma novidade na história do capitalismo, mas seu aparecimento na atualidade tem movimentado muito dos valores e registros, com os quais se convivia até então, do que foi a relação capital-trabalho forjada na passagem do século XIX para o século XX.

O mundo do trabalho experimentou em função de tais transformações – principalmente nos países de economia avançada, com grandes repercussões nos países de economia periférica – um processo de profunda redução do operariado fabril e, ao mesmo tempo, uma grande ampliação da subproletarização, resultado das diferenciadas formas de trabalho parcial, precário, temporário, terceirizado, subcontratado, ligado ao setor de economia informal, ao setor de serviços etc. Ocorre, assim, uma significativa heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe que vive do trabalho.

Antunes (1999: 233) destaca, entre outras, as seguintes conseqüências da reestruturação produtiva e do avanço de políticas neoliberais:

*“1) diminuição do operariado manual, fabril, ‘estável’, típico do binômio taylorismo/fordismo e da fase de expansão da indústria verticalizada e concentrada; 2) aumento acentuado do novo proletariado, das inúmeras formas de subproletarização ou precarização do trabalho, decorrentes da expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, que tem se intensificado em escala mundial, tanto nos países do Terceiro Mundo como também nos países centrais; 3) aumento expressivo do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, também em escala mundial, aumento este que tem suprido principalmente (ainda que a ele não se restrinja) o espaço do trabalho precarizado, subcontratado, terceirizado, part-time etc.; 4) enorme expansão dos assalariados médios, especialmente no ‘setor de serviços’, que inicialmente aumentou em ampla escala, mas que vem presenciando também níveis crescentes de desemprego; 5) exclusão dos trabalhadores jovens e dos trabalhadores ‘idosos’, segundo a definição do capital (em torno de 40 anos), do mercado de trabalho dos países centrais; 6)*

*intensificação e superexploração do trabalho, com a utilização brutalizada do trabalho de imigrantes, dos negros, além da expansão dos níveis de trabalho infantil, sob condições criminosas, em tantas partes do mundo, como Ásia, América Latina, entre outras; [...]”.*

Os custos trazidos pela nova ordem mundial são significativamente potencializados nos países de Terceiro Mundo e trazem à tona o enfraquecimento dos movimentos organizados dos trabalhadores e o debate acerca do significado da democracia nesses contextos (Antunes, 1999). Os inegáveis avanços políticos na América Latina, ocorridos durante a década de 1980, que consolidaram a democracia no continente, vieram acompanhados contraditoriamente de piora nas condições de vida e de trabalho da população (Laurell, 2000).

Hardt & Negri (2001) chamam a atenção para o fato de que, embora tenha havido um declínio da produção industrial nos países dominantes, esta tem sido exportada para os países subordinados. Além disso, para os autores, países como o Brasil e a Índia são capazes de manter todos os níveis de processos produtivos: a produção de serviços baseada na informação, a moderna produção industrial e na produção tradicional manufatureira, agrícola e de extração mineral. Entendem que tal cenário é montado porque não se trata, necessariamente, de uma progressão histórica ordenada entre essas diferentes formas, que podem se mesclar e coexistir.

No Brasil, os impactos oriundos das transformações no mundo do trabalho fazem coabitar formas modernas e arcaicas de organização da economia. Não houve uma passagem direta e imediata do fordismo para o processo de acumulação flexível. Coexistem traços de um fordismo incompleto, da acumulação flexível, do trabalho clandestino, do trabalho escravo, do trabalho ilegal. Alinhado com a política internacional do neoliberalismo, o país desmonta seu aparato de proteção social antes mesmo de ter se tornado um eficiente “*Welfare State*” (Minayo-Gómez & Thedim-Costa, 1999).

Um dos efeitos da precarização das formas de trabalho está relacionado diretamente ao trabalho informal de crianças, adolescentes e mulheres. Tais formas atípicas de trabalho vêm ganhando também maior visibilidade porque passam a atingir trabalhadores anteriormente vinculados à economia formal ou proibidos de trabalhar. No caso do trabalho infanto-juvenil, sua expansão em várias partes do mundo é vista como uma consequência direta da

reestruturação produtiva e do avanço das políticas neoliberais (Antunes, 1999), obrigando a sociedade a reconhecer o fato como um problema na medida de sua ilegalidade.

Mas como, então, poderíamos abordar o caso do trabalho precoce feminino nesse contexto? Para Schwartz (2003a), é fundamental considerar que, de fato, não há *uma* mudança, mas *mudanças*, o que exige uma análise cuidadosa sobre os processos. Isso significa que é necessário conjugar uma perspectiva macro com uma perspectiva micro, convidando-nos a desenvolver uma abordagem clínica do trabalho – em que o trabalho concreto é valorizado, assim como a experiência dos protagonistas da atividade. Chama a atenção o fato de que o crescimento dos serviços não implica, necessariamente, a superação do taylorismo, pois há exemplos da adoção de técnicas tayloristas (fragmentação, padronização, controle rígido da produção) em atividades desse setor, como hotelaria e telemarketing.

Já Hirata (1998), ao discutir as mudanças através de uma análise sobre as articulações entre a divisão internacional e sexual do trabalho, identifica a tendência do emprego de técnicas tayloristas nas fábricas cuja mão-de-obra é majoritariamente feminina e, inversamente, a concentração de homens nas indústrias de fluxo contínuo, tanto em países centrais como nos de economia periférica. Uma comparação entre o que vem ocorrendo com trabalhadoras do setor industrial e de serviços pode contribuir para o entendimento das mudanças. Nesse sentido, algumas análises indicam que, em ambos os casos, trabalhadores experimentam uma forma de precarização de trabalho sinalizada pela necessidade de realizarem também atividades no setor informal e, conseqüentemente, pelo emprego de grande parte do tempo cotidiano em atividades de trabalho (Brito, 2000).

Nesse contexto se reconfigura o uso da força de trabalho de mulheres, crianças e jovens. Corroborando para afirmar as tendências mundiais citadas acima, os dados apurados na bibliografia mais recente sobre o trabalho das mulheres no Brasil (Bruschini, 2000; Lavinas, 2000; Oliveira, 1999) apontam principalmente para um aumento da participação feminina na população economicamente ativa, verificando-se uma variação de 65% no período compreendido entre os anos de 1985 e 1995. Assim como se nota um aumento da taxa de atividade feminina, no mesmo período, nas faixas etárias de 10 a 14 anos, que varia de 12,2% para 14,4%; de 15 a 19 anos, que varia de 41,7% para 44,1%; e de 20 a 24 anos, em que há um salto ainda maior, com variação de 50,1% para 60% (Bruschini, 2000),

apontando também para a problemática do trabalho infanto-juvenil. Os dados evidenciam concretamente a realidade de trabalho de um grupo populacional que muitas vezes não é nem considerado como de trabalhadores: mulheres jovens oriundas de classe popular.

Discutindo a globalização e a reforma do Estado, Laurell (2000) aponta como um dos alvos privilegiados das políticas dos governos e das agências de financiamento o grupo populacional formado pelas mulheres pobres, pois estas se submetem ao trabalho precário e às políticas neoliberais de governo em troca da satisfação de necessidades mínimas diretamente ligadas à sobrevivência das famílias. Como nos apontam Rangel & Sorrentino (1994: 47):

*“A era democrática não é, a priori, favorável às mulheres. Em seu princípio, ela afirma que é necessário excluí-las da coisa pública, circunscrevê-las ao espaço doméstico. Mas paradoxalmente, ao proclamar a igualdade de direitos, abrindo espaço a uma vida pública não exclusivista. A participação feminina no mercado de trabalho, uma necessidade do sistema capitalista, rompe de uma vez por todas o processo de confinamento das mulheres no domicílio.”*

Os avanços do sistema capitalista evidenciam como a esfera da produção de bens e serviços se sobrepõe às questões reprodutivas, no que tange aos sentidos e valores construídos socialmente sobre o trabalho de homens e mulheres. Combes & Haicault (1987: 25) sinalizam o seguinte:

*“O surgimento e o desenvolvimento de um modo de produção que transforma o próprio ser humano numa mercadoria apenas confirmam (e simbolizam) a subordinação da reprodução à produção, fato anterior ao capitalismo e capaz de sobreviver a ele.”*

E é nesse universo de interação reprodução-produção que ocorre a complexa formação da mão-de-obra feminina, com base em funções reprodutivas que englobam a procriação, o cuidado com a família e as atividades de economia doméstica. As habilidades adquiridas no âmbito da casa, embora úteis para a produção, não são reconhecidas como qualificações formais ou passíveis de remuneração. Como considera Brito (2000: 09):

*“[...] as mulheres realizam grande quantidade do trabalho não pago, não só o chamado doméstico, mas também o trabalho de cuidar da família, que apresenta componentes emocionais importantes e consome tempo. Esse fato deve ser analisado pela sua importância na reprodução do quadro de pobreza e precariedade das mulheres.”*

Mesmo com os avanços do movimento de mulheres e a democratização da sociedade, que garantiram um acesso feminino mais amplo à educação, cabe ainda hoje às mulheres de diferentes classes sociais a tarefa de gerência da família, através de uma extensa jornada de trabalho, típica de mães que também trabalham fora de casa. A associação entre trabalho em casa e trabalho fora de casa impõe às mulheres uma necessidade de flexibilização de sua força de trabalho, que deverá ser alocada no âmbito público ou no privado, dependendo da necessidade da família. Como afirma Segnini (2001: 160):

*“Em uma perspectiva histórica, considerando que as mulheres passaram a participar de forma crescente do mercado de trabalho no mesmo período histórico no qual se observam mudanças na forma de acumulação, da qual faz parte a expansão do setor de serviços, pode-se afirmar que as mulheres foram pioneiras ao ocupar postos de trabalho precários, que estavam por vir para ambos os sexos, e que estabelecem uma íntima relação com os altos índices de desemprego que passam a ser registrados.”*

O espaço social reprodutivo ocupado pelas mulheres e a necessidade crescente de uma mão-de-obra acostumada com situações de trabalho e salário precários fazem das mulheres um grupo populacional atrativo para o atual mercado de trabalho. Soma-se a isso a diminuição do trabalho fabril e um aumento na área de serviços, em que as habilidades necessárias muito se assemelham àquelas ditas femininas. As pesquisas de Hirata (1998) e Kergoat (1987) mostram como, em um cenário mundial de produção, a divisão sexual do trabalho é semelhante em países centrais e periféricos. Apesar de os países em desenvolvimento concentrarem um maior número de mulheres que vivem em situação de pobreza, nos países centrais também há a coexistência de um setor flexibilizado masculino e um taylorizado feminino.

Vale, entretanto, a ressalva de que não estamos falando que só na atualidade existe trabalho de mulheres. Este, porém, foi durante muito tempo desconsiderado pelo seu caráter flexível (Gardey, 2003; Schweitzer, 2003).

*“Essas flexibilidades permanentes e estruturais foram por muito tempo encobertas pela visão organizacional e política que tem como missão fortalecer o(s) grupo(s) para homogeneizar as lutas e reivindicações; durante muito tempo, como resultado disso, foram os trabalhadores ferroviários, metalúrgicos, tipógrafos, mineiros, grupados em torno de*

*supostos 'ofícios', em que, paradoxalmente, as vidas e os percursos de trabalho se diluem no indecifrável.” (Schweitzer, 2003: 62)*

A necessidade de relacionar a atividade de trabalho aos ofícios fez com que muito do que foi produzido teoricamente a respeito do trabalho feminino refletisse apenas sobre os trabalhos que se encaixam nesse dado modelo. Em outras palavras, foram consideradas trabalhadoras as mulheres que puderam se firmar em um certo ofício, que construíram uma estabilidade em suas carreiras. Daí a grande produção sobre o trabalho das operárias da indústria têxtil, das enfermeiras, das professoras, das trabalhadoras rurais (Messing, 2000; Rago, 2000; Giuliani, 2000). Esses redutos podem ser homogeneizados e adequados às categorias de análise do trabalho que desconsideram o caráter flexível da atividade de trabalho, tanto das mulheres como dos homens desqualificados profissionalmente.

Entretanto, a precarização geral do trabalho na atualidade nos traz novos desafios para entender o trabalho em geral – e, em especial, o que fazem as mulheres. Afinal, o modelo flexível está em toda parte, e o setor que mais cresce é o dos serviços, máxima da flexibilização, do *trabalho imaterial afetivo* e do uso da mão-de-obra feminina. Hardt e Negri (2000), ao discutirem a sociologia do trabalho imaterial, apontam sua característica de produtor de imaterialidade na medida em que não resulta em bem material e durável, mas sim em idéias, emoções, sensações e sentimentos. Tanto na produção da comunicação e da informática como nos setores de serviços, o trabalho imaterial vai criando produtos que são consumidos/percebidos subjetivamente produzindo assim distintos conflitos, que necessitam ser resolvidos durante a atividade de trabalho. Ainda segundo os autores, existem três tipos de trabalho imaterial: (1) aquele relacionado às mudanças na produção industrial efetuada pela informatização dos processos de trabalho na indústria; (2) aquele simbólico-analítico relacionado à comunicação, à resolução de problemas e à formulação de estratégias para sobreviver no mercado; e (3) aquele relacionado à manipulação dos afetos.

*“A outra face do trabalho imaterial é o trabalho afetivo de contato e de interação humanos. Serviços de saúde, por exemplo, baseiam-se essencialmente em cuidados e em trabalho afetivo, e a indústria do entretenimento está, da mesma forma, centrada na criação e na manipulação de afeto. Este trabalho é imaterial, mesmo quando físico e afetivo, no sentido de que seus produtos são intangíveis, um sentimento de conforto, bem-estar, satisfação, excitação ou paixão. [...] Esta outra face do trabalho imaterial, sua face*

*afetiva, vai além do modelo de inteligência e comunicação definido pelo computador. Compreende-se melhor o trabalho afetivo começando pelo que análises feministas de trabalho feminino chamam de 'trabalho do tipo físico'. O trabalho de cuidar de alguém está, certamente, imerso no corpóreo, no somático, mas os afetos que produz são, apesar disso, imateriais.*” (Hardt & Negri, 2000: 313)

Assim, as competências que são geradas com o papel social reprodutivo feminino, além da necessidade crescente de uma mão-de-obra que se adapte às situações precárias de trabalho (incluindo baixos salários), fazem das mulheres um grupo populacional atrativo para o atual mercado de trabalho. Consta-se uma tendência de aumento na área de serviços, que engloba as mais diversificadas atividades e se caracteriza, entre outras coisas, pela mobilização da afetividade, que é um elemento muito presente no trabalho das mulheres e tido como uma característica feminina. Especialmente das mulheres jovens, sem qualificação, oriundas das classes populares e habituadas ao trabalho precário desde a infância.

## **1.2 – O TRABALHO DE CRIANÇAS E JOVENS QUE VIVEM COM MULHERES QUE TRABALHAM**

Às questões apontadas até então se soma o fato de que a maioria das mulheres que vivem na pobreza ocupa a função de chefe de família<sup>1</sup>. A elas cabe tanto prover os familiares com aquilo que os homens não estão provendo como, por exemplo, conseguir soluções para a escassez de políticas públicas sociais, impostas pelos planos de ajuste econômico (Bessis, 1996).

Essas mulheres, porém, nunca estão sozinhas. Vivem rodeadas de crianças e jovens, que desde cedo aprendem que terão de trabalhar tanto dentro como fora de casa para poderem, juntos, dar conta das necessidades materiais do lar e dos custos com os idosos da família.

Segundo dados do IBGE (2000), 7,4% da população economicamente ativa (PEA) do país é formada por crianças e adolescentes, totalizando 5,6 milhões de brasileiros entre 10 e 17 anos de idade, sendo que a incidência maior de trabalho nessa faixa etária concentra-se entre os 15 e 17 anos. Proporcionalmente, o número de crianças e adolescentes

trabalhadores, frente ao número total desse grupo populacional no país, é de 19% (IBGE, 2000).

O país apresenta, assim, números significativos de crianças e adolescentes trabalhando. Os números dessa participação iniciam-se com aproximadamente 25 mil aos 5 anos de idade, chegando a 1,7 milhão aos 17 anos de idade (50% da população do país nessa faixa etária). As crianças de 10 a 14 anos apresentam uma taxa de atividade de 16,6%, correspondendo a um contingente de 2,8 milhões de trabalhadores precoces (IBGE, 2000).

Trabalho precoce, segundo as leis brasileiras, é aquele que ocorre antes da idade de 16 anos. É mais freqüente nos grupos etários acima de 14 anos, sendo que, dos 10 aos 13 anos, predominam as atividades agrícolas no meio rural. Dos 14 aos 17 anos, a atividade agrícola tende a diminuir em termos absolutos e relativos, passando a predominar atividades desenvolvidas no meio urbano, no setor terciário da economia, na prestação de serviços e no comércio (Schwartzman, 2001).

A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – Pnad / IBGE (2003), que pesquisou exclusivamente o trabalho infantil, mostrou que, de 1992 a 2001, o nível de ocupação das crianças e adolescentes passou de 3,7% para 1,8% no grupo de 5 a 9 anos de idade; de 20,4% para 11,6% no de 10 a 14 anos de idade; e de 47,0% para 31,5% no de 15 a 17 anos de idade. O nível de ocupação decresceu para ambos os sexos no período de 1992 a 2001.

Entretanto, o estudo apontou que a carga horária de trabalho de um terço da população ocupada de 5 a 17 anos é de 40 horas ou mais, especialmente entre os que não freqüentam a escola (65,2%); entre os que estudam, 25,7% combinam escola com ocupações que consomem 40 horas ou mais do seu tempo. Quanto maior a idade, maior a carga horária: as crianças com idade entre 5 e 9 anos trabalham em sua maioria (83,05%) até 20 horas, e 48,1% dos adolescentes entre 15 e 17 anos trabalham 40 horas ou mais. No contingente ocupado de 5 a 17 anos de idade, 45,2% eram empregados ou trabalhadores domésticos, 6,2% atuavam por conta própria ou eram empregadores, e 41,2% trabalhavam sem receber remuneração alguma. Mais de 90% do grupo de crianças de 5 a 9 anos trabalhavam sem contrapartida de remuneração, assim como cerca de 50% das crianças e adolescentes ocupados estavam expostos a ambientes e processos de trabalho perigosos e insalubres, isto

é, utilizavam produtos químicos, máquinas, ferramentas ou instrumentos de trabalho extremamente prejudiciais à saúde (IBGE, 2003).

O trabalho é considerado precoce tanto pelas questões relativas ao crescimento e ao desenvolvimento biológico quanto pela falta de completude de formação educacional. Inscrevendo-se predominantemente como uma estratégia de sobrevivência econômica das famílias mais pobres, o trabalho de crianças e jovens acaba por impor-lhes um custo social elevado: a renúncia a um grau de escolarização maior, capaz de lhes garantir, no futuro, melhor colocação no mercado de trabalho, e/ou uma sobrecarga de tarefas de que resulta considerável desgaste físico e mental (Raymundo, 2002; Asmus, 2001; Alberto, 2002). Crianças e jovens vivem um processo dinâmico e complexo de diferenciação e maturação. Precisam de tempo, espaço e condições favoráveis para realizar sua transição nas várias etapas, em direção à vida adulta (Meira, 2000). Essas transformações podem ser influenciadas de maneira positiva ou negativa e ainda distorcidas pelas experiências vividas no trabalho. Lima (2002:17) se refere aos jovens que transitam no mundo do trabalho, a quem ela chama de aprendizes, como “experimentadores-de-si”:

*“Esse caráter múltiplo de conceber a condição de aprendiz, fundada nas práticas que os gregos chamavam de ‘ocupar-se de si’, traz concomitantemente a força de pensar o aprendiz para além de significações ou representações prévias. Assim, o aprendiz será abordado como um ser precário, na medida em que não possui respostas ou atitudes já formadas para reagir a determinadas situações: um aprendiz lançado em experimentação por meio da qual irá experimentar o que o torna aprendiz. Nesse lançamento o aprendiz abre mão das fórmulas prontas, fazendo valer um aprendizado vivo, no qual as soluções serão feitos desse aprendizado, nunca as causas.”*

Nesse contexto de trabalho e de experimentação, vale enfatizar uma questão ainda muito pouco analisada: o efeito do trabalho precoce para as crianças e jovens do sexo feminino. Como mencionamos anteriormente, o trabalho desenvolvido por mulheres é de difícil mensuração, pois está associado a um modelo de divisão sexual do trabalho em que a mulher é responsável pelas tarefas de reprodução familiar – tarefas nem sempre entendidas como trabalho. Para serem consideradas trabalhadoras, as mulheres devem desempenhar um trabalho similar ao do universo produtivo masculino, isto é, ser circunscrito em um ofício reconhecido e condizente com os modos de produção de bens e serviços passíveis de remuneração. Entretanto, o aprendizado das habilidades para a reprodução social ou para os

ofícios típicos de mulheres se dá desde a tenra idade. Mesmo sendo habilidades aprendidas, estas não são consideradas atividades de trabalho, assim como, o tempo gasto no aprendizado não é reconhecido como processo de capacitação profissional. Segundo Heilborn (2000:16):

*“Lavar, passar, tomar conta de crianças menores, limpar e arrumar a casa, esquentar refeições e, mais raramente, cozinhar são atividades regulares para as meninas desde os 5 anos de idade. A cozinha detém, entre as atividades domésticas, um lugar privilegiado, cuja ocupação está destinada à figura de autoridade, freqüentemente a mãe, ainda quando ela trabalha fora.”*

Nos últimos 40 anos, com o avanço do movimento feminista, multiplicaram-se os estudos que consideram a divisão sexual do trabalho como categoria fundamental de análise dos processos produtivos de nossa sociedade. Os estudos vêm desvendando, cada vez mais, o lugar das mulheres e do trabalho doméstico no mundo da produção.<sup>ii</sup> Outras conquistas do movimento de mulheres têm sido: (1) a inclusão da discussão de gênero na saúde dos trabalhadores, e (2) a consideração das habilidades de trabalho ditas biologicamente femininas como técnicas aprendidas no processo de socialização das mulheres.<sup>iii</sup> O questionamento do que é historicamente construído como o *locus* feminino na produção vem contribuindo para desnaturalizar a necessidade dos guetos profissionais e repensar o lugar da mulher também na reprodução familiar.

Quando aceitamos a noção de habilidades aprendidas e não inatas, passamos a pensar o lugar de formação das meninas para que possam desenvolver capacidades como paciência, obediência, resistência ao trabalho monótono, concentração para tarefas concomitantes, capacidade relacional etc. A casa e o trabalho doméstico aparecem, então, como essa escola informal, onde as meninas, desde a mais tenra idade, aprendem seu ofício. Em recente pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT/Brasil), com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a pesquisadora Lena Lavinias apurou que 370 mil crianças menores de 16 anos trabalham como empregadas domésticas no Brasil. Dessas crianças, 90% são do sexo feminino; 62% são filhas de pais pobres, de cor parda ou preta.<sup>iv</sup> Ou como Rizzini (2000: 382) nos aponta:

*“(...) o número de meninas trabalhadoras é menor do que o de meninos. Este fato não significa que elas trabalhem menos. A dedicação exclusiva aos afazeres domésticos, sem escola, atinge quase 2 milhões de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos. Temos um enorme contingente de crianças e adolescentes, principalmente meninas que cuidam da casa e dos irmãos para que seus pais possam trabalhar. O trabalho dessas meninas é exaustivo e fundamental para a manutenção da família, já que representa a única opção de cuidado para com os filhos pequenos.”*

A noção de capacitação e trabalho na infância e na juventude também é apurada em estudos com trabalhadoras adultas, como nos mostra a pesquisa de Brito com trabalhadoras da indústria química:

*“Das trabalhadoras entrevistadas, seis começaram a produzir com menos de 10 anos; [...]. As mulheres começam a ser preparada para o exercício profissional desde criança, realizando atividades domésticas. (...) O esforço físico exigido nos trabalhos domésticos durante a infância é percebido como agressor não só à sua constituição física, mas também à auto-estima”.(Brito, 1999: 48)*

Somado ao trabalho doméstico e de reprodução social vem o trabalho remunerado, muito presente na vida das mulheres jovens que são mães e chefes de família. Dados apontam para um aumento da taxa de atividade de mulheres jovens que tiveram filhos nascidos vivos. De 1993 a 1995, a taxa sobe de 36,2% para 38,8%, na faixa etária de 15 a 19 anos, e de 46,76% para 49,5%, na faixa etária de 20 a 24 anos (Bruschini, 2000).

*“O crescimento do trabalho das casadas e mães poderia ser tomado, de um lado, como um indício da pressão econômica, que estaria forçando mulheres com essas características a procurar o mercado de trabalho.” (Bruschini & Lombardi, 2003: 331)*

### **1.3 – O TRABALHO PRECOCE INTERPELADO PELA REPRODUÇÃO**

Os dados apontam para uma realidade econômica, social e cultural que tem colocado mais frequentemente mães jovens no mercado de trabalho. Mulheres que têm a responsabilidade de prover o sustento de seus filhos, mas que ainda não adquiriram formação profissional, acabam inserindo-se em postos de trabalho nos quais podem utilizar as habilidades desenvolvidas no trabalho na casa e para a família. Assim, segundo Bruschini (2000), a participação delas no mercado de trabalho fica restrita às áreas do trabalho doméstico (52%

na PEA feminina, nessa ocupação, têm menos de 19 anos), serviços e trabalho não-remunerado (70% com idade inferior a 19 anos).

*“As empregadas domésticas, em sua maioria, são jovens, ganham menos de dois salários mínimos (90%) e não contam com registro em carteira (82%). Sem dúvida, trata-se de um dos nichos mais desfavorecidos de trabalho, que abriga 17% da mão-de-obra feminina.”* (Bruschini, 2000:33)

Mulheres jovens, sem capacitação profissional formal, já enfrentam as adversidades de uma economia flexibilizada, baseada na capacidade técnica e individual de cada trabalhador. Soma-se à desvantagem da capacitação informal o estigma da maternidade, como aponta Oliveira, (1999: 45):

*“A representação da maternidade para as trabalhadoras é marcada pelo conflito entre o desejo de ser mãe e o sentimento de que estão cometendo um crime, pelo qual são penalizadas; elas sabem que não existe neutralidade na relação empresa e maternidade do ponto de vista da eficácia da produção.”*

Assim, enfrentando a discriminação etária e sexual e, ao mesmo tempo, tendo de sustentar seus filhos, essas jovens se submetem a trabalhos ilegais, desprotegidos, insalubres e perigosos, violando seus direitos trabalhistas.

Apesar de as evidências apontarem para questões de saúde que vão além da reprodução, existe, no campo da saúde pública, uma focalização na saúde reprodutiva das jovens. Focalização que se dá, na maioria das abordagens, pelo viés da doença, em que a “gravidez na adolescência” é apontada como um problema de saúde pública. Calazans (2000) apura essa tendência em todo o campo disciplinar das ciências da saúde, produzindo discursos que afirmam a gravidez na adolescência como problema e estressam suas consequências negativas. Katz (1999) também assinala que o discurso hegemônico na saúde pública é aquele que marca os riscos biológicos, psicológicos e sociais da gravidez em mulheres jovens – riscos que a pesquisadora não encontra nos discursos das próprias jovens que participaram de sua pesquisa. Cabral (2003) avalia que, além de ser considerada problemática, a gravidez – e muitas outras preocupações com a saúde reprodutiva – é pensada como uma questão referente apenas ao universo feminino, alijando, assim, desse processo os jovens pais e suas trajetórias reprodutivas.

Apesar de hegemônico, o discurso já vem sendo desconstruído com estudos (Pantoja, 2003; Simões et al., 2003; Santos & Schor, 2003) que relativizam as conseqüências negativas da gravidez na adolescência e apontam para a pluralidade de experiências que podem advir desse acontecimento. Outros estudos vêm desmistificar um dos grandes riscos sociais altamente relacionados à gravidez precoce: a de interrupção da vida escolar e conseqüente deterioração da vida profissional. Pesquisas como as de Leite et al (2004) e Aquino, Heilborn et al. (2003) apuram que a maioria das jovens que engravidam já estava fora da escola no momento da gravidez e que, quanto mais baixo o nível de escolarização, maior o risco de engravidar. Assim, menos que conseqüência, a falta de perspectiva educacional e profissional parece ser causa da vontade reprodutiva.

No que tange aos riscos à saúde, Gama et al. (2002) aferem que o melhor fator de proteção para as intercorrências típicas do pós-parto está menos na idade da mãe e mais na qualidade dos serviços de pré-natal disponíveis para mulheres de classe popular. Ribeiro et al. (2000) também concluem que serviços de saúde de qualidade são fatores de proteção mais freqüentes do que qualquer nível de risco que se possa pensar para a população adolescente.

Nesse sentido, podemos dizer que, somente ampliando o espectro que identifica o fenômeno da gravidez em mulheres jovens, somos capazes de nos aproximar de forma mais concreta da questão. Propomos aqui relacionar a reprodução com o trabalho. Oliveira (1999) nos aponta o fato de que é na relação entre maternidade e trabalho que as desigualdades nas relações de gênero mais se evidenciam. Seja pela alocação de mulheres em guetos profissionais, ou por dificultar o acesso feminino ao mundo da liderança profissional. Para Koninck (s/d), os impactos da maternidade sobre a trajetória profissional são sentidos desde o anúncio da gravidez, cabendo às jovens mães orquestrar sua vida profissional contando, em primeiro lugar, com seus próprios meios e capacidades de conciliação. Os fatos se agravam consideravelmente quando estamos tratando de mulheres muito jovens, com pouca experiência de vida e de trabalho.

As mulheres jovens experimentam de forma intensa a potência da reprodução. Deixar de ser menina e se tornar mulher é, antes de tudo, entender-se reprodutiva pelo ritual da menarca. A capacidade de engravidar e de ter filhos é vivida por toda mulher como um

imperativo hormonal – só as portadoras de alguma disfunção orgânica não passarão pela menarca, vida fértil e menopausa. Entretanto, apesar dessa similaridade genética, a experiência tem significado singular para cada mulher. A dinâmica histórico-social entre trabalho procriativo e trabalho criativo das mulheres na sociedade ocidental, porém, ignora os sentidos singulares que estas dão ao seu corpo, colocando-as rigidamente conectadas ao papel procriativo.

As pesquisas na área da psicologia feminista vêm explicitando os processos subjetivos que são produzidos historicamente e que imprimem nas meninas/mulheres a noção de maternagem inata. Os estudos mostram como as habilidades femininas são desenvolvidas, pelo fato de as mulheres serem as responsáveis pela criação das crianças. Nesse contexto, as meninas crescem se relacionando primeiramente com um adulto de seu próprio sexo e, assim, desenvolvem uma relação de conexão completamente diferente dos meninos, que vivem a diferença desde o início de suas vidas (Gilligan, 1982).

Vale frisar que é o trabalho de criação dos filhos, e não o de reprodução, que engendra esse lugar de opressão para as mulheres. Afinal, a reprodução é vivida muitas vezes pelas mulheres como capacidade criativa, quando elas se encontram em situações de vida permeadas pela monotonia e pela falta de perspectiva profissional. É comum nas discussões sobre a gravidez na adolescência a associação da falta de perspectiva para o futuro e ausência de planos profissionais com o não-uso de contraceptivos na adolescência. Assim como o trabalho na adolescência é apontado como propiciador de auto-estima, como nos afirma Mensh:

*“Este caso sugere que o trabalho legítimo de geração de renda transforma a natureza da experiência das adolescentes. Ele pode oportunizar para elas um grau de autonomia, respeito próprio e liberdade em relação aos papéis de gênero tradicionais. Mais ainda, provavelmente, ele pode ajudar a reconfigurar a segunda década de vida das meninas como um período prévio ao casamento e à maternagem para que elas tenham a chance de se desenvolver como indivíduos e ganhar conhecimentos e habilidades para montar as fundações para uma vida adulta mais satisfatória e produtiva.”* (Mensh et al., 1998: 95)

Estudos como os de Badinter (1985) mostram de que modo os sentidos do amor materno estão diretamente ligados ao momento histórico social que se pretende examinar. Antes de ser um instinto típico das mulheres, a capacidade para criar as crianças difere de acordo

com o lugar social que as atividades de maternagem ocupam. Fazendo um apanhado histórico do sentido do amor materno na França entre os séculos XVI e XVIII, a autora remonta à total indiferença que a sociedade francesa da época nutria pelas crianças recém-nascidas e como essa negligência resultou em alto índice de mortalidade infantil.

Não houve, segundo a autora, nenhum instinto materno maior que a necessidade de vida social intensa das mulheres moradoras das grandes cidades francesas. Independentemente da classe social, o abandono de crianças aconteceu porque, na época, era considerado correto e aceitável não se interessar pelos filhos, deixando-os à mercê de amas-de-leite mercenárias, de preceptores e governantas. O colégio interno era a opção para os maiores de 8 anos (Badinter, 1985).

Nesse sentido, podemos pensar que não é o instinto materno que explica o fato de que, na atualidade, jovens mães são alocadas em postos de trabalho precários. O trabalho e seus sentidos acontecem para as jovens como resultado de um complexo processo de produção dessa subjetividade feminina. “*Mas seria o trabalho o lugar adequado para se abordar o problema da subjetividade?*” (Schwartz, 2000: 01) E mais ainda: abordar a subjetividade juvenil feminina? E, caso seja adequado, o que isso poderá somar nas questões de saúde pública, em especial de saúde dos trabalhadores?

#### **1.4 – DESAFIOS PARA O CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR**

Todas as metamorfoses no mundo do trabalho afetam diretamente o campo da Saúde do Trabalhador, que em seu desenvolvimento, na Saúde Pública, tem procurado uma postura crítica e que contemple os rumos históricos, assumindo funções e perspectivas distintas da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional. Tendo como objeto de estudo e intervenção o “*processo saúde-doença dos grupos humanos, em sua relação com o trabalho*” (Mendes & Dias, 1991), esse campo pressupõe a participação dos trabalhadores nas pesquisas e nas intervenções, pois o sujeito deve ser considerado em suas especificidades e modos de enfrentamento do meio que o fragiliza. Nesse sentido, a Saúde do Trabalhador está em consonância com as transformações da noção de saúde que vem se processando em toda a

Saúde Pública: saúde é mais do que meramente a ausência de doença e deve ser apreendida através de uma abordagem interdisciplinar.

Entretanto, como apontam Minayo-Gomez & Tedim-Costa, 1997:30: “[...], cabe ressaltar que a concepção de Saúde do Trabalhador e a própria prática a ela inerente orientam-se, de forma predominante, para o trabalho industrial, tendo como referência um modelo que, em virtude das profundas transformações recentes, também precisa ser repensado.” Repensado para poder abranger, por exemplo, a problemática do trabalho da mulher, sua dupla jornada de trabalho, sua necessidade de saúde reprodutiva (Garduño & Rodriguez, 1994; Oliveira, 1999). Repensado, também, para abranger o trabalho informal e sua especificidade de não organização sindical (Antunes, 1995). E, finalmente, repensado para abranger as conjunções das atuais configurações do mundo do trabalho, como procuramos ressaltar: o trabalho precoce feminino – e, mais especificamente, de jovens mães trabalhadoras com seus desafios para se manter saudáveis.

Por fim, um grande desafio da Saúde do Trabalhador é se fazer presente em todos os serviços de saúde, afirmando uma concepção mais ampla das relações que se estabelecem entre o trabalho e a saúde, para além do modelo causal “riscos-danos à saúde”. As questões relacionadas às jovens mães trabalhadoras trazem para a Saúde Pública a necessidade de delinear novos contornos de pesquisa e de intervenção, visando tratar das implicações da articulação entre a reprodução da atividade de trabalho e o trabalho na atividade de reprodução para mulheres das classes populares, que se inserem precocemente e sem qualificação formal no mundo da produção.

Tais questões evidenciam também que é preciso criar tanto métodos de investigação quanto formas de atenção à saúde que sejam apropriados a esse grupo de trabalhadoras, que se encontram geralmente na penumbra. Não caberá ao pesquisador que pretenda dar conta do problema a simples repetição de metodologias de investigação e análise (Messing, 2000; Kergoat, 1987), sem uma revisão crítica dos conceitos e procedimentos a elas associados.

Inicialmente, faz-se necessário que o conceito de trabalho seja de fato ampliado, incluindo as diversas modalidades de trabalho informal, mesmo as atividades não remuneradas e aquelas que são desenvolvidas apesar de proibidas pela legislação, como as exercidas pelas

crianças e adolescentes. Só a partir dessa ampliação será possível dar visibilidade a processos produtivos nos quais se insiram os trabalhadores ditos não-qualificados e descobrir as configurações do trabalho atual, em recusa às análises que buscam generalizar, mas acabam sendo cegas a determinadas formas de viver e trabalhar. Uma pista poderia ser a de não nos preocuparmos apenas com os ambientes de trabalho – ou seja, com o lugar onde as jovens estão trabalhando. Poderíamos nos preocupar em mapear as horas gastas com atividades que vão desde a reprodução social até modos improváveis de trabalho remunerado. Afinal, não são mais os mesmos lugares e as mesmas profissões que caracterizam a realidade de trabalho de homens, mulheres e crianças na atualidade. Para tanto será preciso redirecionar as análises que enquadram os trabalhos e os trabalhadores através de classificações muito rígidas.

Outra pista fundamental é a que nos aponta Nobre (2003:970) quando assinala a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) na erradicação do trabalho precoce: *“É imperiosa a necessidade de construção desse objeto: a criança e o adolescente são outros quando trabalham, e as implicações e impactos do trabalho também são outros se realizados por crianças e adolescentes; assim são necessários outros olhares e outras investigações que confirmem visibilidade às crianças e seu trabalho.”*

Os serviços de saúde, em geral, podem desempenhar um papel significativo, ao considerarem a importância do trabalho para as jovens que buscam atendimento. Perguntar a uma adolescente grávida, em uma visita de pré-natal no posto de saúde, se ela trabalha ou ajuda nas tarefas de casa pode ser uma forma de ampliar a compreensão sobre a vida e o trabalho dessa jovem e, assim, cuidar dela de forma mais integral, não limitada ao devir reprodutivo. Quando o profissional de saúde passa a saber que a adolescente grávida, além de dividir com a mãe as tarefas de casa e os cuidados com os irmãos mais novos, também distribui panfletos de propaganda nos sinais de trânsito da cidade – fato que a impede muitas vezes de ir para a escola –, ele pode fazer uma abordagem das adversidades sofridas por ela em seus diferentes processos de trabalho: desde a sobrecarga de tarefas oriundas da dupla jornada de trabalho até o enfrentamento do assédio sexual inerente ao trabalho na rua. Tal postura é consonante com uma interpretação transversal das diferentes práticas sociais (Giffin, 2002), que busca garantir que o recorte de classe se misture com o de gênero, e este com o etário, e este com o racial, e assim por diante.

Somente essa perspectiva plural poderá propiciar que a adolescente, em um serviço de saúde, ao receber orientação pré-natal, tenha também a oportunidade de falar sobre as condições de trabalho que enfrenta. E sua fala sobre as dificuldades de conciliar escola, trabalho e maternidade poderão ser compreendidos não como um caso isolado, mas sim num quadro de realidade de luta coletiva pela conciliação entre reprodução e produção.

---

<sup>i</sup> Usaremos a definição de chefe de família sugerida por Doumit el Khoury, 1996:16: “[...] *une femme (mère, grand-mère, sœur, tante...) assume la responsabilité principale de sa famille, avec le soutien de plus en plus réduit des hommes (conjoint, père, parente masculine), de la famille élargie et de l’État.*”

<sup>ii</sup> Como exemplo, vale citar os trabalhos de Folbre (1994).

<sup>iii</sup> Sobre o tema, vale citar Missing (1990), Neves (1988) e Hirata & Kergoat (1987).

<sup>iv</sup> Dados extraídos da matéria do jornal *Correio Braziliense* do dia 9/6/2000 e do jornal *O Globo*.

## CAPÍTULO 2 - AS FERRAMENTAS CONCEITUAIS DE ANÁLISE

Buscamos com este capítulo explicitar como articulamos teoricamente a problemática das jovens mães trabalhadoras com as discussões de saúde pública, em especial na área de saúde do trabalhador. Para seguirmos as pistas que sugerimos no capítulo anterior, ampliamos a noção de trabalho e a aplicamos às experiências de trabalho de mulheres jovens, moradoras de espaços populares, com história de gravidez na adolescência. Assim, nesta tese, consideramos as jovens mães trabalhadoras como *subjetividades produzidas*, que podem ser apreendidas nas *atividades de trabalho*, operadas por um *corpo-si*, conceitos que iremos explicitar mais adiante.

A abordagem foi produzida a partir de uma articulação de conceitos, o que possibilitou a conversação de teóricos de diferentes linhas de pensamento, provocando um debate de escolas. Em outras palavras, buscamos reunir conceitos que nos ajudassem a dar visibilidade ao trabalho onde este parece não estar, na medida em que focalizamos atividades de trabalho executadas por mulheres que não se circunscrevem na representação típica do que seja uma trabalhadora. Afinal, quando muitos de nós pensamos em uma mulher trabalhando, logo nos transportamos para uma fábrica ou uma empresa de prestação de serviços, e descrevemos a trabalhadora como alguém que tem uma profissão ou ofício – por exemplo, enfermeira, operária ou costureira. Nós a pensamos como uma mulher com mais de 18 anos – muitas delas com idade entre 25 e 40 anos. Entretanto, as jovens mães trabalhadoras, moradoras de espaços populares urbanos, não cabem nessa descrição. Elas são jovens, estão sempre às voltas com seus filhos ainda pequenos, não se qualificaram formalmente ainda, desenvolvem atividades de trabalho no mercado informal e vivem em ambientes precários do ponto de vista material.

Foi necessária então – para nos aproximarmos desse trabalho enigmático – uma articulação de conceitos. A articulação foi possível porque utilizamos os conceitos teóricos como instrumentos pertencentes a uma *caixa de ferramentas* ao nos aproximarmos da questão das jovens mães trabalhadoras. A expressão *caixa de ferramentas* não está sendo usada como uma metáfora. Designa exatamente o caráter prático e de utilização atribuído aos conceitos abordados neste estudo. Os conceitos somente serão empregados com o intuito de iluminar os acontecimentos, e não para classificá-los em categorias fechadas em si mesmas,

previamente determinadas. O filósofo Gilles Deleuze nos abonou com a seguinte expressão-chave:

*“Exatamente. Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significante... É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico, que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou. Não se refaz uma teoria, fazem-se outras; há outras a serem feitas. É curioso que seja um autor que é considerado um puro intelectual, Proust, que o tenha dito tão claramente: tratem meus livros como óculos dirigidos para fora e, se eles não servem, consigam outros, encontrem vocês mesmos seu instrumento, que é forçosamente um instrumento de combate. A teoria não totaliza; a teoria se multiplica e multiplica.”* (Deleuze & Foucault, 1989: 71)

Assim, usamos uma caixa de ferramentas de conceitos teóricos para inferirmos que os sentidos subjetivos e concretos, tanto do trabalho como da maternidade, são produzidos singularmente e são fruto de uma interação sutil entre componentes subjetivos singulares e o contexto sócio-histórico-cultural no qual os sujeitos se encontram. Nesse sentido, traçaremos aqui o entendimento que temos sobre o conceito de *processo de produção de subjetividade*, que, associado à idéia de *atividade de trabalho*, propiciará a compreensão do fenômeno das jovens mães trabalhadoras como *subjetividade produzida* apreendida nas *atividades de trabalho*, operadas por um *corpo-si*.

## **2.1 – JOVEM MÃE TRABALHADORA ENQUANTO SUBJETIVIDADE PRODUZIDA**

Muitas das ferramentas que utilizaremos para compreender o conceito de subjetividade produzida foram apropriadas a partir de nossa incursão pela produção teórica de pensadores como Michel Foucault, Félix Guattari e Gilles Deleuze. No presente momento, no entanto, não nos ateremos a uma descrição minuciosa de todos os conceitos forjados por esses pensadores. Fizemos certos recortes teóricos que orientaram nossos olhares e escutas durante o processo de elaboração desta tese. Vale ressaltar que, para fazer certas referências, foi necessário optar por alguns pontos específicos, o que acarretou a exclusão de muitas outras contribuições importantes.

Resumidamente, podemos afirmar que aquilo que nos referimos aqui como subjetividades são produções sociais que se constituem através das relações, dos encontros, dos grupos.

Elas são historicamente dadas e datadas e se fazem visíveis só e unicamente através dos acontecimentos<sup>1</sup>. Há, portanto, uma produção incessante e infinita de acontecimentos, que atravessados uns pelos outros, produzem, entre outras coisas, subjetividades, que, neste estudo, são as jovens mães trabalhadoras

Nesse processo de produção de subjetividade, o singular e o coletivo não são dois termos, um em oposição ao outro, em que se pode fazer uma relação de causalidade, de compreensão ou expressão do tipo causa-efeito, sujeito-objeto. Eles são uma só e mesma realidade essencial do produtor e do produto. O processo tem início, meio e fim, mas acontece de forma ilimitada (Deleuze & Guattari, 1987). Assim, o processo de produção de subjetividade acontece na imbricação do singular e do coletivo, que se tornam indiferenciados no processo. Veremos a seguir que a energia propulsora da produção de subjetividade é o desejo singular, e que este sempre se atualiza em um certo tipo de prática ou de discurso, isto é, em um certo tipo de vida coletiva (Rolnik, 1989).

Seguindo essa linha de elaboração, partiremos do princípio de que todo e qualquer coletivo não existe senão a partir de sujeitos que, afetados pelos movimentos coletivos, investem seus desejos nesta ou naquela direção, e que esses fluxos dos desejos é que ampliam o coletivo onde eles ecoam. A noção de “sujeito” é aqui entendida como “sujeito coletivo”, isto é, um sujeito singular cuja subjetividade é o produto do entrecruzamento de acontecimentos coletivos de várias intensidades.

Em *Micropolítica: cartografias do desejo*, Félix Guattari nos conta que “os processos de subjetivação, de semiotização – ou seja, toda produção de sentido, de eficiência semiótica –, não são concentrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microssociais) nem em agentes grupais” (Guattari & Rolnik, 1986: 31). O que acontece, então, são “máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim, sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, de modos de memorização e de produção idéica, sistemas de inibição e de automatismo, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos etc.)” (Guattari & Rolnik, 1986: 31).

Essas máquinas de expressão entram em conexão e fazem o sujeito assumir e viver múltiplos enunciados, dos quais ele se apropria no decorrer de sua existência. Fica

delimitado, então, que esse sujeito coletivo se produz, necessariamente, a partir de outros sujeitos: “*A subjetividade é fabricada e modelada no registro do social*” (Guattari & Rolnik, 1986: 31).

A idéia de *subjetividade produzida* opõe-se à de indivíduo sem divisões, total, indiviso, unidade. A noção de unidade pressupõe uma individualidade natural, que separa o ser indiviso das múltiplas determinações sociais que o produzem. A desnaturalização do conceito de indivíduo-indiviso como essência do humano foi um dos marcos da tese de Michel Foucault sobre a genealogia do poder, e acreditamos que servirá para o entendimento da nossa questão. Foucault (1977) mostrou como o poder disciplinar desenvolveu-se com a constituição dos Estados Modernos e imprimiu uma nova ordem de ação de poder. Através da ação sobre os corpos, ou seja, por meio de um biopoder, fez com que os gestos fossem adestrados, o comportamento regulado, o prazer normalizado e o discurso interpretado segundo leis de comparação, avaliação, hierarquização. Essa ação, não mais repressora e sim disciplinar, fez surgir a idéia de ser humano como figura individualizada, passível de treinamento e punição. Homem pensado como responsável solitário pelo seu destino, suas escolhas, seus desejos, suas ações.

Para melhor entendermos a diferença entre produção de subjetividade e individualidade como essência, faz-se necessário definir mais detalhadamente os mecanismos envolvidos nessa produção. Acrescentamos que a subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação – “*noção mais ampla do que as de estrutura, sistema, forma etc. Um agenciamento comporta componentes heterogêneos, tanto de ordem biológica quanto social, maquínica, gnosiológica, imaginária*” (Guattari & Rolnik, 1986: 317). Assim, podemos dizer que a produção de subjetividade depende dos agenciamentos de enunciação que a geraram, isto é, não existe subjetividade como coisa em si, como essência imutável; o que existe é uma multiplicidade de agenciamentos que se produzem historicamente a partir de processos singulares e/ou hegemônicos. Convém, portanto, situar sempre os processos de subjetivação e explicitá-los como produto histórico-social para podermos desnaturalizar a aparente individualidade serializada, registrada e modelada. Como nos aponta Miranda, 2000: 38:

*“A subjetividade de um indivíduo diz menos respeito à identidade e mais à singularidade, isto é, à possibilidade de viver a existência de forma única, no entrecruzamento de diversos vetores de subjetivação. Por outro lado, a singularidade não está circunscrita somente ao indivíduo, mas sim às singularizações presentes nos grupos e em instituições.”*

Para esclarecermos os níveis singulares e hegemônicos da produção de subjetividade citados acima, utilizaremos dois conceitos forjados por Deleuze & Guattari: “molar” e “molecular”. O nível molar é aquele dos grandes agenciamentos sociais e institucionais, que produzem hegemonicamente identidades que, pela sua enorme capacidade de dar continente existencial, parecem de essência imutável e auto-explicadas. O nível molecular, ao contrário, é o dos fluxos, dos devires, das transições das fases e das intensidades, todos relativos à economia do desejo. Entretanto, molar e molecular não são níveis estanques, separados; eles se entrecruzam todo o tempo, gerando diferentes modos de apreensão e de produção dos acontecimentos (Deleuze & Guattari, 1987; Guattari & Rolnik, 1986). Instituem um sujeito coletivo, que tem sua subjetividade produzida e que investe seu desejo nesse coletivo. Como nos escreve Deleuze citado por Rolnik, 1989: 15: *“O desejo é o sistema de signos a-significantes com os quais se produzem fluxos do inconsciente no campo social. [...] O desejo é revolucionário porque sempre quer mais conexões, mais agenciamentos.”*

Desejo, então, será pensado em sua singular positividade, como energia que produz movimento, fluxos, cortes e acoplamentos. A capacidade de afetar e ser afetado faz do desejo um produtor de microrrealidades, que se movimentam, se multiplicam e se diferenciam, rompendo assim com tudo que uniformiza e conforma. Naffah Neto, 1985: 54, inspirado em Nietzsche, Deleuze e Guattari, define desejo como *“pulsção imanente ao campo social nos movimentos de produção do real”*.

De forma resumida, podemos pensar que o processo de produção de subjetividade, realizado a partir dos investimentos do desejo, efetua-se da seguinte forma: fluxos desejanter buscam agenciamentos e modos de expressão e, com isso, rompem antigos territórios existenciais (que são as subjetivações fechadas em si mesmas, cristalizadas, obsoletas), criando assim uma desterritorialização. Esse movimento produz a instabilidade da inadequação do território, gerando, então, um movimento imediato de nova territorialização. É na tentativa de recomposição que os territórios existenciais podem

novamente se transformar em subjetivações fechadas sobre si mesmas ou se expandir produzindo novos territórios existenciais, aptos a dar passagem aos fluxos desejan-tes. Muitas vezes, entretanto, os processos que buscam produzir novos territórios se tornam, na verdade, meros processos de reterritorialização, capturados por interesses dominantes, que abafam a angústia gerada pela desterritorialização com protótipos de territórios que estão diretamente comprometidos com seus interesses. Guattari cita o capitalismo como exemplo desta captura:

*“O capitalismo é um bom exemplo de sistema permanente de reterritorialização: as classes capitalistas estão constantemente tentando recapturar os processos de desterritorialização na ordem da produção e das relações sociais. Ele tenta, assim, controlar todas as pulsões processuais (ou phylum maquínico) que trabalham na sociedade.”* (Guattari & Rolnik, 1986: 323)

Sintetizando, optamos por uma abordagem das mães adolescentes trabalhadoras como subjetividade produzida, e não como indivíduos totais ou grupamento homogêneo. Fazemos assim por entendermos que, para conseguirmos pressupor uma abordagem heterogênea dos acontecimentos, não podemos lidar com o imutável, o indiviso, o já irremediavelmente constituído. Ao contrário, optamos por lidar com o emergente e iluminar os processos dessas epifanias.

Essas escolhas teóricas reafirmaram nossa intenção de pesquisar de forma desnaturalizadora e, assim, organizar algo parecido com uma cartografia, que como nos explica Rolnik:

*“diferentemente do mapa, representação de um todo estático, é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem. [...] A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos”* (Rolnik, 1989: 15).

Para começar nossas especulações, transporemos as ferramentas explicitadas anteriormente para a cena da juventude moradora de espaços populares urbanos. Não lidaremos aqui com o conceito de *juventude* como se fosse uma categoria existente desde sempre com demarcação etária imutável. Afinal, como Philippe Ariès nos contou em sua historiografia sobre as

crianças, até o final do século XVII, as pessoas entendidas como estudantes ainda eram alinhadas na categoria de “idade infantil” – assim sendo, podia-se ser criança até os 25 anos. Como nos mostra o autor, é com o nascimento da classe burguesa que muitas das descrições e fases da infância, adolescência e juventude são forjadas (Ariès, 1981). Estaremos aqui falando mais de uma condição do que de uma categoria, como nos sugere Rocha, 2002: 25: “*Se pretendemos trabalhar com o adolescente concreto, ou seja, se buscarmos dar um caráter sócio-histórico ao conceito generalizante, [...], é imprescindível falar em condição juvenil como ponto de partida, a fim de facultar a compreensão da heterogeneidade de situações e experiências que marcam a diversidade de modos de inserção social.*”

Assim sendo, pensaremos juventude como uma condição datada historicamente, ou seja, como subjetividade juvenil, circunscrita em um certo contexto sociocultural e produzida por componentes provisórios. Começemos pelo componente das vibrações corporais em que o acontecimento juventude se efetua. Elas surgem devido a intensidades absolutamente novas, impulsionadas pela maturação sexual fisiológica. Esta instaura a necessidade de um reconhecimento do corpo, que se tornou estranho, especialmente em relação às modificações do sistema osteomuscular e às dimensões e limites corporais. Instaura, também, a necessidade de compreensão das novas sensações que passam a ser experimentadas, sobretudo as impulsionadas pelos hormônios sexuais. Nomeadas na atualidade como puberdade e adolescência, essas vibrações corporais requerem um grande esforço para seguir *novas normas de vida* (Canguilhem, 2000), distintas de todas aquelas que eram percebidas e sentidas no próprio corpo. Tempo de experimentação, de ampliação de possibilidades, de conquista da potência sexual, da força física, da estatura dos adultos.

O crescimento corpóreo está diretamente articulado a uma expansão intelectual e afetiva que coloca a subjetividade em contato com novas possibilidades de buscar explicações singulares para os acontecimentos. Diferente dos processos anteriores, nos quais as dúvidas podiam ser apenas respondidas com jogos, histórias e brincadeiras mediadas por adultos, esse novo passo traz a possibilidade de colocar o nome próprio na resolução de problemas e na criação de estratégias. Tempo de forjar resoluções próprias para a vida e se sentir autor dessas invenções. Exemplos disso são alguns movimentos inovadores gerados por grupos juvenis que nem sempre estão remetidos a um movimento organizado da sociedade civil, mas que instituem um “devir-dissolução-de-mundos”, sem articulações de causa e consequência. Aparecem como

um efeito da busca incessante de explicação para as coisas, associada a uma necessidade de individuação e autoria.

Nessa época da vida, os jovens também se tornam força de trabalho apta para o mercado capitalista. Afinal, com o corpo maduro e a vontade de fantasiar e brincar podendo ser articulada com a vontade de produção, surge um novo potencial produtivo. Se, nas classes abastadas, esse fato se reflete na pressão familiar para que os estudos dos filhos sejam planejados de acordo com o futuro profissional ideal, nas classes menos favorecidas, surge o incentivo para que a escola seja abandonada em prol da inserção do jovem no mercado de trabalho ou em formas pouco ortodoxas de “arrumar dinheiro” – o importante é que comecem a participar da divisão das despesas da casa ou até que passem a assumi-las integralmente.

Finalmente, podemos citar a necessidade que se instala de assumir os papéis produzidos culturalmente para o mundo adulto. É somente a partir da adaptação ao mundo adulto produtivo que as facilidades e recompensas prometidas para esse novo estágio do desenvolvimento – como liberdade, autonomia, poder de decisão e outras – serão alcançadas. Os rituais de passagem são vividos de formas diferentes por meninos e meninas, na medida em que os modos sexuais de viver determinam papéis adultos diferentes para homens e mulheres. Em comum, porém, está a necessidade do reconhecimento da maturidade através do abandono dos recursos ditos “infantis” para o enfrentamento da vida. Não se pode ter medo, deve-se lutar, não se pode inventar história, deve-se buscar a verdade, não se pode depender de ninguém, deve-se ser arrimo, entre outras coisas.

Concluimos que esse conjunto de acontecimentos faz romper gradativamente os territórios existenciais que estavam sendo utilizados até o momento, enquanto “subjetividades infantis”. A mutação que ocorre, de dimensões tão extensas, faz com que as jovens se defrontem com o desconhecido e o diferente, iniciando assim uma busca potente por novas territorializações. Nessa etapa, o desejo tanto pode ter uma característica volátil quanto viscosa, isto é, irá se utilizar de territórios que poderão ser abandonados com facilidade ou grudará neles como se fossem os únicos continentes possíveis, cristalizando-os.

Como exemplo, podemos imaginar uma jovem que reterritorializa utilizando a instituição religiosa ou sendo por ela utilizada. Ela tem uma *margem de manobra* (Canguilhem, 2000)

muito pequena e só se sente potente através de dogmas religiosos, que servem como âncora para aplacar as vibrações internas causadas por seu encontro com a alteridade no próprio corpo. Sendo igual ao seu irmão perante Deus, e repetindo os procedimentos predeterminados para uma vida ideal, ela procura silenciar seu desejo de criação de novos mundos. Ela se recusa a ficar na corda bamba da desterritorialização e tem poucos recursos para potencializar sua vontade do novo e assim reinventar seu território singular. Um outro exemplo possível, que se situa no extremo oposto do anterior, é o da jovem que faz da cultura do *funk* – que exige novas tendências – uma espécie de culto iniciático, permitindo-lhe produzir um pouco de território existencial. Ela experimenta as vibrações, suporta-as e, a partir delas, produz singularizações, no lugar da preservação de territórios preconcebidos ou obsoletos.

Cartografamos nesta tese as subjetividades juvenis femininas produzidas como um dos efeitos da entrada precoce no mercado de trabalho de mulheres que engravidaram na adolescência e necessitam de recursos para criar seus filhos. Procuramos apreender o entendimento do trabalho feminino em um acontecimento que mescla o mundo da reprodução com o da produção, sem a mediação da família nuclear, do Estado ou de redes de proteção social tradicionalmente conhecidas. Para tanto percorremos um caminho teórico que buscou entender a dimensão subjetiva do trabalho e que nos fornecesse ferramentas, que articuladas com a teoria da produção de subjetividade, nos fossem úteis como instrumento de análise.

## **2.2 – JOVEM MÃE TRABALHADORA ENQUANTO SUBJETIVIDADE PRODUZIDA NA ATIVIDADE DE TRABALHO**

A ergonomia da atividade situada (Teiger, 1998), a Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 1994), a Ergologia (Brito, 2004) e a Clínica da Atividade desenvolvida pelo psicólogo Yves Clot (Osório, 2002) têm sido algumas das mais importantes contribuições dadas ao campo da saúde do trabalhador para o entendimento das dimensões subjetivas no trabalho. Dentro dessas perspectivas, diferenciadas mas não excludentes, o objeto de estudo é a relação dos trabalhadores com suas atividades de trabalho e a dimensão subjetiva inerente a tal relação. Nesse sentido, a contribuição das referidas disciplinas auxiliou na construção do quadro de análise para desvendarmos o enigma da atividade de trabalho das jovens mães trabalhadoras. Como um conglomerado de dicas e pistas, as teorias nos nortearam para

formarmos um olhar que pudesse ver o trabalho onde ele parecia não estar. Nossa hipótese sempre foi a de que havia uma atividade de trabalho intensa entre as jovens, mas que os modelos de análise tradicionais em saúde e trabalho não a alcançariam, como, por exemplo, a ergonomia de origem anglo-saxã.

Desde o surgimento dos primeiros estudos ergonômicos, realizados inicialmente por um psicólogo inglês em 1949, a disciplina tem tradicionalmente se debruçado sobre questões relativas à boa adaptação do homem ao seu instrumento de trabalho, principalmente com vistas à diminuição do erro humano. A preocupação científica primeira da ergonomia foi a de resolver problemas práticos, como, por exemplo, a fadiga em pilotos de avião e a incidência de acidentes fatais (Teiger, 1998).

Inúmeras, porém, foram as produções teóricas nesse campo nos últimos 50 anos, o que fez com que se distinguissem dois grandes modelos ou marcos teóricos. Um primeiro, de origem anglo-saxã, goza de grande repercussão por ser, como vimos, o precursor dos estudos ergonômicos. Esse modelo se preocupa em adaptar o homem ao seu ambiente de trabalho e, nos estudos da produção, se preocupa com o fator humano dos sistemas homem-máquina (SHM). Para ser efetuado, necessita de ambientes de trabalho bem demarcados e pouco se adapta ao ato de trabalho concreto, buscando seus níveis de adaptação em modelos abstratos de trabalho e trabalhador. Um outro modelo de destaque nos estudos ergonômicos tem sua origem nos países francofônicos e está preocupado em investigar não o fator humano nos SHM, e sim a atividade humana, mais precisamente a atividade humana situada, isto é, o foco da investigação não é, como no modelo anterior, o protótipo de trabalhador que executa uma tarefa, e sim os modos de executar uma dada tarefa (Montmollin, 1998).

As duas “ergonomias”, apesar de terem alvos de investigação distintos, são complementares na medida em que a primeira vem, ao longo dos anos, acumulando informações sobre tolerância e exposição de seres humanos a ambientes insalubres e inseguros, o que facilita o trabalho de investigação dos modos operativos investigados pela ergonomia da atividade situada. Da mesma maneira, o entendimento dos processos subjetivos envolvidos na execução de uma atividade de trabalho muito pode acrescentar aos estudos do fator humano nos SHM.

Neste estudo, iremos nos ater mais ao legado teórico deixado pela ergonomia da atividade situada, que, como veremos mais detalhadamente a seguir, tem servido de alicerce para a criação de dispositivos de análise de situações de trabalho não-tradicionais, pois se fundamenta no entendimento que as pessoas têm de suas atividades de trabalho, e não apenas no que foi prescrito oficialmente para ser executado.

Vale neste momento definir, então, o que vem a ser atividade para a ergonomia da atividade situada, na medida em que esta será a categoria de análise a que daremos maior ênfase para os estudos sobre as dimensões subjetivas no trabalho. Como nos explica Montomollin, 1998: *“Actividad significa, aquí, que no se tienen en cuenta las funciones de forma aislada, sino los comportamientos (los gestos, las miradas, las palabras, los razonamientos...), tal y como se presentan en las situaciones de trabajo naturales, actuales o a concebir.”* Assim sendo, a categoria atividade nos inspirou para retirar o foco da análise da descrição do trabalho dos indivíduos e das tarefas que eles executam, para focalizarmos e entendermos os modos pelos quais eles as executam concretamente. A mudança de foco nos obrigou a abandonar os índices e conceitos preestabelecidos, que classificam todos os sujeitos como homogêneos e todas as tarefas de trabalho passíveis de serem executadas de uma mesma maneira, como se todos os trabalhadores fossem iguais e tivessem as mesmas experiências de vida e de trabalho.

As análises da ergonomia da atividade situada procuram buscar como cada sujeito, de forma singular, executa suas tarefas, transformando o ato de execução da atividade em processo de trabalho. Discutir esse deslocamento remete ao que é de fato o trabalho concreto, ou seja, o que cada sujeito dá de si para conseguir chegar a seus objetivos, as regulações que são feitas, enfim, suas invenções e como ele se mobiliza para pô-las em prática. Esse tipo de análise valoriza o trabalhador como co-autor da atividade de trabalho, para assim evitar uma simples descrição das características fisiológicas, biológicas, sociais e psicológicas daqueles que trabalham. O interesse recai no que se transforma, no que se desenvolve nesse processo e em compreender em que consiste de fato o trabalho, para além de sua aparente simplicidade. As análises foram fundamentais, por exemplo, para o entendimento das singularidades do trabalho para as mulheres, num ambiente fabril e

industrial, mensurado muitas vezes por padrões masculinos de suscetibilidades a riscos (Brito, 2000 ; Hirata,1998).

A partir da ergonomia da atividade situada, não é possível pensar a atividade de trabalho como um objeto estável que pode ser apreendido com conceitos simplórios, como o de avaliação do desempenho dos trabalhadores, ou com descrições de como os trabalhadores executam e o que sabem sobre uma dada tarefa. Será necessário compreender as razões que levam os trabalhadores a executar as tarefas dessa ou daquela maneira. Instaure-se, assim, a necessidade de incluir nas investigações a interação dos aspectos cognitivos e afetivos que transformam tarefa prescrita em atividade realizada.

Segundo Leplat & Hoc (1998), “tarefa” deve ser analisada como aquilo que se deve fazer para que determinado processo de produção ocorra, enquanto “atividade” é aquilo que concretamente se faz durante o processo de produção. A tarefa prescrita, então, precede a atividade, na medida em que ela é forjada abstratamente com o objetivo de tornar o processo de produção mais eficaz. A atividade, porém, não responde sempre às exigências da tarefa prescrita. Afinal, o sujeito que a executa singulariza modos operatórios que dependem de diversos fatores, para além da concepção idealizada da tarefa. A defasagem que se instaura entre o que é exigido pela tarefa e o que é produzido pelo trabalhador será sempre efetuada por uma mobilização subjetiva que o trabalhador procurará regular com uma maior ou menor margem de manobra, que dependerá das possibilidades da situação, do que lhe foi exigido e de como ele pode executá-la (Daniellou, 1998). A distância entre o prescrito e o realizado é o legado fundamental trazido para este estudo pela ergonomia da atividade situada.

Falar de dimensão subjetiva no trabalho e dos sentidos da atividade de trabalho nos remete também para disciplinas e saberes que lidam com a cognição, com os afetos, com as emoções e com o desejo. Dentre esses saberes, a Psicodinâmica do Trabalho tem contribuído de forma pioneira no sentido de nos tornar aptos a singularizar a experiência de trabalho. Os primeiros estudos nesse campo de saber, que se alinhava inicialmente ao campo da Psicopatologia do Trabalho (Lima, 1998; Dejourn, 1994), efetuaram-se no sentido de entender o potencial psicopatogênico do trabalho (Lima, 1998; Dejourn, 1994) e/ou as sintomatologias psicossomáticas relacionadas a determinados ofícios (Pezé, 1997).

No decorrer dos anos e dos estudos, porém, o foco das pesquisas de Dejours e sua equipe iluminou outro acontecimento: foram percebidos trabalhadores que, ao se confrontarem com situações de trabalho adversas, em um ambiente infiel, não adoeciam. Como nos conta Dejours, s/d: 01:

*“De repente, é a própria normalidade que se torna enigmática; o problema é dar conta dessa normalidade. Passa-se da psicologia patológica para a psicologia da normalidade, o que não quer dizer que as pessoas se sintam bem na normalidade; substitui-se, portanto, o estudo da doença mental por um novo objeto: o sofrimento.”*

A mudança de foco foi possível, pois, segundo a Psicodinâmica do Trabalho, para se estudar o sofrimento, faz-se necessário pensar em termos qualitativos e singulares, com o intuito de perceber como os sujeitos elaboravam estratégias para lidar com as situações de trabalho. Como nos explica Dejours, 1999: 29:

*“O fato de que a afetividade não possa jamais ser medida nem avaliada quantitativamente, de que ela pertença ao domínio das trevas, não justifica que lhe negue a realidade nem que se despreze o que dela ousam falar de modo obscurantista. Ninguém ignora o que sejam o sofrimento e o prazer, e todos sabem que isso só se vivencia integralmente na intimidade da experiência interior. Tudo quanto se possa mostrar do sofrimento e do prazer não é senão sugerido. Negar ou desprezar a subjetividade e a afetividade é nada menos que negar ou desprezar no homem o que é sua humanidade, é negar a própria vida.”*

A Psicodinâmica reflete sobre o lugar que o trabalho ocupa na vida das pessoas e como cada sujeito se vê enquanto trabalhador. Não somente uma significação individual do trabalho, mas também aquela determinada coletivamente. Uma das categorias de análise usada para tal entendimento é a do reconhecimento, isto é, como retorna para os sujeitos o fato de eles trabalharem? Quais as redes sociais e culturais que mantêm um determinado trabalhador em seu posto de trabalho? Os estudos nessa área apontaram para o fato de que é pela necessidade de reconhecimento que muitos trabalhadores executam suas tarefas. Segundo Dejours (1999:34):

*“Do reconhecimento depende, na verdade, o sentido do sofrimento. Quando a qualidade de meu trabalho é reconhecida, também meus esforços, minhas angústias, minhas dúvidas, minhas decepções, meus desânimos adquirem sentidos. Todo esse sofrimento, portanto, não foi em vão; não somente prestou uma contribuição à organização do trabalho, mas também fez em mim em compensação, um sujeito diferente daquele que eu era antes do reconhecimento.”*

Sufrimento e prazer passam, então, a coexistir e abandonam-se análises binárias da qualidade de trabalho. Os trabalhadores passam a ser pensados como sujeitos capazes de viver simultaneamente sentimentos de prazer e desprazer e, por conta disso, desenvolvem estratégias de defesa individuais e coletivas para enfrentar essas situações. As estratégias de defesa atuam no sentido de criar histórias possíveis de ser usadas para simbolizar e dar sentido ao fazer humano. Por exemplo, é muito comum entre os adolescentes o entendimento do trabalho como forma de adquirir independência na família. A história criada para lidar com trabalhos muitas vezes monótonos é a possibilidade de liberdade adquirida na casa. O lugar de provedor na família e o lugar de poder associado a ele tornam-se o lugar social que os adolescentes querem ocupar. Também são comuns as brincadeiras e jogos criados por crianças que envolvam as atividades de trabalho que estejam desenvolvendo. É difícil encontrar uma criança trabalhadora que não fantasie algum jogo para ser compartilhado com as outras crianças que estão na mesma situação de trabalho (Alberto, Wanderley e Macedo, 2004).

A busca de reconhecimento e as estratégias de defesa são caminhos legítimos para acessar as dimensões subjetivas na medida em que são feitas no coletivo, mas de forma singular. Tanto o reconhecimento como as estratégias dependem de um grupo que autorize sua instalação. Cada trabalhador, a partir de sua atividade situada, pode perceber o reconhecimento e criar suas estratégias de defesa, que passam então a ser parte fundamental do que eles são enquanto sujeitos.

Junto às elaborações da ergonomia e da discussão sobre sofrimento e prazer no trabalho, adicionamos as contribuições teóricas e metodológicas da Ergologia, tão caras a este estudo. Inspirado pelas Comunidades Científicas Ampliadas<sup>ii</sup> forjadas pelo médico italiano Ivar Oddone nos anos 60 e 70, Yves Schwartz (2000) nos explica que a Ergologia não é:

*“...uma disciplina no sentido de um novo domínio do saber, mas, sobretudo, uma disciplina de pensamento. Essa disciplina ergológica é própria às atividades humanas e distinta da disciplina epistêmica, que, para produzir saber e conceito no campo das ciências ‘experimentais’, deve, ao contrário, neutralizar aspectos históricos. A démarche ergológica, mesmo tendo como objetivo construir conceitos rigorosos, deve indicar nesses conceitos como e onde se situa o espaço das (re)singularizações parciais, inerentes às atividades de trabalho.”*

A Ergologia, enquanto disciplina de pensamento interessada nas atividades de trabalho, tornou-se ferramenta inigualável para compreender o saber-fazer, o patrimônio de trabalho acumulado pelas jovens mães trabalhadoras. O saber-fazer é parte constitutiva do que essas jovens são e nele estão marcados os fluxos singulares de cada uma delas. A dimensão subjetiva no trabalho será aqui pensada como esse saber-fazer no qual se enuncia a forma de ser e de fazer dos sujeitos. Não importando o que sejam, ou o que fazem, todas as trabalhadoras, sem distinção, retrabalham a tarefa prescrita para elas, e nesse processo incorporam para si um legado que as produz e do qual elas são produtoras.

A Ergologia se estabelece enquanto campo de pensamento a partir de quatro proposições fundamentais: (1) a distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real é universal; (2) o conteúdo dessa distância é sempre re-singularizado; (3) a distância remete à atividade do corpo-si; e (4) a distância remete a um debate de valores (Schwartz, 2003a). Para alcançar essas proposições, a Ergologia teve de lançar um olhar estrangeiro sobre o trabalho, ou seja, teve de pensar o trabalho como um enigma, algo não evidente, uma matéria estrangeira. Essa abordagem das atividades de trabalho teve a ergonomia da atividade situada como propedêutica (Telles e Alvarez, 2004), pois se baseou na descoberta da distância entre o prescrito e o real. Distância que passa a ser pensada pela Ergologia como atividade de trabalho, foco de sua análise.

Existe um retrabalho do trabalho prescrito, às vezes tão ínfimo que mal se percebe. Sem que se tenha uma abordagem disposta a ver essas microações, pouco se observa do enigma entre o prescrito e o realizado. A Ergologia generaliza esse ponto: em todas as atividades de trabalho e em todas as atividades sociais, existe uma diferença entre as normas antecedentes e o que é realizado pelos sujeitos. A Ergologia usará o conceito de normas antecedentes como uma ampliação da noção de trabalho prescrito.

Para descrever esse retrabalho, ou seja, a distância entre o prescrito e o real, Yves Schwartz pensa em nível de registros, havendo então dois deles. O primeiro, Registro Um (R1), refere-se a tudo que preexiste à atividade. Estamos falando das normas antecedentes, dos arquivos da humanidade, tudo que é acumulado na história e que nos remete a códigos e regras para a vida. Serve como enquadramento e formatação para a execução das ações.

Busca guiar a atividade e até mesmo constrangê-la. O segundo, Registro Dois (2), é aquele que se instaura para dar conta das variabilidades do meio, que, sempre em mutação, desafia a eficácia das normas antecedentes todo o tempo (Schwartz, 2003b). Os conflitos do real da atividade desafiam os sujeitos a retrabalhar a tarefa, e com isso re-singularizar as normas antecedentes, produzindo uma distinta atividade de trabalho que dê conta das *infidelidades do meio* (Canguilhem, 2000). A cada encontro devem-se repensar as normas antecipadas e recriar as formas de enfrentamento, que assim que se concretizam passam a ser antecipações para novos encontros com o meio. Trabalhar passa, então, a ser *gerir* essas variabilidades através de um debate das normas que antecipam a atividade. Nesse debate são efetuadas escolhas que atualizam os valores que cada sujeito tem diante do real da atividade. As *normas antecedentes* são, por assim dizer, um grande encadeamento de valores éticos e políticos, regras, conteúdos, leis etc. As re-normalizações relativas ao R2 são necessárias para fazer acontecer a dimensão histórica singular.

*“É necessário antecipar para ter o domínio do meio e é preciso saber que quando devemos agir é sempre uma confrontação, não só com um encontro, mas encontro de encontros: há múltiplas fontes de história que se combinam para que, qualquer que seja a busca de antecipação, seja necessário fazer face aos encontros.”* (Schwartz, 2003b:11)

A Ergologia pensa o movimento de gerir as variabilidades a partir do conceito de *uso de si*, fazendo com que todo trabalho seja pensado como uso dos sujeitos. *Uso de si* conceituado a partir de uma dualidade: de um lado, no que tange às normas antecedentes, é o *uso de si* pelos outros, e por outro lado, no que se refere às re-normalizações singulares, é o *uso de si* por si mesmo, na medida em que, para se re-normalizar, é necessário fazer escolhas e arbitrar em como usar os *projetos heranças* (Schwartz, 2003c:5), como recombina os valores. Schwartz pensa esse processo em termos de dramáticas do uso de si, drama enquanto ato<sup>iii</sup> a partir de escolhas, não como tragédia.

*“Desse ponto de vista, utilizo uma expressão um pouco grandiloquente, mas justamente não à toa: ‘uma dramática do uso de si’. Trata-se para mim de recolocar, digamos, algo de drama, de grandeza naquilo que sempre foi considerado como infinitamente pequeno e negligenciável. É verdade que, no trabalho, há sempre uma espécie de destino a viver. Não há outro jeito, sempre é necessário fazer escolhas. Se fazemos escolhas, por um lado, elas são feitas em função de valores – mas, por outro, essas escolhas são um risco, já que é preciso suprir os ‘vazios de normas’, as deficiências de orientação, de conselhos, de*

*experiências adquiridas, registradas nas regras e nos procedimentos.”* (Schwartz, 2003c:4)

Com o intuito de distanciar o conceito de dramáticas do uso de si de um devir trágico, Schwartz opta por não usar o conceito de subjetividade para pensar os atos do trabalho. A opção se deve à sua preocupação de que, se falarmos em subjetividade, estaremos negligenciando tanto os conteúdos inconscientes inerentes às dramáticas do uso de si quanto seus componentes corpóreos. Nas palavras de Schwartz, sobre suas razões em não usar a noção de subjetividade:

*“Talvez a razão principal seja justamente as escolhas que são feitas: elas não são sempre conscientes, postas na mesa; elas são feitas, freqüentemente, de forma quase inconsciente – e, felizmente, não somos obrigados a nos perguntar sem cessar ‘o que eu estou fazendo, como escolho, etc.’ ou a tentar decompor, desdobrar essas múltiplas arbitragens. Arbitragens que se situam onde? Justamente, muitas se situam no corpo. Se digo ‘corpo’, vão opô-lo à alma, como fez a filosofia clássica, o que seria muito embaraçoso, porque o corpo é atravessado de inteligência; muitas escolhas são feitas, felizmente, quase que automaticamente. Em determinados momentos, automatismos podem vir à consciência. Alguns podem, outros não. Mas, em vez de ‘subjetividade’, eu prefiro falar de ‘corpo’ e de ‘corpo-si’.”* (Schwartz, 2003c:8)

Vale considerar neste momento que as preocupações legítimas da Ergologia com uma certa noção de subjetividade, relativa a uma consciência do eu, que subjetiva tudo que faz, não se remetem, a nosso ver, ao conceito de produção de subjetividade descrito anteriormente. Como vimos, para Deleuze e Guattari, o conceito de produção de subjetividade é forjado justamente para sair do reducionismo que a noção de indivíduo e de sujeito poderia causar. Quando os autores falam em subjetividade produzida e não em subjetividade como estrutura inerente ao ser humano, rompem com a dicotomia entre corpo e alma, entre homem e meio, entre instâncias intra ou extrapsíquicas para estruturar os sujeitos. Pensamos que o conceito de *corpo-si* de Schwartz, mantendo as devidas distinções de percurso de elaboração, pode ser usado em conjunto com o conceito de subjetividade produzida utilizado por Deleuze e Guattari, sem que haja prejuízo para nenhuma das duas conceituações. Assim sendo, usaremos daqui para frente os dois conceitos na análise dos acontecimentos provocados por este estudo.

Continuando, uma das grandes preocupações metodológicas da Ergologia reside no fato de que existem muito mais dispositivos para identificar as normas antecedentes de uma

atividade de trabalho do que os processos históricos singulares do *corpo-si*. Nesse sentido, a Ergologia estabelece a necessidade ética de se forjar um processo que articule os Registros Um e Dois quando se analisa uma atividade de trabalho. E que essa articulação deve ser pensada dando grande importância às “atividades de linguagem”, mesmo que haja uma relação problemática entre o trabalho e a linguagem (Schwartz, 2003d).

Pareceu-nos fundamental também o uso da noção de atividade de linguagem para podermos olhar como as jovens experimentavam seus trabalhos. Esse olhar buscou nos aproximar dos valores e das normas que balizavam o sentido que elas davam ao ato de trabalhar e com que recursos do *corpo-si* elas enfrentavam a experiência. Nós nos propusemos a associar as descrições de condições e tipos de trabalho juvenil aos sentidos que as trabalhadoras tinham de suas vidas em geral, da maternidade e de suas atividades de trabalho. Procuramos saber como enfrentavam esse debate de normas e valores e que re-normatizações faziam, ou seja, queríamos conhecer suas *dramáticas do uso de si*.

Pensamos que, para buscarmos o entendimento dos sentidos produzidos pela experiência de trabalho, necessitaríamos do uso de uma ferramenta que propiciasse dialogarmos com as jovens. Não estamos falando aqui de uma linguagem comunicacional, tão popular na atualidade entre os gerentes de recursos humanos, com o objetivo de controlar o processo de trabalho de inúmeros trabalhadores através da captura e padronização de modos de diálogo. Estamos, sim, falando de linguagem como uma “*abordagem acerca das verbalizações no trabalho que seja o menos reducionista possível, isto é, que integre ao mesmo tempo as especificidades dessa situação social que é o trabalho, que dê conta do engajamento complexo dos sujeitos na sua fala – engajamento que não se reduz ao enunciado dos acontecimentos [...]*” (Boutet, 1993: 108).

Como vimos, a atividade de trabalho não existe se não há um sujeito que trabalhe, assim como não há sujeito que não possua linguagem. Nesse ciclo constitutivo, atividade de linguagem e de trabalho mantém uma complexa relação. Procuramos entender essa relação para que, no encontro discursivo com as trabalhadoras juvenis, compreendêssemos a complexidade dos seus atos de trabalho sem incorrer em reduções que nos fizesse levar em conta apenas uma certa linguagem operatória. Para tanto, consideramos os discursos

relativos à produção de conteúdos semióticos referidos à experiência do *corpo-si* e não à necessidade de transmitir uma mensagem.

Segundo Boutet (1993:109), existem três propriedades principais da atividade de linguagem: “(1) o processo de colocar em palavras tem uma função de descoberta; (2) o colocar em palavras é uma operação material; e (3) o colocar em palavras é um processo corporal que engaja integralmente os sujeitos falantes”. As três propriedades apontam para uma abordagem lingüística em que os sujeitos constroem e elaboram saberes no processo de enunciação da palavra.

Como aponta Boutet (1993) em sua primeira propriedade, que é reforçada por muitos estudos na área da psicologia e da psicanálise, o ato de enunciação faz com que possamos dizer a um outro coisas que não sabíamos saber da forma enunciada. Tal descoberta não está associada a um eu desconhecido que é desvendado com a enunciação. A descoberta é, na verdade, a possibilidade de materializar com linguagem o que antes era pura experiência. É na busca da melhor forma de comunicarmos nossa experiência que a descobrimos.

As algumas produções teóricas sobre a capacidade de comunicação dos humanos focam somente na complexidade do sujeito que enuncia, suas capacidades e limitações. Entretanto, os estudos sobre atividades de linguagem nos mostram que esse é um processo remetido a um outro. Isto é, não falamos a não ser se for para um outro diferente de nós, e para tanto necessitamos de uma língua material que estabeleça entre mim e o outro, uma sintonia mínima. Essa língua material, porém, impõe exigências de expressão a quem fala e de entendimento a quem escuta. Logo, os sujeitos fazem o que podem para, com o instrumento coletivo da língua, exprimir os conteúdos singularizados por suas experiências pessoais para outros sujeitos que partilham pouco ou nada dessas experiências.

Estamos falando de atividade de linguagem como “*um processo ao mesmo tempo cognitivo, psíquico e afetivo, e a enunciação engaja os sujeitos como indivíduos singulares complexos que possuem e exprimem ao mesmo tempo conhecimento, saberes, emoções e afetos*” (Boutet, 1993: 109). Ora, se falamos através de línguas naturais que nem sempre dão conta da experiência que queremos expor, instaura-se aí a necessidade de nos atermos a

esse ato de dialogar em vez de centrarmos a atenção para o sujeito que enuncia. O diálogo não será pensado como algo dado, passível de acontecer natural e eficazmente, e sim como “*uma bricolagem permanente dos sujeitos sobre o sentido das palavras produzidas e entendidas [...]*” (Boutet, 1993:111).

Outra questão que consideramos sobre atividade de linguagem e atividade de trabalho é o fato de que os simbolismos lingüísticos podem estar mais instrumentalizados para os discursos eruditos e da ordem do pensamento abstrato. Nesse sentido, o código coletivo da língua natural é rebuscado e revitalizado por mecanismos fora do mundo do trabalho manual e intuitivo. Fora do que é ilegal, anormal, informal, o que dificulta ainda mais o encontro das palavras para explicar as experiências não intelectualizadas. Assim, entender a atividade de trabalho de jovens mães trabalhadoras, que não recebem tarefa prescrita por manuais e que nem sempre são consideradas socialmente como trabalhadoras, foi um desafio *dialógico* no sentido bakhtiniano, no qual os sujeitos significam de maneira singular com material verbal, ele mesmo singular, sendo a força motriz do diálogo a relação entre os enunciados, que engloba a enunciação e a intenção que lhe é irredutível (Bakhtin, 1998).

Com as jovens mães trabalhadoras não foi possível usar livremente os discursos já produzidos sobre os sentidos do trabalho para operárias assalariadas, profissionais liberais ou artesãs com ofício reconhecido. Tivemos, sim, que – a partir do encontro com essas trabalhadoras – criar possibilidade de diálogo e entendimento daquilo que para nós é trabalho e que para elas tem inúmeros sentidos. Ao abordar uma entregadora de panfletos na rua, precisamos encontrar um entendimento dialógico de como ela experimentava tal atividade e quais os sentidos produzidos pela experiência. Para tanto tivemos de pensar esses sujeitos como produtores de suas realidades, e não como vítimas passivas e alienadas de um sistema cruel de exploração pelo trabalho. Consideramos a possibilidade de se viver prazer e sofrimento numa mesma situação de trabalho e, a partir daí, recuperar as estratégias de enfrentamento adotados pelo *corpo-si*.

E, para pensarmos o trabalho, nada melhor do que situá-lo e deixar que a atividade encarne toda a sua potência de produção de sentidos. Em suma, há sempre uma intencionalidade em tudo que os sujeitos fazem, e essa intencionalidade lhes é singular. Por mais ingênuo e manipulável que pareça, todo sujeito cria e produz sentido daquilo que faz. Considerá-lo

assim, em estudos sobre a saúde das jovens trabalhadoras, através do entendimento das suas *dramáticas do uso de si*, é antes de tudo uma forma de reconhecer seu potencial criativo e produtivo, que em uma sociedade justa e igualitária poderá ser considerado positivamente sem que haja exploração física, mental e/ou emocional dessas trabalhadoras.

Nesse ponto vale considerar a influência que tivemos do trabalho realizado por Yves Clot e pela Clínica da Atividade desenvolvida no Conservatório Nacional de Artes e Ofícios. Esse teórico também pensa a atividade de trabalho como uma situação de conflito que é sempre resolvida por soluções transitórias. O conflito se efetua porque, como nos explica Osório (2002: 60), na obra de Clot:

*“A atividade de trabalho é sempre singular, sendo a recriação de situações que a prefiguram. Os antecedentes sociais da atividade formam uma memória, objetiva e impessoal, que lhe dá continente, impondo-lhe limites e oferecendo-lhe recursos para enfrentar situações que são generalizadas num ofício. Esse trabalho social prévio à ação forma o gênero profissional. Trata-se de uma pré-atividade, algo dado a ser recriado na ação. Convenções que são tanto recursos para a ação quanto limites a essa ação. O gênero marca o pertencimento a um grupo e orienta a ação”.*

Para Yves Clot, é no desenvolvimento da atividade – que se efetua a partir da confrontação dos antecedentes da atividade, nomeados de gênero profissional, com a recriação imposta pelos conflitos do real da atividade, pensada como estilização do gênero – que se encontra a função psicológica do trabalho. O desenvolvimento da atividade funciona como instrumento de ação que implica num necessário desenvolvimento dos sujeitos. Em uma obra complexa (Clot, 1999a), fortemente influenciada por Bakhtin, Vygotski e Oddone Yves Clot desenvolve uma Clínica da Atividade que se forja a partir do seguinte pressuposto:

*“São as relações entre atividade e subjetividade que estão no centro da análise. O trabalho é visto não somente como trabalho psíquico, mas como uma atividade concreta e irreduzível. Melhor dizendo, a atividade é, para nós, o continente escondido da subjetividade no trabalho.”* (Clot, 2001: 49)

Segundo Clot, para realizarmos uma Clínica da Atividade, temos de ir além de uma concepção sedentária de atividade para podermos considerar os conflitos do real, inerentes a todo ato de trabalho.

*“A atividade não é somente aquilo que se faz. O real da atividade é também o que não se faz, aquilo que nós não podemos fazer, o que nós tentamos fazer e não conseguimos – os fracassos –, aquilo que nós teríamos vontade de fazer ou poderíamos fazer, aquilo que não fazemos mais, aquilo que nós pensamos ou sonhamos poder fazer em outros lugares. É necessário acrescentar aqui – um paradoxo freqüente – que atividade é aquilo que nós fazemos para não fazer o que tem que ser feito ou ainda o que nós fazemos sem desejar fazer. Sem contar aquilo que é necessário refazer.” (Clot, 2001: 50)*

Um dos conceitos desenvolvidos por Clot, inspirado pela crítica que Henry Wallon fez ao taylorismo, e que muito nos foi útil para pensar o sofrimento relatado pelas jovens mães trabalhadoras, foi o de *atividade contrariada*:

*“O que ocorre é a amputação de uma grande parte do que mobiliza aquele que trabalha, abandonando à sombra toda uma série de pensamentos e deliberações, de julgamentos, de arbitragens e de criações que, na verdade, estão implicadas na disponibilidade exigida do trabalhador. [...] Ora, a organização do trabalho, que deveria colocar seus recursos à disposição dos assalariados, se furta massivamente a essa missão. [...] O trabalho deserta de sua função psicológica para os sujeitos quando o ofício se perde – ou não é mais buscado –, quando ele se confunde com a execução de procedimentos, não importando se são úteis.[...] A Clínica da Atividade encontra aqui o problema do sofrimento. Mas a conceitualização que ela propõe levar em conta não é a mesma que a da psicodinâmica do trabalho. Como veremos, o sofrimento é uma atividade contrariada, um desenvolvimento impedido. É uma amputação do poder de agir. Nós podemos dizer a maneira de Ricoeur. Segundo ele, o sofrimento não é unicamente definido pela dor psíquica ou mental, mas ‘pela diminuição, através da destruição da capacidade de agir, do poder-fazer, sentido como um atentado à integridade de si’ (Ricoeur, 1990, p. 223).” (Clot, 2001: 50)*

Outra contribuição da Clínica da Atividade que nos foi muito cara para este estudo é a adaptação feita da técnica de “Instrução ao Sósia”<sup>iv</sup>, originária da prática de Ivar Oddone e colaboradores (Clot, 1999a; Clot, 1999b). Um dos caminhos metodológicos que usamos para chegar até as atividades de trabalho experimentadas pelas jovens mães trabalhadoras foi a “instrução ao sósia”, que nos propiciou obter um acesso ao que era vivido pelas jovens e às possíveis variações dessa experiência. Do ponto de vista metodológico, a função do sósia, nessa técnica, é a de resistir à atividade, questionar as variáveis, por dificuldade na realização da atividade. O processo de resistir à tarefa coloca o instrutor, no caso o trabalhador, para se re-posicionar diante de atividades que ele antes executava de maneira automática, sem necessariamente desenvolver um discurso sobre o que e como ele fazia para dar conta dos conflitos do real do trabalho. Segundo Yves Clot, o objetivo da metodologia seria colocar o trabalhador diante de possibilidades insuspeitadas de ação.

*“Estudando detalhadamente o que os trabalhadores fazem, o que eles dizem do que eles fazem, mas também o que eles fazem do que eles dizem, desembocamos sobre um conhecimento singular: aquele das possibilidades insuspeitadas por eles mesmos. É graças à restauração do ‘debate de escolas’ sobre as maneiras de trabalhar e de dizer que damos uma história possível aos dilemas do real (Clot, 1999 b; Clot & Faïta, 2000; Clot, Faïta, Fernandez & Scheller, 2000). Isso não prejudica a pesquisa. Seu objeto também se transforma. Compreender para transformar, dissemos nós, no início deste artigo. Concluiríamos completando essa formulação com uma outra: transformar para compreender. Compreender as relações entre o real e o realizado”.* (Clot, 2001: 51)

O encontro desses conceitos dispostos até aqui com as *dramáticas do uso de si* de jovens mães trabalhadoras produziu cartografias do trabalho precoce feminino no contexto carioca. No encontro foi forjada uma metodologia de pesquisa-intervenção para que as dramáticas tivessem passagem. O capítulo que se segue conta essa história e tantas outras. Que falem as jovens...

---

<sup>i</sup> *Acontecimento* não será usado apenas para descrever o que se sucede ou se realiza. Na produção de Deleuze e Guattari, os acontecimentos são pensados como graus de potência atualizados tanto em sujeitos como em coisas, com o poder de afetar e ser afetado. Dinâmica que produz o insólito por meio de devires e processos (ver Barros e Lima, 2001).

<sup>ii</sup> Comunidades Científicas Ampliadas foram espaços de confronto entre os saberes formais dos pesquisadores e os saberes informais dos trabalhadores. As comunidades eram compostas de operários, sindicalistas, estudantes e profissionais, que investigavam de forma autônoma os ambientes de trabalho, apresentando propostas de transformação. Essas comunidades fazem nascer uma nova concepção de pesquisa e de produção de saber sobre o trabalho.

<sup>iii</sup> Ver Figueiredo e Athayde (2004), na conceituação de drama com a noção de ato.

<sup>iv</sup> Técnica originariamente elaborada por Ivar Oddone e retrabalhada por Yves Clot na Clínica da Atividade desenvolvida no Conservatório Nacional de Artes e Ofícios (CNAM), na França. A técnica tem por objetivo a elaboração verbal, por parte dos trabalhadores, de suas atividades de trabalho. Ela consiste em uma entrevista que o trabalhador fornece a uma pessoa com a intenção de instruí-la com um sócio. Essa pessoa tem de ser capaz de passar despercebidamente pelo trabalhador em seu local de trabalho. Esse exercício hipotético revela não só as maneiras de agir inerentes ao trabalho, mas toda a lógica de ação dos trabalhadores e os sentidos da experiência do trabalho.

### CAPÍTULO 3 - A HISTÓRIA DO TRABALHO DE CAMPO

O recorte etário que demarca a caracterização das trabalhadoras neste estudo subverte a representação hegemônica do que é uma trabalhadora. Como assinalamos anteriormente, a representação mais comum de trabalhadora está relacionada a um processo de trabalho de localização específica, isto é, aquele que acontece em uma fábrica ou em uma empresa de prestação de serviços e é regulamentado por alguma profissão ou ofício, como, por exemplo, enfermeira, operária ou costureira. Ao subverter essa lógica e reunir trabalhadoras por sua condição de jovens mães, e não por um certo tipo de processo de trabalho, fez-se necessário forjar procedimentos de pesquisa alternativos. Esse caminho investigativo buscou ir além da orientação da ergonomia situada (Messing, 2000) de *compreender o trabalho para transformá-lo* – o que procuramos fazer foi transformar tal representação hegemônica de trabalho para compreender a atividade das jovens mães. Seguimos assim a pista de Yves Clot (2001), que propõe este *mais além* da ergonomia, ou seja, ao invés de compreender para transformar, transformamos para compreender. O relato que se segue, descrito como “fases do trabalho de campo”, tem por objetivo descrever o percurso do processo de transformação e os caminhos percorridos para que fossem gerados os dados que alimentam as compreensões teóricas produzidas nesta tese.

Para forjar o caminho investigativo adotado nesta tese nos inspiramos primeiramente nos procedimentos de pesquisa-intervenção forjados pela corrente da Análise Institucional Socioanalítica francesa; da maneira como esta foi apropriada e composta por pesquisadores brasileiros (Rodrigues e Souza, 1991, Rocha e Aguiar, 2003). Em consonância com esta proposta, não buscamos com este procedimento de pesquisa-intervenção uma mudança pré-determinada nas trajetórias de vida das jovens participantes do grupo de pesquisa. Buscamos sim, construir espaços onde pudéssemos, juntas, interrogar os múltiplos sentidos que tínhamos sobre o que é o trabalho e a maternidade no contexto dos espaços populares. Segundo a Análise Institucional, uma pesquisa-intervenção busca produzir um diálogo entre teoria e prática onde não há a anterioridade de uma em comparação com a outra. Assim, não objetivamos com este estudo ajudar as jovens mães trabalhadoras a desvendar um conhecimento que elas deveriam saber e que ainda não sabiam, ou seja, conscientizá-las. Buscamos sim, colocar em análise os sentidos instituídos sobre o trabalho e a

maternagem e, ativamente, procuramos por movimentos, diferenciações e possibilidades. Ou seja, fomentamos a produção coletiva de conhecimento.

Os procedimentos de pesquisa-intervenção aqui apresentados se inspiram também nas vias metodológicas que remontam aos sentidos que os sujeitos pesquisados têm do acontecimento investigado. Foram escolhidas para este estudo técnicas de investigação utilizadas nas ciências humanas e sociais, em especial aquelas em que os sujeitos da pesquisa atuam ativamente no processo de produção de conhecimento (Clifford, 1986; Geertz, 1989; Becker, 1993; Certeau, 1994; Costa, 2002; Fonseca & Kirst, 2003). Ademais, as ferramentas de pesquisa-intervenção da Análise Institucional e das ciências sociais foram mescladas com os pressupostos da Ergologia e da Clínica da Atividade, especialmente onde estas se aproximam dos métodos de intervenção propostos por Ivar Odonne, como expomos no capítulo anterior. Este mosaico objetivou lidar com as questões da atividade de trabalho de forma principal. Dito de outra forma, todo o processo de pesquisa-intervenção teve como questão principal dar visibilidade ao conteúdo enigmático das atividades de trabalho, pelo entendimento das experiências concretas das jovens mães trabalhadoras. A escolha propiciou que as articulações teóricas produzidas a partir desta pesquisa-intervenção pudessem ser compostas tanto pela formação discursiva instituída sobre o trabalho como pelas práticas de trabalho dos próprios sujeitos da pesquisa.

Assim, uma metodologia de pesquisa-intervenção foi desenhada para a produção de dados empíricos. O programa de extensão universitária do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (Nesa/Uerj) no Complexo do Morro dos Macacos, situado no bairro de Vila Isabel, na cidade do Rio de Janeiro, foi o campo da pesquisa. O programa agregava, na ocasião do trabalho de campo, um número significativo de jovens mães trabalhadoras, especialmente entre os jovens participantes das atividades do Centro Cultural Atitude (CCA). O Centro Cultural, durante o desenvolvimento das três primeiras fases da pesquisa-intervenção, dispunha de oficinas de arte, esporte e lazer e atuava como lugar de interação para os jovens moradores daquele espaço popular urbano. A equipe técnica do Nesa (da qual fazemos parte) e os instrutores de oficina que lá trabalhavam incentivavam os jovens a frequentar o CCA como lugar de convivência, trabalho voluntário ou para participar de alguma atividade de educação e saúde.

Para a realização da pesquisa-intervenção, mulheres jovens, moradoras daquele espaço popular e com experiências de maternidade e trabalho em suas trajetórias de vida, foram convidadas a participar de grupos de discussão semanais por um período de seis meses. Os grupos abordaram temas relacionados à juventude em situação de trabalho e à experiência da maternidade. Começavam sempre com uma pergunta a que nós todas tínhamos de responder juntas. As respostas individuais produzidas eram registradas em um material gráfico, cartolina ou papel crepom, formando então uma resposta coletiva. A técnica da “Instrução ao Sósia”<sup>i</sup>, inspirada naquela desenvolvida pela Clínica da Atividade, também foi utilizada para o entendimento das atividades de trabalho do coletivo de jovens mães – em especial, no entendimento dos cuidados com os filhos e com a casa como atividade de trabalho.

As participantes produziram, a cada encontro, um material gráfico e discursivo que foi registrado em um diário de campo. O registro no diário se dava tanto durante, como ao final de cada encontro e sempre foi realizado por mim. Os materiais gráficos escritos em cartolinas foram muitas vezes registrados pelas jovens, assim como as colagens e desenhos. Foi acordada também com as jovens a elaboração de uma publicação, desenvolvida coletivamente, com o objetivo de compartilhar o conhecimento produzido ao longo da pesquisa-intervenção com outras mulheres que estivessem experimentando as mesmas situações de vida e trabalho, que será apresentada mais adiante.

Ao final do processo de encontros semanais com o grupo cada uma das seis participantes finais do processo de pesquisa-intervenção respondeu a uma entrevista semi-estruturada (vide roteiro em anexo um), que foi gravada e teve o objetivo de recuperar o entendimento que cada uma delas teve do processo de pesquisa-intervenção que desenvolvemos juntas. Ao final deste capítulo apresentamos uma breve biografia destas jovens, que foram mães na adolescência e que tinha uma trajetória de trabalho que inclui desde o trabalho doméstico para suas próprias famílias até o emprego formal na área de serviços. Estas biografias não serão apresentadas agora para podermos descrever primeiro o processo coletivo de produção de conhecimento. Vale ressaltar que estas breves biografias não são o resultado de uma coleta de história de vida completa, são apenas fragmentos de trajetórias de vida, que foram trazidas por elas durante o processo da pesquisa-intervenção. Os nomes originais das participantes de cada encontro do grupo foram omitidos no processo de documentação

do estudo. Cada uma delas assinou um termo de consentimento livre e esclarecido, como sugerido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública – Fiocruz (ver anexo dois).

O relato que se segue está baseado no material discursivo registrado no diário de campo da pesquisa-intervenção, desde a negociação para a constituição do grupo até o fechamento das atividades do trabalho de campo. Também foram incluídos na análise o material gráfico produzido nos grupos, a cartilha elaborada e as transcrições das entrevistas individuais feitas com cada participante no final da pesquisa-intervenção.

**3.1 – PRIMEIRA FASE: INAUGURANDO A DISCUSSÃO DA QUESTÃO DO TRABALHO DE MULHERES JOVENS NO CENTRO CULTURAL ATITUDE. Análise da demanda do centro comunitário.<sup>ii</sup>** entre o “*será que elas têm jeito?*” e o “*tenho pena, temos que ajudar*”.

A discussão sobre as articulações entre maternidade e trabalho na juventude desenvolvida no Centro Cultural Atitude se inicia a partir da demanda produzida por este estudo, combinada com a necessidade de programação das atividades de educação e saúde implementadas pelo Nesa no CCA. A proposta de pesquisa-intervenção foi apresentada como uma das atividades a serem oferecidas para jovens mães. A iniciativa foi recebida com grande entusiasmo pelos coordenadores do CCA, que estavam bastante preocupados com o fato de aquelas mães serem muito jovens e não possuírem as “habilidades” e “valores” necessários para educar seus filhos, como expressa um dos coordenadores do CCA:

*“Esta atividade é ótima, pois essas meninas andam sempre desocupadas, carregando os filhos para cima e para baixo. Até quando estão conversando com bandido... Só conversando não, namorando mesmo. As crianças vendo toda a vadiagem. A gente tem pouca coisa para oferecer para elas, a gente nem sabe o que elas querem da vida. O pior é que já são mães.”* (staff do CCA)

A pesquisa-intervenção foi proposta como uma possibilidade de espaço de elaboração sobre a maternidade e o trabalho. Num primeiro momento, a proposta de discussão sobre o trabalho foi entendida pelos profissionais que atuavam no CCA – e que eram responsáveis

pela divulgação e inscrição das jovens no grupo – como atividade de preparação e encaminhamento para o mercado de trabalho. Foi necessário esclarecer que as atividades de educação e saúde tinham o compromisso de atender às demandas das jovens da melhor maneira possível, mas não tinham por objetivo os meios cabíveis de inseri-las no mercado de trabalho. O objetivo era escutá-las e potencializar suas iniciativas.

Foi necessária uma série de encontros com a equipe de trabalho do CCA para que a proposta fosse entendida. O fato de a atividade ter sido apresentada e conduzida por uma psicóloga fez surgir, também, a demanda de aconselhamento psicológico. Quando a equipe entendeu que a atividade da pesquisa-intervenção seria um espaço de elaboração das questões relativas à maternidade e ao trabalho, apareceu a demanda de se “*educar o comportamento*” das jovens, para que estas pudessem exercer melhor seu papel de mãe.

*“Temos que ajudar para que elas não fiquem por aí sempre brigando com seus filhos. Elas são muito agressivas, não têm psicologia com as crianças. Até parece que os filhos têm culpa do que elas fizeram.” (staff do CCA)*

Para a maioria dos técnicos que atuavam no CCA, as jovens mães com disponibilidade para estar no grupo eram vistas como problemáticas e incapazes de gerir a própria vida e educar os filhos.

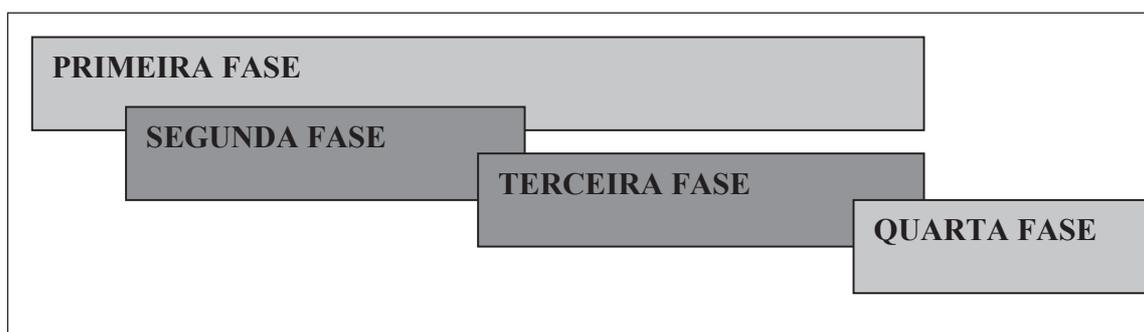
*“Será que elas têm jeito? Assim sem trabalho, levando essa vida, fico com pena das crianças. A gente quer muito ajudar. Eu vou convencer elas de participar.” (staff do CCA)*

Como estratégia para a análise dessas demandas, decidimos continuar participando da reunião de planejamento semanal com a equipe de trabalho do CCA durante todo o processo da pesquisa-intervenção. Nas reuniões foi sendo apresentado o andamento dos trabalhos do grupo e, ao longo do processo, o espaço de reunião institucional foi também sendo ocupado pelas jovens, como será relatado mais adiante. A participação nas reuniões teve o objetivo de *desconstruir* o conceito de gravidez precoce como sinônimo de incapacidade e irresponsabilidade. Para tanto, usamos a categoria *trabalho* para analisar a trajetória de vida de diversas mulheres moradoras de espaços populares. A *desconstrução* foi possível a partir da visibilidade dada ao engajamento das jovens mães nas discussões que estávamos propondo no grupo, assim como em todas as atividades do CCA. Quanto

mais o espaço de discussão e planejamento institucional foi aberto para as jovens, mais elas participaram e puderam expor suas idéias e propostas de trabalho.

Como mostra o esquema a seguir, embora esta fase da pesquisa-intervenção esteja sendo apresentada como a primeira fase, isso não significa que o início da segunda se dê com a finalização da primeira. A análise da demanda do centro comunitário segue em curso durante todo o processo e modifica seu foco passando de uma atividade de negociação da nossa proposta de trabalho para uma atividade constante de intervenção, concomitante à constituição do coletivo de jovens mães.

**Figura 1: Configuração gráfica das fases da pesquisa-intervenção e suas sobreposições temporais.**



**3.2 – SEGUNDA FASE: CONSTITUINDO UM GRUPO DE JOVENS MÃES PARA DISCUTIR TRABALHO.** Análise da demanda do grupo: entre o “*todo mundo acha que eu sou vadia só porque eu já sou mãe*” e o “*trabalho certo é só de ‘acompanhante’, de vadia mesmo*”.

Inúmeras foram as tentativas para se constituir o grupo. Ao todo, 15 mulheres jovens se inscreveram em diferentes momentos para participar das atividades do grupo. Como reflexo do entendimento inicial da proposta pelo *staff* do CCA, muitas mulheres se inscreveram no grupo com a expectativa de encaminhamento para o mercado de trabalho. Buscavam uma oportunidade de se inserir no mercado de trabalho e/ou de aprender uma habilidade que lhes desse mais oportunidades de emprego. Muitas delas queriam logo poder começar a trabalhar, pois precisavam de dinheiro imediato. Estas participaram de apenas um ou dois encontros. Algumas, porém, aderiram à proposta de discussão, mas não puderam seguir no grupo, pois conseguiram trabalho como doméstica e entregadora de panfletos, ficando,

assim, impossibilitadas de comparecer aos encontros durante a semana. O grupo se reuniu por seis meses, todas as quartas-feiras, das 9h30 às 11h30, o que impediu que as jovens que trabalhavam em horário comercial freqüentassem a atividade. As que faziam trabalhos temporários tentaram participar de forma eventual, mas esse tipo de comparecimento se tornou insuficiente, pois as jovens se ressentiam de não acompanhar o ritmo das outras integrantes. Por mais que tentássemos fazer o espaço do grupo inclusivo, elas se sentiam fora do andamento dos trabalhos.

*“Eu queria continuar, mas, toda vez que vejo as outras já toda interada, me sinto peixe fora d’água. Tem gente aí que nunca se deu e que agora são até amiga.” (P.J., 16 anos)*

Assim que conseguimos uma freqüência repetida das mesmas jovens, acordamos um contrato de trabalho, que foi escrito numa folha de cartolina. Uma das participantes sugeriu, como forma de assinarmos o contrato de trabalho para as atividades do grupo, que cada uma de nós desenhasse uma imagem de si mesma com seus filhos na cartolina, na qual as regras de convivência seriam descritas.

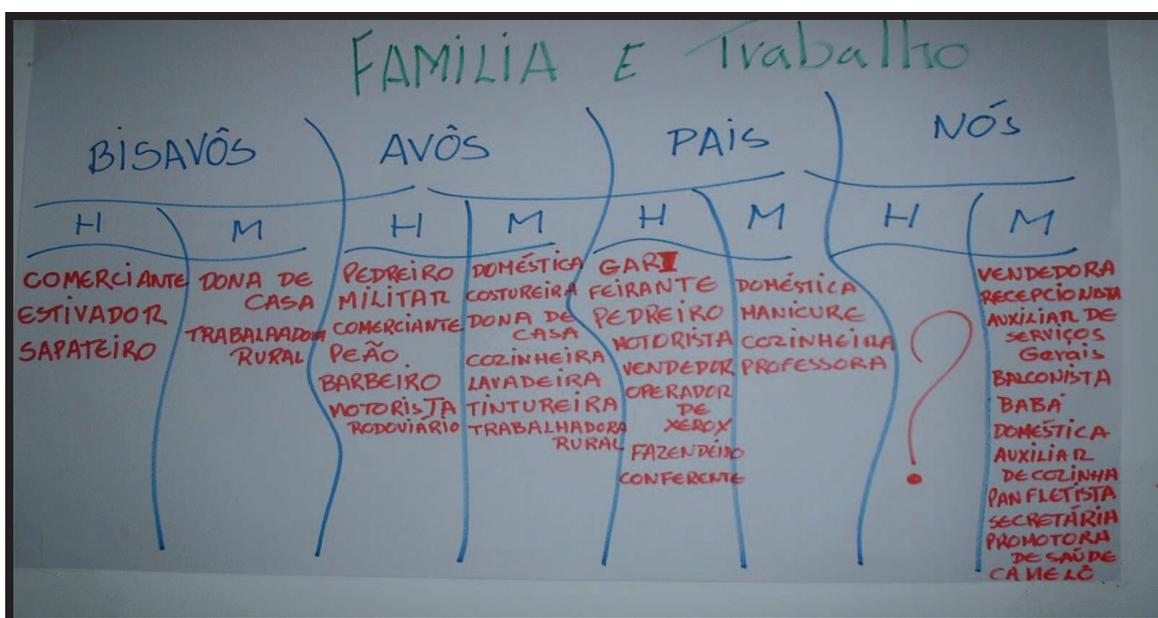
Esse enquadramento foi feito para que certas questões – como aceitar a opinião dos outros, não comentar o discutido fora do grupo ou não faltar aos encontros – fossem discutidas e acordadas como necessárias para o desenvolvimento do trabalho. Um dos tópicos mais debatidos durante a elaboração do contrato foi o fato de morarem muito perto umas das outras e de não quererem falar de coisas de suas vidas com vizinhas. Temiam que suas opiniões e histórias fossem *“focadas pelo beco afora”*. Em especial, as histórias de dificuldades financeiras, que eram relatadas com mais discrição do que a vida sexual e afetiva, por exemplo. Havia mais facilidade expressiva para falar de uma relação sexual ou de uma briga com o companheiro, ou ainda de uma situação de conflito familiar com os pais, do que dizer, no grupo, que os filhos não tinham o que comer ou que a casa estava com uma infiltração grave e não havia recursos para o conserto. Geralmente tais assuntos saíram como confissões ou a partir de acontecimentos que deflagraram uma situação extrema, impossível de não ser compartilhada no grupo.

*“Eu só falei isso aqui porque já confio em vocês. Foi duro ver meu filho tendo que comer pão mofado. Me deu vontade de devolver*

*para aquele unha-de-fome. Mas o menino estava com fome e foi logo comendo.” (G.T., 23 anos)*

Assim que conseguimos acordar um contrato, introduzimos a discussão sobre o trabalho. Levantamos histórias de trabalho nas famílias de cada uma de nós (inclusive na minha família) e montamos um quadro em que as profissões de nossos bisavôs, avôs, pais e de nós mesmas foram listadas.

**Figura 2 – Quadro com a história do trabalho nas famílias**



Discutimos como o trabalho dos homens da família estava sempre ligado a um ofício praticado fora do domínio doméstico – como estivador, sapateiro, barbeiro, pedreiro – e o das mulheres relacionava-se sempre com a casa e a reprodução social, como cozinhar, costurar, limpar, lavar, ensinar, embelezar... Notamos também que as mulheres, na atualidade, estavam trabalhando em atividades que ainda eram de reprodução social, embora tivessem uma escolaridade maior. Exercíamos atividades que pressupunham que, no mínimo, deveríamos saber ler e escrever, como as de recepcionista, vendedora, psicóloga, auxiliar de escritório, balconista etc. – fato que não ocorreu para as nossas avôs, descritas, em sua maioria, como analfabetas ou capazes somente de assinar o nome.

*“Não tinha pensado nisso antes, mas eu sou a primeira da minha família a completar o Ensino Médio. Lá em casa o pessoal não entende por que eu quero estudar mais. Deve ser por eles nem chegaram a passar do primário.”* (D.B., 21 anos)

*“Estudar não adianta tanto assim, não... Minha mãe está sempre empregada. Eu é que não paro em emprego algum. Ela vive jogando isso na minha cara.”* (N. L., 18 anos)

Nesse encontro inicial foi possível discutir que tipo de trabalho elas estavam mais aptas a fazer e que habilidades elas teriam naquele momento para conseguir um emprego. Uma das jovens, ao se manifestar, fez um chiste, dizendo que a única coisa que elas sabiam fazer bem-feita era sexo, o que provocou uma grande discussão, recheada de piadas e depoimentos de como elas percebiam que eram vistas desde que tiveram filhos.

*“Minha mãe foi logo dizendo: ‘Agora todo mundo vai saber que você já deu. Antes do filho, só você sabia. Se deu para um, pode dar para outro’.”* (N.L., 18 anos)

*“Depois que você tem filho, o cara não aceita fácil você não transar com ele. Vai logo dizendo que a gente não tem mais nada a perder.”* (N.L., 18 anos)

*“O jeito mais fácil de ganhar dinheiro é transando. Só não faço porque não tenho coragem, pelo meu filho. Mas é só sair na rua que tem um monte de proposta.”* (D.B., 21 anos)

*“Todo mundo acha que eu sou vadia só porque eu já sou mãe”* (K.M., 17 anos)

*“Tem um puteiro aqui na praça. Se chegar lá, é trabalho certo, só que a transa custa 10 reais. Imagina, não deve ficar quase nada com a gente.”* (S.P., 22 anos)

*“Eu fico com o pai do meu filho porque ele me dá as coisas. No dia que ele não me der mais, eu pulo fora. Minha irmã diz que eu sou puta, que faço por dinheiro. Eu não sei, não. Eu quero é ter as coisas.”* (K.M., 17 anos)

A partir dessa discussão, combinamos procurar saber como estava o mercado de trabalho para mulheres jovens, moradoras de espaços populares, com baixa escolaridade. Decidimos

trazer recortes de classificados de jornais ou de qualquer anúncio de oferta de trabalho para, juntas, fazermos uma classificação das oportunidades de trabalho.

**Figura 3 – Quadro com a colagem dos classificados**



Foi feita uma colagem de todos os anúncios trazidos e organizada uma escala de classificação de cada um deles. Para determinar a qualidade das ofertas de trabalho, as jovens elaboraram uma legenda com a seguinte representação: (1) a imagem de um coração representava ofertas solidárias de trabalho, como aquelas oferecidas a pessoas portadoras de deficiência física – eram oportunidades que elas consideravam importantes, mas para as quais não se qualificavam; (2) um ponto de interrogação junto com um de exclamação aglutinava as ofertas consideradas boas, mas nas quais elas não teriam chance (por exemplo, concursos para a carreira militar ou atividades que exigiam, no mínimo, o Ensino Médio completo); (3) um ponto de exclamação classificava as atividades em que elas teriam mais chances de se inserir (por exemplo, funções de auxiliar de serviços gerais e recepcionista); (4) um par de algemas representava o trabalho que elas consideravam de

exploração, como o de profissional do sexo (este, porém, somou a maior quantidade de ofertas de trabalho de todo o material analisado); (5) um ponto de interrogação determinava as oportunidades de trabalho a que elas poderiam se adequar, mas para as quais não teriam a menor chance, pois exigiam uma quantia de dinheiro para investir – era algum negócio de vendas, ou seja, elas teriam de comprar o material que iriam vender; (6) uma caveira colocada no final representava dois anúncios considerados por elas racistas, pois ofereciam trabalho de doméstica apenas para mulheres recém-chegadas do Nordeste.

*“É claro que eles só querem paraíba – já chega morta de fome, não conhece ninguém e vai trabalhar por qualquer miséria de dinheiro.”* (G.S., 18 anos)

*“Se você está numa fila para disputar um trabalho e a mulher na sua frente é branca e você é preta, pode desistir que o trabalho já é dela.”* (G.T., 23 anos)

*“Eu tentei ser modelo, fui até fazer teste. Mas achei que todas lá eram mais bonitas do que eu. Eu era a única negra e a mais baixa de todas. Sabia que não tinha chance.”* (D.B., 21 anos)

*“Trabalho certo é só de garota de programa, de vadia mesmo.”* (L.N., 20 anos)

Essa atividade finalizou a primeira etapa da constituição do grupo de mulheres jovens que ficou até o final das atividades de pesquisa-intervenção. Nesta ocasião ficaram evidenciados os rumos que tomaríamos nas discussões do grupo, fazendo com que algumas das participantes não retornassem. Já tínhamos a frequência assídua de três jovens.

### **3.3 – TERCEIRA FASE: A CONSTITUIÇÃO FINAL DO COLETIVO DE JOVENS MÃES PARTICIPANTES DA PESQUISA-INTERVENÇÃO E OS QUATRO MESES DE CONVIVÊNCIA.**

A terceira fase da pesquisa-intervenção será apresentada em três momentos. A subdivisão foi elaborada para dar visibilidade ao processo de autonomia desenvolvido pelas jovens mães trabalhadoras.

### 3.3.1 – Primeiros encontros: definindo maternidade e trabalho na sociedade capitalista.

Uma das três jovens que estavam participando assiduamente do processo até aquele momento engajou-se em trazer mais mulheres. Ela dizia que sempre teve vontade de formar um grupo e que essa seria uma boa oportunidade. A participante trouxe mais três moças, formando-se, então, um grupo de seis mulheres jovens dispostas a discutir a questão do trabalho em suas vidas. Ao procurarmos definir o que poderia ser a experiência de trabalho comum a todas elas, a maternidade apareceu como a única atividade que as aproximava, embora não fosse compreendida exatamente como trabalho, mas como um acontecimento experimentado por todas. Elas insistiram em afirmar que o que dava unidade àquele grupo era o fato de todas serem mães, pois a experiência de trabalho era muito diversa.

*“Eu nunca trabalhei. Na casa de família não durei nem um mês. Só fico em casa com meu filho mesmo.” ( P.V., 18 anos)*

*“Trabalhar mesmo só trabalha a D.B e a L.N., que têm carteira assinada.” (G.T., 24 anos)*

*“Não tinha que já ter tido filho ou estar grávida para entrar no grupo?” (C.S., 20 anos)*

Decidimos, então, começar por discutir a maternidade buscando uma resposta coletiva para uma única pergunta. Todas as respostas individuais foram escritas em uma cartolina e, ao final, foram discutidas como se fossem uma só resposta. A primeira pergunta à qual respondemos foi “O que acontece quando a gente engravida?”. As respostas apareceram na seguinte seqüência:

*“Desespero. Vontade de morrer. Pensa em dinheiro. Muda tudo na vida. Dá vontade de matar o cara. A família dele e dela não apóia. Medo de não saber ser mãe. Mas tem amor pela criança. A gente festeja. Fiquei grávida da pessoa que eu queria. Tem uma pessoa dentro da gente. Tem que ser sustentada por um homem... em termos. Tem que cuidar. Tem que levar para a escola. Medo do parto.”*

A discussão que se seguiu à resposta coletiva se baseou no fato de que diferentes percepções sobre a experiência da maternidade apareceram na resposta. O grupo se surpreendeu com o fato de todas terem a maternidade em comum, mas cada uma viveu a

experiência de forma distinta. Ao mesmo tempo, os argumentos umas das outras podiam ser entendidos.

*“Eu não sei dizer se é bom ou ruim – tem um pouco dos dois.”*  
(P.V., 18 anos)

Procuramos entender melhor as questões relacionadas ao sustento da criança e perguntamos se a gravidez inaugurava as preocupações dessas mulheres com o trabalho. A discussão mostrou que a preocupação com a sobrevivência e com o trabalho já estava presente na vida delas antes do acontecimento da gravidez – ou como trabalho doméstico em casa, para liberar os pais para trabalhar fora de casa, ou para ajudar no sustento da casa e/ou suas necessidades de consumo.

*“Sempre fiz algum bico, sempre tive o meu. Quando eu engravidei é que não deu mais.”* (C.S., 20 anos)

*“Eu saí da escola e fui trabalhar. Não agüentava estudar, ajudava minha tia nas faxinas. Até hoje não voltei a estudar e ainda faço faxina, só que o dinheiro agora é só meu.”* (L.N., 20 anos)

*“Se trabalhar em casa conta, eu sempre cuidei dos meus irmãos e sobrinhos. Até parei de estudar, pois não dava para cuidar da casa e ir para a escola.”* (G.S., 18 anos)

*“Eu sempre trabalhei e estudei à noite. Quando eu engravidei, tinha passado no vestibular de uma faculdade particular. Aí parei. Não dava para pagar a faculdade e sustentar meu filho. Tive que escolher.”* (D.B., 21 anos)

O encontro seguinte teve como atividade responder coletivamente à pergunta “Por que a gente trabalha?”. Houve o seguinte encadeamento de respostas:

*“Para se tornar independente da família e do companheiro. Para sustentar os filhos. Para pagar as contas. Ter menos preocupação com o sustento da casa. Para comprar nossas coisas. Para conhecer novas pessoas. Abre a mente, conhece pessoas de outra realidade. Ter força para mudar. Para conhecer lugares diferentes. Para aprender com o trabalho, ter novas experiências, menos em casa de família – trabalho solitário. Ter uma vida melhor.”*

Ao analisarmos a resposta coletiva, a discussão se encaminhou para o fato de que, apesar de haver tantos motivos positivos para alguém trabalhar, algumas pessoas desistiam disso. As razões encontradas para se desistir do trabalho giraram em torno das seguintes questões:

1) Sobrecarga de trabalho *versus* baixos salários:

*“Ralar o mês todo e só ganhar 260 é duro. Trabalha trinta e gasta em dois.”* (G.T., 24 anos)

*“No início eu chegava tão cansada que não conseguia nem comer antes de dormir. Cada faxina me matava. Eu ficava uma semana sem coragem de voltar a trabalhar.”* (L.N., 20 anos)

2) Situações de racismo ou preconceito:

*“Primeiro ela me perguntou se onde eu morava tinha banheiro; depois, se eu usava desodorante. Pode?”* (P.V., 18 anos)

*“Eu sabia que não ia conseguir. Eu era a única negra, nem valia a pena continuar tentando.”* (D.B., 21 anos)

*“Se der o endereço certo, vão saber que é na favela, e já te olham de outro jeito. Eles acham que todo mundo aqui é bandido.”* (G.S., 18 anos)

3) Preocupação relacionada ao fato de ter de deixar o filho alguém:

*“Eu faltei uma semana por causa do meu filho. Nem fui lá depois. Sabia que iam me demitir. Ir lá para quê?”* (L.N., 20 anos)

Durante a discussão, uma das participantes perguntou o que queria dizer “classe social” e por que chamávamos a favela de espaço popular quando falávamos do preconceito contra os moradores. Discutimos então, dando como exemplo um pequeno comércio (a padaria da esquina), noções de capital, força de trabalho e processo produtivo. Montamos diferentes cenários para exemplificar o custo da força de trabalho e da acumulação do capital pelo uso da mais-valia.

*“Quer dizer que, quanto menos vale a força de trabalho, mais pobreza.”* (G.S., 18 anos)

*“Quem não é dono de nada tem que vender o trabalho.”* (L.N., 20 anos)

A atividade propiciou uma discussão sobre os direitos trabalhistas alcançados ao longo da história pela classe trabalhadora e de como, na realidade de trabalho experimentada pelas mulheres do grupo, a maioria desses direitos foi ou estava sendo violada, a ponto de algumas delas não acreditarem que, de fato, tais garantias ajudavam alguma coisa.

*“Carteira de trabalho só serve para abrir crediário nas Casas Bahia.” (L.N., 20 anos)*

*“Direito é só para quem estuda e sabe se defender. Sabe falar. Não é para mim, por exemplo.” (P.V., 18 anos)*

*“Se eu tivesse direitos, não teria sido demitida quando engravidei.” (C.S., 20 anos)*

No encontro seguinte, discutimos sobre onde e quando se trabalha. Buscamos com o debate localizar as atividades desenvolvidas pelas mulheres fora dos locais típicos de trabalho. Da discussão sobre a padaria, pensamos sobre onde mais as pessoas trabalham quando acaba o turno de trabalho ou quando não se tem um emprego formal. Foi solicitado a cada uma delas que trouxesse de casa uma memória de um dia típico em suas vidas – da hora em que acordam até a hora de ir dormir. Só uma delas trouxe por escrito o que foi pedido; as outras preferiram falar no grupo suas rotinas diárias. O material escrito trazia o seguinte registro:

*“Um dia de trabalho de uma mulher.*

*Bom dia!*

*6:15 hs – Me levanto, me espreguiço, escovo os dentes, faço café e faço a minha marmita e acordo o Manuel. 6:30 hs, acordo a Patrícia para ir para a escola. Às 7:15 hs, acordo o Pedro para ir para a creche e me arrumo. 7:30 hs, devo levar até a creche, que começa às 8:00 hs. Vou trabalhar às 8:30, às 12:30 almoço, depois às 16:30 vou buscar o Pedro, depois continuo no trabalho porque sou manicure. Às 18:30 hs vou embora. Quando chego às 18:45 hs, eu me sento e descanso um pouco, escuto a todos, o que fizeram e o que não fizeram, coloco as crianças para tomar banho, coloco a Patrícia para fazer o dever de casa. Às 19:30 começo a fazer o jantar e lavo a blusa da escola e da creche e faço a mamadeira do Michael. Às 20:15 hs coloco a janta de todos, às 20:30 hs lavo a louça, dou uma arrumada na casa e escovamos os dentes e eu tomo banho. Às 21:00 vejo a novela e depois, POR FIM, às 22:15 hs, deito e vou namorar porque, depois desta maratona, só namorando pra ter uma noite de sono.*

*Boa noite e bons sonhos!” (G.T., 24 anos)*

A leitura desse relato inspira as outras colocações, e as mulheres começam, então, a fazer também uma descrição das atividades domésticas que são deixadas para o sábado, como, por exemplo, lavar a roupa de todos, ir ao mercado, fazer faxina, realizar pequenos reparos na casa e visitar os parentes. Foi comentada também a preocupação em fazer coisas divertidas com os filhos no final de semana, como ir ao parque ou à praia – as crianças cobravam se não faziam nada e tinham de passar o final de semana todo em casa.

A partir dessa discussão, começamos a utilizar a técnica das instruções ao sócia para entendermos melhor como as mulheres se percebiam na execução das atividades descritas como rotineiras na vida delas.

*“Você vai se passar por mim e ninguém pode te reconhecer? É ruim, hein? Meu filho ia ver logo que esse cabelo e que esse cheiro não é meu.”* (P.V., 18 anos)

*“Suyanna ia embora no primeiro tiro que ela ouvisse de noite, aí todo mundo ia saber que não era eu.”* (L.N., 20 anos)

*“Você não ia agüentar, não. Você pega na vassoura lá na sua casa ou fica só fazendo perguntas para todo mundo? [risos]”* (G.S., 18 anos)

Ao analisarmos a minha implicação<sup>iii</sup> na pesquisa-intervenção, discutimos o fato de termos experiências distintas de classe social, idade, inserção no grupo, o que diversificava nossos entendimentos das atividades por elas desenvolvidas. A discussão revelou o quanto elas deveriam ser precisas para que eu pudesse enfrentar as atividades da mesma forma ou usando as mesmas estratégias que elas usavam.

*“Fiquei cansada só de te dizer o que era para fazer. Não sabia que eu fazia tanto em casa... Não é que eu faço muito, mas tanta coisa depende de mim... Se eu não cozinho, ele não come; se eu não troco a fralda, ele fica sujo; se eu não nino, ele não dorme. Tudo sou eu.”* (P.V., 18 anos)

*“Só fui ver minha filha dormindo no final do dia. Que horror! Ela está nas mãos dos outros. Qualquer dia não me reconhece.”* (G.S., 18 anos)

*“Tem que parecer que você sabe o que está fazendo. Depois que a supervisora for embora, aí você pergunta para alguém, senão ela quer logo te fazer um monte de perguntas. Não pode aparentar que não sabe.” (D.B., 21 anos)*

*“Não pode sentar para não sentir o cansaço. Tem que ir fazendo, fazendo, até acabar.” (L.N., 20 anos)*

*“Com muita paciência, você vai explicando para o freguês que ele está errado. Não pode brigar. Tem que explicar. Se não tiver jeito, você chama o gerente. Ele tem que sair satisfeito e achando que você é educada. Mesmo se ele for um grosso. Tem que ser rápida e paciente, não pode demorar no troco e não pode errar.” (C.S., 20 anos)*

A técnica da instrução ao sócia trouxe o real da atividade para as nossas discussões e nos possibilitou ter sempre uma questão de trabalho para discutir dali em diante. Ao incluirmos as tarefas executadas em casa e com os filhos como atividades passíveis de reconhecimento como trabalho, elas começaram a aparecer como as atividades para as quais essas mulheres mais se sentiam preparadas e auxiliadas para desempenhar.

*“Antes de ter minha filha, eu cuidei dos meus irmãos e dos meus sobrinhos. Quando tive a minha, já sabia tudo.” (G.S., 18 anos)*

*“Eu já fui tantas vezes para o hospital que, quando tem uma grávida pronta para parir aqui na comunidade, bate logo na minha porta para eu ir junto. Quando morre alguém, também. Acho que vou botar uma placa lá em casa dizendo: ‘Mãe G.T.: ajuda no parto e na morte’.” (G.T., 24 anos)*

*“Minha mãe me ensinou tudo. Assim que ele nasceu, ela deu a maior força. Ainda dá. Ela que fica com ele para eu trabalhar. Até hoje não tive que botar ele na creche, por isso que ele quase não fica doente.” (D.B., 21 anos)*

*“Quando minha mãe morreu, minha avó que cuidou de mim. E é com ela que eu quero ficar quando meu filho nascer.” (C.S., 20 anos)*

*“Se meu filho está com um problema, eu vou para a casa da minha irmã. Ela me ajuda.” (P.V., 18 anos)*

*“Desde pequena, uma cuida do filho da outra... E, quando o seu filho nasce, todo mundo fica dizendo como você deve fazer as coisas. É ruim de errar.” (G.S., 18 anos)*

*“Quem não sabe cuidar de uma casa? A gente já nasce sabendo. Cozinhar é mais difícil, tem que ter jeito. Se bem que macarrão todo mundo sabe fazer... Minha avó me ensinou a cozinhar macarrão quando eu tinha uns 7 anos.” (L.N., 20 anos)*

Discutimos se seria possível dizer que elas faziam parte de um grupo mais amplo do que aquele que nós formamos ali, e que esse grupo ampliado era formado por mulheres que davam a elas as dicas de como ser mãe e como cuidar da casa. Essa idéia de grupo foi bem aceita, mas não somente no trabalho em casa e com os filhos. Mulheres mais velhas apareceram dando informações sobre modos de obter trabalho remunerado também.

*“Minha tia me levou para fazer a primeira faxina. Aprendi com ela.” (L.N., 21 anos)*

*“Fui trabalhar na loja da minha irmã. Ela que me ensinou a vender.” (P.V., 18 anos)*

*“Minha tia que viu o anúncio de recepcionista e falou comigo. Ela até me emprestou umroupa para o dia da entrevista.” (D.B., 21 anos)*

*“Eu estava com medo desse negócio de trailer... Aí minha avó falou: ‘Deixa de ser boba que você vai se dar bem’.” (G.S., 18 anos)*

*“Minha mãe morreu voltando do trabalho. Eu sempre me orgulhei que ela trabalhava e que morreu trabalhando... Por isso eu sempre trabalhei.” (C.S., 20 anos)*

*“Eu não paro em trabalho nenhum porque eu não faço como a minha mãe. Ela leva tudo numa boa. Eu me estresso por qualquer coisa. Ela sabe levar a vida.” (G.T., 24 anos)*

Já tínhamos quase três meses de convivência, e o grupo já não precisava mais de um analisador<sup>iv</sup> construído para começar as discussões. Dois episódios, entretanto, nortearam muitas das nossas discussões. Um deles foi o abandono de emprego de L.N., e o outro foi uma situação de violência presenciada por G.S. em seu trailer. Outro analisador histórico foi o interesse das jovens mães trabalhadoras por um programa de microcrédito, como será apresentado no subitem seguinte.

### 3.3.2 – O interesse pelo Fundo Carioca e os processos criativos desencadeados a partir dele.

Nessa etapa da pesquisa-intervenção, o CCA foi visitado pela Secretaria de Trabalho do Município, que, com um programa de microcrédito chamado Fundo Carioca, estava credenciando centros comunitários para selecionar iniciativas locais de pequenos negócios a serem financiados pela Prefeitura. Cada morador poderia solicitar até R\$ 1.000,00 e teria de apresentar um plano de negócio organizado, inclusive com orçamento e planejamento dos gastos. A contrapartida exigida pela Prefeitura era a de que o negócio montado fosse revertido em benfeitorias ou serviços para a própria comunidade.

Duas integrantes do grupo ficaram sabendo da proposta da Prefeitura ao participar da reunião semanal de planejamento do CCA. Assim que entenderam melhor a proposta, elas quiseram logo pleitear o empréstimo. Conseguiram todas as informações e as levaram para o grupo discutir e decidir se mais alguém teria interesse em solicitar o microcrédito.

As discussões culminaram com a idéia de que três delas requisitariam o empréstimo, e a soma de R\$ 3.000,00 seria usada por todas para, juntas, começar um negócio. Os empréstimos seriam pedidos para atividades que se complementassem e, assim, pudessem ser conjugadas em um único empreendimento. As idéias de negócio foram: Produção de Artesanato, Produção de Enfeites de Festas de Aniversário, Produção de Salgados e Doces para Eventos. Queriam montar uma firma de produção de festas infantis para a comunidade, especialmente de aniversários de um ano, sempre muito comemorados naquele espaço popular. A contrapartida que ofereciam eram cursos a serem ministrados no CCA para quem quisesse aprender a fazer artesanato, enfeites, doces e salgados.

Durante esse processo, elas quiseram dar à firma o nome do grupo que estavam formando a partir das nossas discussões. Começaram, então, a buscar um nome que as representasse. Depois de muito debater e de pedir a opinião de pessoas de fora do grupo, decidiram que ele se chamaria “A Favor Delas”, pois era formado só por mulheres e *“aqui uma defende a outra e ninguém vai poder dizer que a gente não vai conseguir”* (G.S., 20 anos).

Quando tivemos de definir melhor o nome do grupo, para colocá-lo como autor nos créditos da cartilha, elas resolveram que “A Favor Delas” significava um “*coletivo de mulheres jovens à procura de um ideal para mudar a vida e sustentar seus filhos com dignidade*”.

Infelizmente, elas nunca puderam exercer a idéia do micronegócio. A Secretaria de Trabalho, após o cadastramento de um número considerável de moradores, não teve condições logísticas de distribuir o financiamento. Nunca soubemos muito bem se alguns moradores receberam o financiamento e outros não. O assunto, por alguns meses, foi tratado como segredo, comentado em meias palavras. Tivemos conhecimento apenas de que as propostas apresentadas por elas não foram aceitas. Nunca houve uma explicação sobre o fato de não terem sido credenciadas nem lhes foi dito se poderiam buscar outra forma de viabilizar as idéias que tiveram. As lideranças locais não se dispuseram a procurar mais informações na Prefeitura, dizendo que o plano que elas haviam apresentado não era “*forte o suficiente*”, conceito nunca explicado.

### 3.3.3 – Elaboração da cartilha intitulada *E agora? O que é que eu faço?*.

A última fase de trabalho do grupo foi a elaboração da cartilha. Tínhamos o acordo de que tentaríamos produzir um material que pudesse disseminar as idéias discutidas e elaboradas durante os nossos encontros. No âmbito da pesquisa-intervenção, esse material tinha por objetivo tanto fazer uma síntese do que havíamos criado nos seis meses de trabalho quanto tornar-se um possível instrumento de validação do material produzido junto a outras mulheres jovens.

Coletivamente, decidimos que o material que iríamos elaborar teria as seguintes características:

- (1) Público-alvo: adolescentes; jovens; as mais novinhas.*
- (2) Tipo de material: informação; folheto; livro; cartilha.*
- (3) Qualidade: boa aparência; colorido; pequeno; tem que ter um começo interessante; não pode ter só palavras, tem que ter imagens.*
- (4) Tema: Como as mulheres jovens se desdobram para trabalhar, ter tempo para os filhos, ter tempo para elas mesmas, estudar e se divertir.”*

A partir desse esquema, as jovens decidiram que fariam uma série de diálogos entre elas e a cada uma caberia uma personagem da história. Escolheram os lugares para cenários e elaboraram uma cartilha intitulada *E agora? O que é que eu faço?*. A história narrada tem como enredo a vida de uma mulher jovem que acaba de se separar do companheiro e tem de pensar em como sustentar seus filhos sozinha. As personagens formavam um grupo de seis amigas, com idade entre 17 e 24 anos, moradoras de um espaço popular carioca. Para cada personagem foi dado um nome, e suas características principais foram descritas. A versão final do material incluiu seis cenários e abordou temas relacionados à maternidade e ao trabalho na juventude (ver Anexo 3).

A conclusão da cartilha marca o final dos trabalhos do grupo. Acabaram os seis meses previstos para a pesquisa-intervenção, e encerramos nossa rotina de encontro semanal. Acordamos a possibilidade de cada uma delas ser entrevistada individualmente e agendamos as entrevistas.

### **3.4 – QUARTA FASE: AS ENTREVISTAS INDIVIDUAIS E O MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DO CCA**

As entrevistas individuais semi-estruturadas seguiram um roteiro que mesclou perguntas elaboradas pelas jovens mães trabalhadoras, ao longo dos seis meses de trabalho, e a minha necessidade de recuperar alguns dos pontos discutidos no grupo. De uma maneira geral, todas elas se mostraram menos à vontade com a entrevista individual gravada do que com as nossas discussões no grupo. Havia uma preocupação no sentido de que as respostas fossem “*corretas*”. Ficou a impressão de que, com a ausência das outras participantes do grupo, faltaram recursos para “*acertar*”. Aconteceu o que poderíamos chamar de uma certa cerimônia, como se estivéssemos nos encontrando pela primeira vez. Muitas vezes foi necessário recuperar um pouco da nossa história para que elas se sentissem mais à vontade. Um dos pontos altos das entrevistas foi poder ouvir os depoimentos sobre como elas se percebiam trabalhando. Tratava-se de uma questão simplesmente impossível de ser respondida quando o grupo iniciou os trabalhos. Durante as entrevistas, as respostas eram obtidas com facilidade.

*“Suyanna.: O que você usava de você para que o seu trabalho desse certo?”*

*C.S.: A minha rapidez. Eu era bem rápida. Isso mesmo, a minha rapidez.*

*Suyanna.: E por que a sua rapidez era importante?*

*C.S.: Porque no final de semana ficava muito cheio (restaurante). Então, se você não andasse rápido, as pessoas ficavam reclamando... Então, tinha que ser bem rápido.”*

*“G.S.: Eu sei atender as pessoas, saber o que as pessoas querem... Mais de uma pessoa ao mesmo tempo. Sou boa nas contas, no troco e de cobrar as pessoas. Eu não tenho vergonha, vou logo dizendo: ‘Fiado eu não vendo.’”*

*Suyanna.: E onde você aprendeu a fazer isso?*

*G.S.: Na feira, fazendo em casa...*

*Suyanna.: E o que você aprendeu mais para vender?*

*G.S.: O cachorro-quente, que é mais prático para servir, já vem pronto, e as pessoas dizem o que mais elas querem: batata palha, milho, ervilha... Não tem que cozinhar na hora, é só montar. As pessoas colocam, entendeu? ‘Eu quero isso aqui...’ Isso te agrada... Então fica melhor e mais rápido de servir.*

*Suyanna.: Então você sabia como fazer... Já tinha entrado na cozinha antes?*

*G.S.: Eu sabia, eu tinha visto os outros fazerem. Então, antes de começar, eu fui na rua. Eu pedi para um vendedor que trabalhava com isso para me explicar. Ele me explicou: ‘Dona, é isso, faz isso...’ Eu falei assim: ‘Até que você explica bem.’ Ele também não perguntou por que eu queria saber...”*

*“Suyanna.: Que é que você acha que usa de você quando faz o seu trabalho?”*

*L.N.: Minha força de vontade.*

*Suyanna.: E a força de vontade você usa para quê?*

*L.N.: Assim, para fazer tudo. Para não desistir. Para aprender tudo direitinho. Em casa não dá vontade de fazer nada, não.*

*Suyanna.: Em casa não dá vontade?*

*L.N.: É.*

*Suyanna.: No trabalho dá mais?*

*L.N.: É. No trabalho você vê mais o que você fez. Se você trabalha bem, a pessoa quer você de volta para fazer o trabalho, e você continua ganhando o dinheiro.”*

*“Suyanna.: Me conta uma parte sua que você mais tem que usar quando você está trabalhando.*

*D.B.: A inteligência.*

*Suyanna.: Como assim? Me dá um exemplo.*

*D.B.: Porque você tem que entender... Por exemplo, como eu registro os exames, eu tenho que entender o que é uma punção. Tem que ler no receituário. Tem exames superdiferentes, entendeu? Então, você tem que gravar rápido. Ali você não pode deixar passar nada. Tem que estar sempre atento – o que coloca, o que tira... Então, tem que ter atenção.”*

*“Suyanna.: Você disse que, quando você está no trabalho, não se sobrecarrega. Não sobrecarrega com o quê ?*

*G.T.: Com o assunto de casa, com o que a criança pede... Porque, você trabalhando, você vai ao trabalho... Porque, se não for ao trabalho, não tem dinheiro. Então, a gente trabalha. Então, no trabalho, você... Como eu disse, você conhece pessoas, outro lugar... Você já se sente mais... Como se diz ... Você se sente outra pessoa, se sente melhor, com mais liberdade, entendeu?*

*Suyanna.: E qual é a parte ruim do trabalho? Quando é que o trabalho não vale a pena?*

*G.T.: Quando você não gosta de fazer o trabalho, aí é a pior parte. Quando você não gosta de fazer aquele trabalho e só tem aquele trabalho pra fazer... É muito ruim.”*

*“Suyanna.: O que você acha que usa de você quando quer que um trabalho dê certo?*

*P.V.: Hum?*

*Suyanna.: Quais são as coisas, as qualidades que você tem, que você usa para que uma coisa dê certo?*

*P.V.: Primeiro, eu faço muito esforço, levo a sério, e peço a Deus para que o que eu estou fazendo dê certo. Eu tenho muita fé. Depois a paciência, porque, para trabalhar, tem que ter paciência. Aprendi com a minha mãe. Ela trabalhava em casa de família, e eu ia lá com ela. Nada podia ficar fora do lugar. Mesmo se ela tinha acabado de limpar e as crianças bagunçava tudo de novo... Minha mãe tinha que ir lá e arrumar tudo. Quando alguém falava comigo, ela dizia para eu não responder. Para trabalhar, não pode responder. Tem que fazer as coisas com paciência e sem responder. Não respondia pergunta, né? As coisas que eu uso de mim...”*

Somente duas das seis entrevistas foram realizadas no espaço do CCA. Durante o seu agendamento, acirraram-se os conflitos entre a polícia e os traficantes de drogas, o que inviabilizou a subida dos técnicos da Universidade ao morro. O CCA está localizado em um ponto estratégico de acesso ao Morro do Pau da Bandeira, servindo de escudo para os traficantes e de alvo para a polícia. A organização não-governamental que mantinha as

oficinas de esporte e lazer no CCA também decidiu interromper suas atividades e transferi-las para outro espaço de trabalho, mais protegido, também ocupado pela associação de moradores do bairro. As mudanças esvaziaram as atividades no CCA e o espaço foi desocupado.

Combinamos que as outras quatro entrevistas seriam feitas no Nesa. Assim que a última delas foi realizada, quatro das seis jovens me procuraram para discutirmos a possibilidade de nosso grupo continuar se encontrando, mesmo que a pesquisa-intervenção tivesse terminado. Conversamos a respeito da minha impossibilidade de continuar indo ao CCA, já que a Universidade havia decidido não mais viabilizar a ida dos técnicos ao morro, e sobre a violência pela qual estávamos passando, também muito prejudicial ao trabalho.

As jovens sugeriram, então, que o grupo continuasse se reunindo no Nesa e que, nos encontros, nós pudéssemos ajudá-las a pensar em uma forma de elas ocuparem o espaço deixado vazio no CCA. Nesse momento, além de mim, a direção do Nesa e o Setor de Serviço Social passaram a fazer parte desse grupo de trabalho.

Inicialmente, o grupo elaborou uma enquete para levantar a opinião dos moradores do Pau da Bandeira sobre em que deveria ser transformado o espaço do CCA. Foram aplicadas aproximadamente 120 entrevistas num período de uma semana. Tanto a idéia da enquete como o conteúdo das perguntas foram elaborados por elas, com a ajuda de uma antiga secretária do CCA. Essa secretária era também uma jovem mãe, que havia tido sua primeira filha na adolescência e por isso nutria uma grande afinidade pelo “A Favor Delas”. A enquete aferiu que uma creche era a maior necessidade indicada pelos moradores, seguida de algum projeto de geração de renda, como, por exemplo, uma cooperativa.

O grupo começou, então, uma peregrinação por creches comunitárias e por órgãos da Prefeitura, buscando informações sobre o que seria necessário para instalar uma creche naquele espaço. Ficou claro, após essa busca de informações, que sem qualificação profissional e sem a formalização do estatuto do grupo seria impossível estabelecer uma creche no local. Começou também uma disputa pelo espaço entre lideranças comunitárias interessadas em instalar ali atividades com fins lucrativos.

Ao mesmo tempo, acirrou-se o conflito da polícia com o tráfico de drogas, fazendo com que o espaço do CCA se tornasse ainda mais vulnerável. As dificuldades logísticas para instalar a creche somadas à disputa pelo espaço com outras lideranças comunitárias – além do aumento da violência – fizeram com que as jovens desistissem do projeto. Resistiram por um bom tempo, mas acabaram desistindo. Afinal, além de tentar montar a creche, elas ainda mantinham seus trabalhos, criavam os filhos, discutiam a relação com a família, cuidavam da casa, tentavam voltar a estudar, iam para o baile, namoravam, levavam as crianças ao médico, faziam companhia umas às outras, fofocavam sobre as mulheres dos pais dos seus filhos, eram demitidas, procuravam trabalho, dobravam o turno de trabalho, tinham dor de dente, suspeitavam que estavam grávidas e aí por diante.

### **3.5 - BREVE BIOGRAFIAS DE SEIS JOVENS MÃES TRABALHADORAS**

#### **BIOGRAFIA GT**

GT tinha 23 anos durante o período da pesquisa-intervenção. Negra, mãe de quatro filhos: uma menina (7 anos) e três meninos (5, 3 e 1 ano). Estudou até a 8ª série do Ensino Fundamental. Desde que nasceu, mora no Morro do Pau da Bandeira, situado no bairro de Vila Isabel, na cidade do Rio de Janeiro. Esse morro faz parte de um complexo de favelas chamado de Morro dos Macacos. GT só deixou de morar lá quando coabitou com a família do pai de seu segundo e terceiro filhos. Seus pais já haviam se separado quando, aos 16 anos, ela engravidou pela primeira vez e teve a filha. Na ocasião, GT freqüentava a escola e não trabalhava. Teve a menina na casa da mãe e nunca coabitou ou recebeu ajuda do pai da criança, que não quis assumir a paternidade. GT parou de estudar e conseguiu sua independência após o nascimento do bebê. Dizia que, por ter sido a filha mais velha e a primeira sobrinha e neta, a família controlava demais seus passos e depositava nela uma expectativa muito grande. Quando a criança estava com 2 anos, GT apaixonou-se pelo seu primeiro companheiro e, logo em seguida, engravidou dele. Assim que o segundo filho nasceu, ficou muito preocupada em como sustentaria as duas crianças. Três meses após o parto, começou a trabalhar. Tinha 18 anos na época e, desde então, exerceu diversas atividades: atendente de padaria, frentista de posto, confeiteira, manicure, panfletista. Logo

após o nascimento do terceiro filho, seu companheiro desapareceu. GT o procurou por um bom tempo, mas nunca encontrou o corpo – obteve apenas a informação de que ele havia sido morto pelo tráfico de drogas. Até hoje tem a impressão de avistá-lo pelas ruas. Relata que algumas vezes chegou a descer do ônibus para conferir se a pessoa que ela havia visto era ele ou não. Durante algum tempo, continuou vivendo com a família do companheiro desaparecido, mas depois resolveu voltar para a casa da mãe. Quando ia se mudar, a sogra lhe pediu que deixasse o netinho mais velho morando com ela. GT deixou. Não se conforma com isso até hoje, mas não tem coragem de pegar o filho de volta. Morando novamente no Pau da Bandeira, GT envolveu-se com o atual companheiro e engravidou mais uma vez, tendo assim seu quarto filho. O atual relacionamento não a satisfaz, pois se sente humilhada pelo rapaz, que lhe joga na cara que ela mora com os filhos na casa dele. Ressente-se de depender do companheiro e do fato de que, se não morar na casa dele, terá de voltar a viver com a mãe. Esta tem três filhos: dois menores e uma mais velha, adolescente, que também já tem uma filha. Se GT voltar a morar com a mãe, a casa abrigará dois adultos, uma adolescente e seis crianças. Nem a mãe nem a irmã adolescente têm parceiro fixo. O trabalho da mãe-avó é que sustenta a casa. GT está sempre procurando emprego de manicure, mas não consegue se fixar em lugar algum. No final da pesquisa-intervenção, ela arranhou um trabalho de camareira em um motel do bairro onde mora. Estava feliz, pois assinaram sua carteira de trabalho.

## **BIOGRAFIA GS**

GS tinha 18 anos durante a pesquisa-intervenção. Mãe de uma menina de 1 ano e 6 meses, estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental. Foi a única do grupo de mulheres que esteve presente em todas as fases da pesquisa. Tornou-se também grande divulgadora dessa pesquisa, trazendo a maioria das participantes que ficaram até o final do processo. GS mora com o companheiro desde que voltou do resguardo do nascimento da filha, período em que morou com a avó em outro bairro. O fato de ser negra e moradora do Morro do Pau da Bandeira desde que nasceu causou-lhe muitos problemas na época do namoro com o pai da criança. A família dele, formada de imigrantes nordestinos, não admitia o namoro do filho com uma “negra e favelada”. Para eles, GS jamais se comportaria como uma esposa fiel, pois todas de sua “família e raça” eram “muito assanhadas e andavam com qualquer um do

morro”. GS engravidou intencionalmente aos 16 anos. Quis ter o próprio bebê, pois não suportava mais cuidar dos irmãos mais novos e dos sobrinhos, filhos de sua irmã mais velha. Interrompeu os estudos na 4ª série porque não conseguia mais conciliar o trabalho em casa com a escola. Sua mãe, inclusive, sugeriu que ela parasse de estudar por um tempo para poder tomar conta dos irmãos mais novos. Seus pais se separaram quando ela tinha 10 anos. Depois disso, a mãe teve mais dois filhos, mas nunca mais se casou, passando a sustentar a casa sozinha. Antes de engravidar, GS teve um aborto espontâneo – ela o associa à pressão que a família do companheiro fazia, dizendo que o filho não era dele. Quando conseguiu engravidar novamente, mudou-se para a casa da avó a fim de não perder mais uma vez a criança. Assim que a menina nasceu, com a pele branca e a “cara de paraíba”, GS voltou para a favela e foi morar com o companheiro na casa da mãe dela. Quando a filha completou 1 ano, ela e o rapaz começaram a trabalhar juntos num trailer de sanduíches dado pela família dele e alugaram uma casa de um cômodo para morar. Durante uma noite de trabalho, GS testemunhou um tiroteio entre traficantes de drogas e policiais que resultou na morte de uma freguesa. No momento em que a senhora foi baleada, as duas estavam escondidas atrás de um poste, o que fez GS sentir o sangue quente da mulher escorrendo pelo próprio corpo. Ela teve de pedir ajuda a um traficante para socorrer a vítima e poder, assim, tirá-la do morro. Todo o esforço de GS foi em vão, pois sua freguesa faleceu, deixando órfãos os dois filhos que ela esperava chegar de uma festa quando foi baleada. Semanas após o incidente, GS ainda sentia forte indisposição quando tinha de trabalhar no trailer, mas não podia parar, pois todo o sustento da família dependia disso. GS diz que quer voltar a estudar para, um dia, não precisar mais ficar no trailer – trabalho que considera exaustivo e estressante. Não quer ter outro filho no momento porque precisa construir sua casa primeiro. Não gosta da idéia de deixar a filha na creche comunitária, mas não vai ter opção, já que a cunhada que cuida da menina para ela trabalhar está de mudança para o Nordeste. Quer também ter uma festa de casamento. Chegou a enviar uma foto de sua família para um programa de televisão que sorteia festas de casamento para casais que não tiveram a oportunidade de festejar essa ocasião.

## **BIOGRAFIA CS**

CS, desde que nasceu, mora no Morro do Pau da Bandeira, no Complexo de Favelas do Morro dos Macacos. No início da pesquisa-intervenção ela tinha 20 anos e estava grávida pela primeira vez. Negra, estudou até o 3º ano do Ensino Médio. Vive com a avó materna desde os 13 anos, quando a mãe morreu assassinada por uma bala perdida, num conflito entre policiais e traficantes de drogas na subida do morro. Na época, seu pai teve dúvidas se saberia cuidar dela, que era filha única, e pediu à avó que a criasse. CS não se conforma com o fato de o pai não a ter criado e, mesmo assim, receber sozinho a pensão deixada por sua mãe. Durante todo o processo da pesquisa, sempre falou de sua vontade de acioná-lo na Justiça para somente ela ter direito a essa pensão. CS trabalha desde os 15 anos, conciliando escola e trabalho. Já foi caixa de restaurante, fez fantasia de carnaval e artesanato, porém, nunca teve carteira assinada. Quando engravidou, foi mandada embora sem direito trabalhista algum. A falta de trabalho e a preocupação com a criação do filho eram apontadas como razões para o seu entristecimento no período de gestação. Durante os meses da pesquisa, CS relatou seu arrependimento por ter engravidado, culpando o pai de seu filho por ter “forçado a barra” para a gravidez. Quando o bebê nasceu, ela não quis morar com o pai da criança e decidiu continuar vivendo com a avó. Quatro meses após dar à luz, ela voltou a trabalhar como vendedora de bijuteria no quiosque de um shopping situado no bairro onde mora. Está super feliz com o filho, mas não deseja ter outro tão cedo. Gostaria de poder fazer um curso para conseguir um trabalho melhor, mas não sabe muito bem o que quer estudar. CS tem certeza de que não possui condições de passar no vestibular de uma universidade pública e acha que jamais poderá pagar uma faculdade particular.

## **BIOGRAFIA PV**

PV tinha 18 anos durante a pesquisa-intervenção. Branca, mãe de um menino de 2 anos, estava morando no Morro do Pau da Bandeira desde que a irmã e um dos irmãos começaram a atuar no movimento do tráfico de drogas naquela favela. Por conta dessa associação, foi-lhes permitido ocupar um prédio abandonado pela Igreja Católica dentro da

favela. O prédio seria uma creche voltada para aquela comunidade e se situava ao lado do Centro Comunitário onde foi realizada a pesquisa-intervenção. PV e o companheiro não atuavam no movimento, mas viviam sob sua proteção. As condições do prédio em que moravam eram precárias, pois não havia rede formal de água, esgoto e luz. PV perdeu o pai, a mãe e um dos irmãos em conflitos entre traficantes de drogas e policiais antes de morar no Pau da Bandeira. No final das atividades da pesquisa, seu outro irmão foi morto por traficantes rivais na disputa pelo comando de drogas no Morro dos Macacos. Muito tímida e quieta, relatava que tinha estudado até a 2ª série do Ensino Fundamental e que havia se juntado ao companheiro, desejando ter um filho com ele, por se sentir muito sozinha e com medo. O filho nasceu prematuro e muito pequeno, fazendo com que PV não gostasse dele no início. Depois que o menino cresce um pouco, PV aprende a gostar dele e diz que a criança lhe foi mandada por sua mãe para que não ficasse mais sozinha. PV tinha uma vida atribulada com o companheiro; este, por ser o único que trabalhava, costumava não comprar comida para ela e o menino quando estavam brigados. PV também, quando queria fazer uma desfeita, costumava recusar as compras do rapaz. As condições precárias de vida e alimentação resultaram em uma anemia no filho. PV não sabia andar pelo bairro de Vila Isabel, onde morava, e sempre dependia de uma amiga para ir aos lugares. Já havia sido doméstica e também andou vendendo roupas e bijuterias, porém não se considerava trabalhadora nem valorizava as atividades de trabalho que fazia em casa. Dizia que não sabia ler, mas participou de diversas atividades que incluíam a leitura de algum material. PV queria que o grupo de pesquisa não parasse e que continuássemos a nos encontrar dentro da favela – todas as vezes em que nos reunimos fora do morro, ela não compareceu. Nunca ficou claro se ela não quis mesmo ir ou se não pôde sair em virtude de sua aproximação com o tráfico de drogas.

## **BIOGRAFIA LN**

Parda, descrevendo-se como “morena bombom”, LN tinha 19 anos durante a pesquisa-intervenção. Mãe de um menino de 2 anos, que ela planejou ter, moradora do Morro do Pau da Bandeira desde que nasceu. Boa parte de sua família também reside no morro, e ela vive desde os 7 anos com a avó paterna, que é também sua madrinha de batismo. A mãe de LN está sempre presente, mas não mora com elas. O pai nunca foi mencionado; quando perguntada sobre ele, LN não quis falar. Disse apenas: “Para mim, está morto.” Parou de

estudar na 1ª série do Ensino Médio, pois estava cansada de ter de lidar com professores, diretores e pessoas que queriam mandar nela. Trabalha desde os 15 anos como faxineira – ajudando uma tia que tem essa profissão ou fazendo as próprias faxinas. Sua mãe é doméstica e vive na casa dos patrões. Já trabalhou também como mensageira e panfletista. Durante a pesquisa, estava pela primeira vez em um emprego de carteira assinada, como mensageira e auxiliar de escritório, em um laboratório de análises clínicas. Abandonou o emprego quando a avó e o filho ficaram doentes ao mesmo tempo e ela precisou faltar ao trabalho três dias. Afirmado que seria repreendida e ciente de que não tinha o direito de acompanhar a avó no tratamento médico, decidiu simplesmente largar o emprego e voltar a fazer faxina. Engravidou de um rapaz que atua no movimento do tráfico de drogas e isso a preocupa. LN sempre achou que, assim que o filho nascesse, ele abandonaria essa atividade, mas desde então o jovem se envolveu ainda mais. Na época em que a pesquisa - intervenção foi realizada, o casal não estava se falando, e LN não queria que o filho tivesse contato com o pai para não correr o risco de seguir o exemplo.

## **BIOGRAFIA DB**

DB tinha 21 anos durante a pesquisa-intervenção. Negra, mãe de um menino de 1 ano e seis meses, moradora do Pau da Bandeira desde que nasceu. Vivia com os pais e trabalhava como recepcionista em um laboratório de análises clínicas. Coursou até o 3º ano do Ensino Médio, tendo sido aprovada em um vestibular para uma faculdade privada quando engravidou. Sua família avisou que não poderia suportar financeiramente a criança e o pagamento da mensalidade, sugerindo que ela fosse trabalhar assim que o bebê nascesse. O pai da criança não quis assumir o filho durante a gravidez, mas aceitou registrá-lo após o nascimento. DB relatava esse episódio com muita mágoa. Dizia que o rapaz só dava besteira para o filho e que o menino sofria cada vez que ele o desprezava. DB queria a todo custo tirar o nome do pai da certidão de nascimento do seu filho e dizia que ele nunca teria direito sobre a criança. Aos 15 anos, DB fez um curso e tentou ser manequim, mas relatou ter “caído em si” quando foi fazer um teste e percebeu que era a mais feia de todas as meninas que ali estavam. Ao ser perguntada sobre o motivo de se achar mais feia que as outras, referiu-se à sua raça e classe social (negra e favelada) para afirmar que as outras tinham mais condições de ganhar. Sempre dizia que queria sair do morro; para ela, o que faltava àquelas pessoas dali era ambição. Adorava seu trabalho – embora o considerasse

monótono e cansativo –, pois com ele podia conviver com gente de outra classe social e aprender coisas novas e diferentes. Disse que aprendeu o seu ofício observando as outras pessoas trabalharem. O que mais queria era casar-se com um homem que a tirasse do morro e daquele “inferno de violência” em que eles estavam vivendo, mas temia não saber ser mãe e namorada ao mesmo tempo. Tinha o pensamento constante de que acabaria abandonando o filho com a sua mãe e que um dia o menino iria cobrar isso dela.

---

<sup>i</sup>Ver capítulo 2.

<sup>ii</sup> A análise da demanda aqui realizada inspira-se nos pressupostos da Análise Institucional, que aponta para o fato de que não existem demandas naturais ou “espontâneas” nos grupos ou nas comunidades. Todas as demandas são passíveis de análise na medida em que são produzidas historicamente. A ação de analisar – ou seja, de fazer perguntas e questionar essa “espontaneidade” – faz funcionar outras formas de produzir sentidos sobre os acontecimentos. Ver Baremlitt, G. 1992: 16.

<sup>iii</sup> Análise da implicação, aqui, deve ser entendida como um processo ao mesmo tempo psíquico, político, econômico, social, etnológico, entre outros, que revela em mim os efeitos de estar em contato com aquele grupo. Ver Rodrigues e Souza, 1991.

<sup>iv</sup> Segundo o arcabouço teórico da Análise Institucional, os analisadores, que podem ser históricos ou construídos, são dispositivos que buscam provocar o movimento de uma série de forças até então dispersas. Ao movimentarem tais forças, produzem questionamentos e novas elaborações. Podemos dizer que a própria proposição do grupo de pesquisa funciona desde o começo como um analisador construído, que se manteve durante todo o processo. Aqui, entretanto me refiro às atividades que forjamos para ativamente colocar em análise os temas discutidos no grupo. Ver Rodrigues et al, 1992.

## Capítulo 4 – Algumas dramáticas e seus usos

A ação de transformar para compreender o trabalho, empreendida pelo caminho metodológico que descrevemos no capítulo anterior, ampliou nosso entendimento sobre as atividades realizadas pelas jovens mães, assim como propiciou que estas se percebessem, cada vez mais, como sujeitos com competência para falar de seus trabalhos, mesmo que isso implicasse um trabalho em si (Faita, 2003). Desse modo foi possível agregar um bom número de histórias, contadas pelas jovens e discutidas por todas nós, em que fomos explicitando os debates de valores que elas necessitavam efetuar para dar conta das diversas atividades que realizam em suas vidas, ou seja, suas *dramáticas do uso de si*. Algumas das *dramáticas* já foram compartilhadas com o leitor através da narração do trabalho de campo e das breves biografias das componentes do grupo de pesquisa-intervenção. Outras apresentamos agora – e junto com elas o trabalho de composição que fizemos ao dispormos o contexto do *trabalho precoce feminino* e as *ferramentas conceituais* que escolhemos para dialogar com as *histórias singulares* das jovens mães trabalhadoras.

Apresentamos estas composições usando como dispositivo a narração de cenas de certas *dramáticas* vividas pelas jovens e escutadas por mim durante a pesquisa-intervenção. Para elaborar a narrativa destas dramáticas nos guiamos por algumas pistas deixadas por Michel de Certeau (1982) que ao nos contar como é que se “faz história” nos sugere o uso de três postulados: (1) deve-se sublinhar as singularidades para questionar as sistematizações totalizantes; (2) não há possibilidade de entendimento dos discursos independente de suas práticas; e (3) deve-se entender a história como uma prática (disciplina) e o discurso como seu resultado. Contamos a história como resultado da prática da pesquisa-intervenção. Dito de outra forma, elas apontam para o que fez mais sentido durante o processo de dar visibilidade às atividades de trabalho de jovens mães moradoras de espaços populares. Não buscamos a objetividade do fato ao narrarmos cenas das *dramáticas*, na medida em que elas são decorrência do encontro entre a escuta possível realizada por mim, com as histórias singulares das jovens mães trabalhadoras e com os inúmeros debates que elas suscitaram em diferentes grupos de pesquisa ao longo do desenvolvimento desta tese.

As cenas apresentadas narram histórias e debates, e foram escolhidas pelo efeito de tensão que produziram durante o processo de pesquisa-intervenção. O que nos fez questão foi, como nos ensinou Dejours (2004:108): “[...] *os temas consensuais, ou, pelo menos, objeto de discussões contraditórias entre os membros do grupo de trabalho. [...] A técnica consiste em observar os contrastes e os paradoxos*”. As discussões suscitadas por tais *dramáticas* retornaram em diversas ocasiões e, assim, funcionaram como indicadores de pontos que mereceram a atenção especial de todo o grupo. Sabemos que essas cenas não esgotam toda a riqueza dos meses de pesquisa-intervenção, mas apresentam uma importância especial para todas nós que participamos deste processo de produção de conhecimento.

#### 4.1. “É MELHOR ABANDONAR DO QUE SER DEDITIDA”

**Uma cena da dramática:** *Uma jovem mãe trabalhadora está no hospital, sentada num banco na sala de espera. Ela olha para o celular e pensa que deveria ligar para o trabalho. Não sabe muito bem o que dizer, ou melhor, por onde começar a contar a sua história. Será que eles vão acreditar? Ela ali, no hospital, com o filho de 1 ano e meio e a avó de 70 anos, com quem ela mora, hospitalizados ao mesmo tempo. Ninguém vai acreditar, vão achar que ela está inventando uma desculpa por não ter ido trabalhar nos últimos três dias. Se ligar, vai ter que ter paciência e ficar de cabeça baixa para pedir os dias de folga. E, no final, eles podem dizer não e ainda desconfiar dela. A jovem decide não ligar – afinal, para ela, é melhor abandonar um trabalho do que passar pela humilhação de ser demitida por justa causa.”*

O movimento de abandono efetuado pela jovem em relação ao seu trabalho é bem parecido com sua decisão de sair da escola quando engravidou, como ela mesma nos conta:

*“Larguei a escola porque levava falta direto. Levava o dever para mim em casa, mas eu não queria ir lá. Acabei desistindo. [...] Mas eu vou voltar a estudar. Às vezes acho que isso não é pra mim, às vezes me acho muito preguiçosa. [...] Na escola tinha que falar com a professora, diretora. Um monte de gente. Tinha que dar muita explicação. Ficar se desculpendo. Vou voltar a estudar, pode deixar.” (L.N., 20 anos)*

Chamou-nos a atenção o fato de que, nas explicações que a jovem elaborava sobre os motivos que a levaram a largar tanto a escola como o trabalho, havia um revezamento entre a responsabilidade que ela colocava sobre si mesma – ou seja, ser preguiçosa, faltar aos compromissos – e a reclamação quanto à forma como as outras pessoas envolvidas nas situações a tratavam – isto é, se ligasse ou fosse aos locais de estudo e trabalho, teria de se explicar e se desculpar, pois todos achariam que ela estava fazendo algo errado. Ambas as situações eram percebidas como humilhação. A posição que pressupunha um erro fundamental pareceu-nos estar no cerne do *debate de valores* que ela efetuava na *dramática do uso de si*. Tanto a autocritica como a reclamação nos pareceram carregadas de uma *norma antecedente*, algo da ordem do Registro Um, como apontamos anteriormente (Schwartz, 2003b), que a colocava nesse lugar de um corpo-si que falha.

Ora, podemos argumentar que não ter razão é um pouco da marca da condição juvenil, vista muitas vezes como um momento de passagem da infância para a vida adulta, ainda determinada pelo “não saber” na hierarquia etária da sociedade em que vivemos (Ariès, 1981). Se juntarmos a isso o debate sobre a vadiagem – que inaugurou a discussão do grupo de jovens mães, relatada no capítulo anterior –, teremos um cenário em que mulheres jovens, moradoras de espaços populares, são, muitas vezes também, estigmatizadas como vadias. Vadiagem, inclusive, que se refere a duas possibilidades: uma, ao trabalhador infante-juvenil, também de classe popular, em que toda brincadeira ou quebra de rotina, usada como enfrentamento alternativo à monotonia do trabalho, é em última instância julgada como preguiça, vadiagem, malandragem etc. (Alberto, Wanderley e Macedo, 2004); e outra, mais remetida às mulheres, em que vadiagem se refere à “vida fácil” das prostitutas e daquelas que trocam sexo por favores especiais, como nos relataram as jovens mães.

Nessa mesma linha de produção de sentidos, como apontam estudos analisados anteriormente (Calazans, 2000; Aquino et al., 2003), e de acordo com os relatos do grupo, a gravidez também colabora para o quadro que demarca a juventude no lugar da falha. Quando a jovem é mãe, fica explícita sua atividade sexual, e ser ativa sexualmente, sem controle da natalidade na adolescência e juventude, é considerado irresponsabilidade, falta de domínio próprio, inseqüência, e tantas outras coisas consideradas negativas. Tais valores podem permear as ações das jovens que já começam suas atividades de estudo ou

trabalho no papel de quem já falhou ou cometeu algum deslize. Esse papel, associado à não-adição de um *patrimônio* (Schwartz, 2003c) para lidar com as relações formais de trabalho prescritas, impede que elas tenham uma *experimentação de si* (Lima, 2002) na juventude que possa ser marcada pela possibilidade de ampliação de suas ações, tanto sobre os possíveis *usos de si* pelas próprias jovens quanto sobre o desenvolvimento de estratégias para o manejo dos *usos* efetuados pelos outros.

Podemos pensar, então, que os processos de *produção de subjetividade* (Guattari & Rolnik, 1986) – que circunscrevem as classes populares no registro do ilegal, do incapaz, do despreparo, do inadequado (Souza e Silva, 2003; Lima, 2002) – atravessam de forma veemente as jovens. Ao mesmo tempo, os modos sexuais de viver fazem com que chamem para si a responsabilidade quase total sobre as atividades de reprodução social, produzindo uma quantidade enorme de atividade de trabalho que requer responsabilidade, dedicação, paciência, permanência etc. (Brito, 2000). Assim, podemos dizer que, embora a jovem saiba que tem motivos relevantes para não executar uma tarefa, para a sociedade estes sempre estarão associados a questões consideradas de menor valor, e então é melhor nem expô-los. Melhor mesmo é abandonar. Deixar para lá. Evitar o confronto. Conter-se. Aceitar que a atividade de recompor uma situação difícil no trabalho fique impedida de se desenvolver. Mesmo que isso cause um sofrimento, no sentido que nos aponta Yves Clot (2001) e que mencionamos no Capítulo 2.

Podemos ainda somar a esse fato a desorganização e a falta de eficácia atual da mobilização dos órgãos e instituições de garantia de direitos. Cada vez fica mais difícil para um trabalhador, incluso na força de trabalho de forma precária, saber quais são os seus direitos e como garanti-los, caso necessário (Antunes, 1999). Ao discutirmos no grupo a elaboração dos conteúdos da cartilha (ver Anexo 1), as jovens foram unânimes quanto à necessidade de informar às outras jovens mães os seus direitos e os lugares onde procurar informação sobre direitos trabalhistas e de assistência social. Na ocasião, foi curioso presenciar o interesse que elas tiveram em discutir conceitos como o de força de trabalho, capital, microcrédito, transferência de renda. Embora tenha ficado evidente a falta de espaço para elaborar esse tipo de conhecimento, o dispositivo grupal propiciou o entendimento daqueles conceitos remetidos à realidade produtiva das jovens mães.

Outra questão que mereceu nossa atenção foi o fato de que as duas situações percebidas como falhas – estar grávida, no caso da escola, e cuidar do filho e da avó, na situação do trabalho – estão intimamente ligadas às atividades de reprodução social. Remonta-se aí o conflito de conciliação entre o mundo da produção e o da reprodução vivido desde sempre pelas mulheres trabalhadoras. Ainda hoje, mulheres das classes sociais que vivem do trabalho experimentam suas tarefas de reprodução muitas vezes como incompatíveis com o mundo do conhecimento e do trabalho fora de casa. Vale ressaltar que muito pouco foi dito pelas jovens no sentido de valorizar ou reclamar a presença dos companheiros em casa ou na divisão das tarefas domésticas. Havia um posicionamento ativo de que os homens davam mais trabalho do que ajudavam, e tal entendimento se estendia aos pais das jovens também. Como L.N. nos disse, quando explicou como era cuidar do filho sem o pai da criança.

*Suyanna: Mas você está sozinha cuidando dele. Mora você, a sua avó e ele, não é?*

*L.N.: É.*

*Suyanna: Sem companheiro... Como é cuidar dele sozinha?*

*L.N.: A melhor coisa da vida, e eu não sabia (risos). Ah, é superdifícil. Tem hora que faltam as coisas, aí eu ligo para a minha mãe. Peço para minha mãe, ela me dá.*

*Suyanna: E por que você não pede para o pai do seu filho?*

*L.N.: Ele não vai dar mesmo... Por que eu vou pedir? Eu não sirvo para ficar pedindo as coisas. Depois que meu filho nasceu, é tudo primeiro ele. Cansei de me humilhar, tentando explicar para ele que a criança precisava das coisas.*

*Suyanna: Então, você não precisa da ajuda do pai do seu filho?*

*L.N.: Eu não preciso de homem, eu preciso é de ajuda. Pode ser de homem, de mulher, de criança, de velhinho (risos). Só não dá é para fazer tudo sozinha.*

Esse pedido de ajuda nos remeteu às precárias iniciativas para implantar políticas públicas de assistência social no Brasil e à sobrecarga de trabalho de mulheres das mais diferentes classes sociais (Costa, 2002). No caso dessas jovens, a impossibilidade financeira de contratar serviços para os quais elas pudessem transferir a maternidade – como é o caso do trabalho doméstico contratado pelas classes média e alta – gera uma hiperinstabilidade vivida nas atividades de conciliação entre casa e trabalho no cotidiano. Assim, laços de parentesco e vizinhança são muitas vezes acionados para suprir necessidades de alimentação, supervisão ou cuidados com a saúde das crianças. E, quando as opções se esgotam, surge a dramática de L.N., sentada no hospital sem saber se liga ou não para o trabalho e pede mais um favor, para mais uma pessoa. Só que dessa vez para um estranho,

um chefe, alguém que ela supõe não ter o menor interesse em sua vida privada e que a considera uma *vadia*, moradora de morro.

O acontecimento do abandono do emprego por L.N. retornou inúmeras vezes nas discussões do grupo. As outras jovens não se conformavam com o fato dela ter abandonado o trabalho. Deram conselhos, disseram frases que L.N. deveria ter usado para “se explicar”, cobraram dela uma “atitude”, riram com as respostas desaforadas que ela dava. Todas disseram que valia a pena ter tentado manter o trabalho, ao mesmo tempo em que, apesar de discordarem do desfecho, não estranharam o fato de L.N. ter reagido daquela maneira. Todas sabiam de que humilhação ela estava falando, e muitas tiveram histórias parecidas para contar. Mas foram unânimes, juntas ali no grupo, na opinião de que ela deveria ter “brigado” para ficar com o emprego. Entretanto nenhuma considerou a possibilidade de reivindicar, junto a órgãos públicos, algum tipo de serviço que pudesse ajudá-las na condução de suas jornadas ampliadas de trabalho. Nunca reclamaram da falta de creche da prefeitura (a maioria das creches na favela é filantrópica ou comunitária), da falta de emprego, da qualidade da escola, da necessidade de mais postos de saúde, etc. Demonstraram inibição para acessar programas de distribuição de cesta básica, como se este benefício fosse destinado, para pessoas vadias que não se esforçavam para trabalhar. Podemos inferir que o sentido de falha e inadequação incide aí também, fazendo com que os possíveis movimentos reivindicatórios de direitos percam força de expressão. Está situação segue a seguinte lógica moral: na falha não se pode exigir nada, pois logo alguém lhe dirá que é você que está errada, ao ser uma jovem mãe pobre, que irresponsavelmente está colocando, antes da hora, mais crianças no mundo para serem cuidadas.

#### 4.2. ELABORANDO SOFRIMENTOS E PRAZERES NO TRABALHO

**Uma cena da dramática:** *Uma jovem mãe trabalhadora relata a um grupo de mulheres que não consegue voltar a trabalhar no trailer que ela e o companheiro mantêm juntos. Toda vez que chega perto das comidas, precisa sair correndo, pois sente um forte enjôo e tem de ir vomitar. Ela vem sentindo esse mal-estar desde o dia em que uma de suas freguesas foi baleada num conflito entre traficantes de drogas e policiais. Ela conta às outras mulheres que não sabe como teve forças para fazer tudo que fez naquele dia, e que desde então não se reconhece mais, pois sempre se achou muito medrosa. Só sabe que*

*naquele dia queria ajudar a mulher baleada. Reclama que a ajuda foi em vão, pois a mulher morreu e ela precisa voltar ao trailer – afinal, é ali que está a possibilidade de comprar uma casa e não morar mais de aluguel. Ela pergunta às outras mulheres: “Como é que eu faço para continuar trabalhando?”*

A jovem que atua essa dramática esteve presente em todas as fases da pesquisa-intervenção e foi uma das articuladoras para a formação do grupo final de jovens mães. Os motivos de sua atuante participação, porém, tornaram-se mais claros durante as entrevistas individuais. A seguir, as palavras de G.S.

*Suyanna: Vamos começar falando de como foi para você participar do grupo nesses seis meses.*

*G.S.: Bom, eu posso dizer que o grupo foi muito certo. O que eu queria era arrumar uma pessoa que me ajudasse nisso. Pensei nisso várias vezes... uma pessoa que me ajudasse a fazer um grupo andar para a frente. Quando eu consegui, começou a dar certo. Dá, sim. Muita gente duvida que dá certo, mas dá, sim...*

*Suyanna: Por que você queria um grupo? O que você achava que tinha de importante no grupo?*

*G.S.: Eu sabia que tinha muita mãe – entendeu? – adolescente, que trabalhava. As meninas trabalhavam e, por causa disso, não tinham com quem deixar o filho – no caso, a minha irmã teve que trabalhar, mas não tinha com quem deixar... Não tinha com quem deixar as crianças e tinha que buscar na creche às vezes – ou eu ia buscar ou ela tinha que sair do trabalho. Ou deixava de arrumar um trabalho porque não tinha quem buscar o filho na creche. Aí veio a minha filha, não pude mais ajudar... Então, se eu arrumasse um grupo de mães adolescentes, eu botava uma para ajudar a outra. Porque, primeiro, todo mundo acha que mãe adolescente não faz nada, fica à toa, só fofocando, mas ninguém está a fim de ficar aqui no dia-a-dia para ver o trabalho que dá.*

*Suyanna: Qual o trabalho que dá?*

*G.S.: Tem que cuidar de criança, arrumar casa, levar ela no hospital, no posto... Faz compra, volta, faz janta, lava roupa. Muita coisa... E eles acham que a gente não faz nada, que fica só batendo perna.*

*Suyanna: Você acha que alguma coisa mudou em você depois da experiência de ter feito o grupo?*

*G.S.: Eu acho que o grupo me deixou mais solta. Eu não era de chegar e falar. A gente falava pouco, agora a gente fala até demais... Eu falava muito pouco. Então, quando M. (staff do Centro Comunitário) chegou e disse que precisava de ajuda para formar o grupo, aí, então, eu disse que já tinha um grupo de colegas para formar o grupo. Ela pediu para mim chamar e eu gostei da idéia. Aí, então, fui tentar arranjar as pessoas. Arranjei,*

*nem todas ficaram, mas quem eu consegui ficou para formar um grupo.*

Vale ressaltar que todas as jovens apontaram, nas entrevistas individuais, como o grupo havia propiciado que experimentassem novidades em suas vidas: estavam mais falantes, se conheciam melhor, haviam aprendido coisas novas e se sentiam ouvidas. Efeitos que G.S. já antecipava quando buscou nossa ajuda para formar um grupo de “mães adolescentes”.

Por ocasião das entrevistas, pela análise do processo de intervenção ocorrido até então, nós já havíamos confirmado nossa hipótese de que era possível construir um dispositivo de formação sobre o trabalho com as jovens mães. Entretanto, constatamos que a discussão sobre o trabalho não havia surgido de forma espontânea, necessitando a construção de uma série de analisadores construídos (Rodrigues, 1992) para que as questões sobre o trabalho pudessem aparecer. A fala de G.S., porém, corrobora nossa afirmação de que a falta de espontaneidade se devia mais à dificuldade de colocar o trabalho em palavras do que à falta de percepção da necessidade de se falar sobre o assunto.

Havia um certo tipo de desconforto para falar de trabalho e uma capacidade discursiva imensa para abordar temas como filhos, casa, baile, namoro, fofoca de vizinho, sexo e outras coisas mais. Entretanto, como propusemos ativamente que o trabalho fosse o centro de nossas discussões, fomos construindo um patrimônio discursivo cada vez mais usado por nós e, assim, apropriado por elas para a ampliação de sua capacidade de ação nas próprias atividades do grupo. Constatamos – como já nos apontara Schwartz (2003d) a partir de outras análises – que, no discurso inicial das jovens mães sobre suas atividades de trabalho, havia a idéia de que aquilo que faziam era tão simples que nada tinham a falar sobre o assunto. Eram atividades executadas por um *corpo-si* que não ficava o tempo todo se questionando sobre os *porquês* e os *como* de suas ações. Entretanto, assim que dirigimos a elas perguntas que problematizavam essas ações, começamos a ver surgir uma dificuldade de explicar a atividade não por sua simplicidade, mas, ao contrário, por sua complexidade. Claro que nem tudo foi dito – afinal, muito do que somos escapa implacavelmente à linguagem (Schwartz, 2003d) –, porém a afirmação das atividades de trabalho dessas jovens passou pela construção de um espaço de elaboração e construção de um patrimônio discursivo autorizado coletivamente sobre o que elas faziam.

Um exemplo de tal construção está na cena da dramática de G.S. – trazida no início desta seção –, que ilustra a maneira pela qual o grupo passou a ser o ambiente para se efetuar uma dialogia (Boutet, 1993; Bakhtin, 1980) sobre como as situações vividas pelas jovens em suas atividades de trabalho produziam impactos na saúde. Muitas foram as descrições sobre os sintomas experimentados por elas nos mais diversos trabalhos. Cansaço, tédio, dor muscular, dor de cabeça, estresse, enjôo, dor de estômago, medo e desmaio foram sintomas relatados pelas jovens em diferentes momentos, descrevendo o que sentiam no trabalho. Relatos que, na maioria das vezes, vinham acompanhados de histórias de ampliação do poder de ação, propiciado pela mesma experiência de trabalho que as fazia adoecer. Atividades de trabalho vivenciadas como ampliação da capacidade instituinte das jovens e, ao mesmo tempo, como fonte de sofrimento. Como nos conta G.S. nesse fragmento de entrevista:

*Suyanna: Você trabalha desde cedo. Você se considera uma trabalhadora?*

*G.S.: Batalhadora, hein! Raladora!*

*Suyanna: E agora, que você está trabalhando no trailer, como se sente?*

*G.S.: Ah, tanta dor de cabeça e muito estresse... Estou com muito estresse. Puxa, tem dia que eu vou para Madureira comprar as coisas, volto, vou para casa, faço comida, lavo a louça, arrumo de qualquer jeito, volto e corro para o trailer de novo. Minha filha está ficando direto com minha cunhada. Falta tempo até para comer direito. Às vezes, eu penso em arrumar um outro trabalho, um trabalho que dá para ter uma folga. Mas ele fala: “Esse negócio é nosso. Se a gente não trabalhar, não vai dar certo.” A gente quer comprar uma casa, parar de pagar aluguel.*

*Suyanna: E está sendo uma boa experiência para você? Está sendo bom para você?*

*G.S.: Num ponto, até que está sendo bom, porque eu nunca tinha trabalhado fora. Eu ganhei muita experiência. Tive que aprender rápido... Fazer a comida, atender os pedidos, receber o dinheiro, tudo muito rápido e ao mesmo tempo. Mas eu estou cansada. Sinto falta de ficar com a minha filha, e fico com ele o dia todo. Isso me estressa – ele falando o que eu tenho que fazer o dia todo.*

*Suyanna: Quando você acha que se tornou uma mulher trabalhadora?*

*G.S.: (Risos) Eu já nasci trabalhadora.*

*Suyanna: O que você entende por trabalho?*

*G.S.: Trabalho, trabalho... Eu acho que é o esforço da pessoa fazer aquilo para conquistar o que quer... Isso é o trabalho. Com certeza, é o trabalho.*

*Suyanna: E como você se sente com seu trabalho?*

*G.S.: Ah, fora que me sinto bem por dentro, o problema é que eu me sinto morta, exausta, cansada, doida para ir embora para casa, tomar banho e dormir.*

*Suyanna: Fora, como assim?*

*G.S.: Fora, eu digo assim... Eu me sinto bem em estar trabalhando, podendo ter opção, fazer planos, pegando experiência. Quem sabe eu não consigo um outro trabalho mais tarde... Ai... Mas é um pouco estressante.*

*Suyanna: Estressa por quê?*

*G.S.: É muita coisa ao mesmo tempo.*

*Suyanna: Quando você está trabalhando, você se sente sobrecarregada, cansada?*

*G.S.: É muita responsabilidade. Se a gente não trabalha, não tem dinheiro, e ainda tem a casa e a minha filha. A gente briga muito.*

*Suyanna: Qual o tipo de briga que existe no seu trabalho?*

*G.S.: O lugar é pequeno, a gente se esbarra o tempo todo. Eu falei para ele que a gente tem que arrumar um lugar maior... Eu queria era poder arrumar um outro emprego, e ele botava outra pessoa para ajudar ele.*

A dramática do “fora que me sinto bem por dentro” aparece de forma insistente nos mais diferentes relatos sobre o trabalho. Esse sentimento foi expresso das mais diversas maneiras, mas sempre apontou na direção de um engajamento para o trabalho, uma vontade de estar sempre se ocupando de algo, um fluxo de energia constante. Muitos dos relatos mostravam que as jovens estavam sempre inventando alguma coisa para fazer. Entretanto, as atividades das quais elas se ocupavam traziam pouco ou nenhum retorno financeiro ou não recebiam reconhecimento dos seus pares. Elas faziam bijuteria, vendiam roupas e cosméticos, embelezavam as unhas e depilavam os pêlos do corpo de mulheres e homens, faziam salgados e doces para festas, cuidavam de crianças, acompanhavam pessoas ao médico ou a outro serviço público, limpavam a casa, mudavam portas e janelas de lugar, lavavam roupa, faziam comida etc.

Essas atividades – digamos, invisíveis – ganharam expressão quando o grupo se mobilizou para organizar um negócio passível de concorrer ao microcrédito oferecido pela Prefeitura, como relatamos no capítulo anterior. As experiências acumuladas e já recuperadas no processo de trabalho do grupo foram reconhecidas como habilidades adquiridas que

poderiam ser utilizadas de forma mais produtiva do ponto de vista financeiro. Mas sobre esse movimento de expansão incidiram outros mecanismos de impedimento da atividade que abordaremos a seguir.

#### 4.3. A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO ATRAVESSADA PELO VIÉS DA DESQUALIFICAÇÃO FORMAL

**Uma cena da dramática:** *Uma jovem mãe trabalhadora é demitida novamente e olha para a quantia de dinheiro que recebeu, achando que não vai dar nem para um mês de despesas. Mãe de quatro filhos, ela desistiu de pensar em quantas vezes e por quais motivos já foi demitida. Dessa última vez, foi por excesso de trabalho. O salão de beleza onde trabalhava como manicure estava tendo prejuízo com a quantidade de comissão que tinha de lhe pagar. Ela lembra que era assim na padaria também – toda a freguesia sentia falta quando ela estava de folga. O problema de perder outro emprego é ter de voltar a morar com a mãe em uma casa pequena, já cheia de outras crianças.*

Como discutimos anteriormente, inúmeras são as conseqüências da entrada precoce no mercado de trabalho, desde o aumento de situações que vulnerabilizam crianças e jovens – como ambientes perigosos e insalubres – até a sobrecarga gerada pela conciliação entre escola, trabalho e afazeres domésticos. Entretanto, gostaríamos de nos ater aqui a uma questão que não invalida a outra, mas que nos parece recorrente neste trabalho e merece muita atenção: a falta de reconhecimento das habilidades aprendidas pelas jovens no âmbito doméstico antes da entrada no mercado de trabalho formal ou informal. Essa falta de reconhecimento as empurra para postos de trabalho em que elas não podem mostrar suas potencialidades – ou, quando as expressam, deturpam a ordem estabelecida que as considera mão de obra flexível e descartável. Dito de outra maneira: todas as habilidades desenvolvidas no manejo das atividades de reprodução social são desconsideradas enquanto valor agregado quando as jovens são avaliadas para uma atividade de trabalho. Não podendo usar o patrimônio acumulado até então, as jovens são impedidas de desenvolver suas atividades de trabalho no sentido que Yves Clot nos aponta (Clot, 2001). Tomemos como exemplo o trabalho de babá. Dificilmente uma jovem empregada doméstica pode usar suas habilidades aprendidas em casa, com seu filhos, irmãos ou vizinhos, nas tarefas de cuidar dos filhos das suas patroas. Sequer ousam dizer o que pensam sobre criação de crianças, sequer são perguntadas sobre o que elas pensam sobre o assunto. Isso quando não

são alvos de preconceitos ainda maiores e mais explícitos, como PV nos relatou na capítulo anterior, relativos a sua higiene pessoal.

Sabemos, entretanto, que muitas dessas habilidades são caras ao mercado de trabalho, especialmente a capacidade relacional, que produz um *trabalho imaterial* (Hardt & Negri, 2001) difícil de mensurar, mas que é muito utilizado no setor de serviços (Schwartz, 2004). Mesmo não conseguindo expressar suas habilidades adquiridas no cotidiano, as jovens babás acabam executando com muita eficácia o cuidado com as crianças. Na dificuldade de mensurar esta atividade reside, muitas vezes, a desculpa para não tornar tais habilidades passíveis de reconhecimento. Se essa já é uma questão muito séria para uma professora da rede pública de ensino, com nível superior, torna-se quase um açoite para uma jovem mãe moradora de espaço popular. Como G.T. nos conta usando outros exemplos além do trabalho doméstico:

*Suyanna: Me conte os trabalhos que você já teve.*

*G.T.: Eu já fui até frentista. Vamos ver: frentista, manicure, confeitadeira de bolo, já trabalhei na creche como crecheira... Mais o quê, meu Deus... Tanta coisa... Já trabalhei no mercado.*

*Suyanna: E por que mudou tanto de trabalho? Por que saiu do mercado, se você gostava dele?*

*G.T.: O do mercado foi porque era um contrato. Não era do mercado, era de uma firma, e o mercado estava fechando e não quis mais a firma.*

*Suyanna: Você queria ficar no trabalho?*

*G.T.: Queria, mas o trabalho acabou.*

*Suyanna: E frentista?*

*G.T.: De frentista, trabalhei oito meses no posto. Aí o dono do posto vendeu o posto e falou com o outro dono pra ficar com as pessoas que trabalhavam. Mas com o primeiro dono foi todo mundo embora, tanto da loja como do frentista. Ele colocou gente dele e demitiu a gente.*

*Suyanna: Confeitadeira de bolo?*

*G.T.: Confeitadeira de bolo... Eu saí porque tinha feriado e eu tinha que trabalhar. Não era pra mim ficar em casa, não, mas eu não fui e outra pessoa que tinha que ir não foi – duas pessoas faltaram. É a preguiça...*

*Suyanna: Por que preguiça? O que você chama de preguiça?*

*G.T.: É quando o trabalho vai ficando estressante, você vai ficando com sono, não dá vontade de trabalhar. Aí bate aquela preguiça... Aí você lembra que tem que pagar suas contas, tem que ajudar nas coisas da casa, tem que correr pro trabalho. Aí, quando*

*você está no trabalho, não tem mais aquele ânimo, já quer ir embora.*

A falta de reconhecimento social formal das habilidades necessárias para desempenhar uma atividade de trabalho numa padaria, num posto de gasolina ou numa confeitaria faz da força de trabalho dessas jovens uma parte do processo produtivo extremamente útil, porém flexível, precária, descartável. E essa “produção” de falta de reconhecimento incide sobre as jovens. Foi recorrente em nossas discussões a vergonha para descrever algumas atividades de trabalho – vergonha não só da pesquisadora, oriunda de uma outra classe social e com formação profissional reconhecida, mas vergonha das próprias colegas do grupo. Havia uma grande dificuldade de se falar das necessidades financeiras e dos tipos de trabalho que eram considerados humilhantes e só executados pela possibilidade de remuneração. Muitas atividades não eram reconhecidas por elas mesmas como trabalho. Podemos citar aquelas realizadas na própria casa ou as que eram percebidas como uma forma de auxílio a alguém – por exemplo, “ajudar” o pai na confecção de peças de artesanato ou acompanhar pessoas quando necessitam ir a um serviço de saúde para ter um filho ou em caso de falecimento.

Vale ressaltar que a questão do reconhecimento social dessas habilidades ganha uma configuração singular quando se trata de mulheres de classe popular, ou seja, articulada com situações precárias de escolarização, profissionalização e segregação social. Mesmo as jovens que não são mães apresentam dificuldades para ultrapassar as barreiras de classe através do estudo e das relações de trabalho. Souza-e-Silva (2002) nos aponta duas práticas sociais produzidas nos espaços populares cariocas que revela alguns dos efeitos da desigualdade social vivenciada: a *presentificação* e a *particularização*. Na primeira está expressa a vivência do cotidiano no eterno agora, onde as lutas pela sobrevivência deixam pouco espaço para planos a longo prazo. A escola, por exemplo, é experimentada como espaço de convivência e não como lugar para adquirir e acumular um patrimônio intelectual e profissional, que poderá ser usado no futuro. Isso se deve ao fato dessa instituição ser percebida como inapta para preparar os jovens para escalar desafios como a entrada na Universidade. A segunda prática social se refere ao particularismo espacial, que limita a circulação pela cidade, situando o espaço popular de origem como o lugar mais familiar e seguro para se estabelecer redes sociais. Histórias de preconceito de classe e étnico, na relação entre o asfalto e o morro, afetam diretamente esta lógica segregária de viver a polis.

Histórias que foram contadas e recontadas pelas jovens mães trabalhadoras. A cidade partida impõe limites singulares para estas jovens impondo uma real dificuldade de transpor as barreiras de classe social, em especial no tange a percepção de suas habilidades para o trabalho.

Constatamos que principalmente as atividades de trabalho desempenhadas após o nascimento dos filhos eram, ainda mais, classificadas apenas como um modo de ganhar dinheiro de forma *presentificada e particularizada*. A escola, vivenciada apenas como espaço de convivência, teve que ser abandonada para que as jovens pudessem assumir obrigações com a casa e com a criança. Assim como, a rede de apoio para o cuidado da criança e de procura de trabalho fora de casa esteve baseada nas relações de parentesco e vizinhança, não havendo reivindicações junto a órgãos públicos ou filantrópicos de assistência social. Durante o processo de pesquisa-intervenção, somente a partir do uso do dispositivo da “Instrução ao Sósia” (Clot, 2000) é que foram surgindo os dilemas inerentes a toda atividade de trabalho. A partir desse momento, suas habilidades e “aptidões” para executar as mais diferentes tarefas foram aparecendo e sendo percebidas como algo aprendido ao longo de suas histórias de vida. Os dilemas enfrentados por elas na execução das mais diversas atividades foram mostrando o estilo que cada uma tinha para executar uma determinada tarefa, assim como os usos que os outros faziam dessa habilidade, mesmo que não a reconhecessem como tal.

#### 4.4. CUIDAR DE FILHO É OU NÃO É TRABALHO?

**Uma cena da dramática:** *Uma jovem mãe que passa os dias cuidando do filho e da casa tem que dar instruções a uma pesquisadora para que esta seja sua sósia por um dia. A moça não vê a razão de fazer isso e acha impossível que a pesquisadora encontre dificuldade em aprender a ser ela. No decorrer da atividade, ela começa a se dar conta das dificuldades inerentes às atividades em casa e com o filho, assim como percebe que poucas pessoas poderiam fazer o que ela faz, do jeito que ela faz.*

**Uma outra cena de outra dramática:** *Uma jovem mãe trabalhadora, entediada com seu trabalho de recepcionista em um laboratório de análises clínicas, pensa em como seria a sua vida se ela tivesse podido sustentar o filho e custear a sua ida para a universidade ao*

*mesmo tempo. “Talvez eu já pudesse ser a gerente”, pensa ela, “afinal, eu já sei todo o trabalho; só não posso ir para a frente porque não tenho estudo.”*

Como apontamos no Capítulo 1, as atividades de maternagem estão entre aquelas, desempenhadas por mulheres, que menos são relacionadas ao mundo do trabalho produtivo remunerado. Entre as jovens mães, também havia um entendimento categórico de que todo e qualquer trabalho que a maternagem exigisse elas deveriam cumprir sem pedir nada em troca, pois *“tiveram os filhos porque quiseram”*. Expuseram também o medo que tinham de perder os filhos caso alguém mais, além delas, assumisse os cuidados com a criança, ou de perder os filhos para o pai deles. As crianças eram descritas como um *bem maior, presente dos céus, padecimento no Paraíso*. Eis alguns dos relatos:

*“Tive medo de como eu ia criar ele, o que eu ia passar para ele, se ele ia ter uma mãe mesmo. Tipo assim, se por eu ser jovem ia passar uma imagem de irmã, entendeu? Se eu, morando com minha mãe e meu pai, e ficando fora o dia todo, poderia passar uma imagem de irmã. Meu medo foi o que eu ia passar, não o que ia acontecer, só o que eu ia passar para a mente dele.” (D.B., 21 anos)*

*“Eu não trabalhava. Minha preocupação era não ter dinheiro pra comprar as fraldas, leite, vitamina para o meu filho, não ter remédios para o meu filho. O médico passou vários remédios pra ele e chegou a passar vários remédios caros, e eu ficava com isso na cabeça: ‘Se eu tiver que comprar isso tudo, como que eu ia fazer, meu filho vai passar fome.’ Porque ele não mamava no peito, não tinha como dar leite em pó – era caro aquele Nan. O que ia fazer? Meu filho ia passar fome. Não passou porque o pai arrumou trabalho, meu sogro também. Mas, quando ele nasceu, eu não sabia como ia fazer porque estava todo mundo sem trabalho e eu com ele no hospital. Agora tenho medo que eles tirem ele de mim. Às vezes eles me ameaça.” (P.V., 18 anos)*

*“A minha maior preocupação é como eu vou criar meu filho. Como vou sustentar meu filho. Como eu vou dar para ele as coisas, ajudar nos estudos. Essas coisas que importa, porque o resto vem junto. Sem grana é que a coisa pega, e eu não vou me perdoar se alguma coisa faltar, porque ele não pediu para nascer. Fui eu que quis.” (L.N., 20 anos)*

Esses receios impunham uma resignação diante das atividades de maternagem, colocando-as, então, entre aquelas que elas mesmas tinham de executar, pois eram inerentes ao fato de serem mães. Ao mesmo tempo, as necessidades financeiras as remetiam para a posição de arrimo de família. Ocorre, então, uma sobreposição das atividades no âmbito doméstico com as atividades desempenhadas no mercado de trabalho, com vistas ao sustento das crianças. Vale ressaltar que o trabalho doméstico – pensado também como produção de bens e serviços e sem o qual não haveria a reprodução social das classes populares – também tem um objetivo econômico, mesmo que não seja reconhecido como tal.

Vamos ao exemplo, relatado pelas jovens, da atividade de lavar e passar a blusa do uniforme das crianças. Todos os dias, invariavelmente, deve-se lavar a blusa do uniforme e colocá-la para secar atrás da geladeira ou secá-la com ferro elétrico pela manhã. Essa atividade de trabalho tem o objetivo de economizar no gasto com uniformes e fazer render o orçamento doméstico. Nesse sentido, gera renda através da economia. Ter apenas uma blusa de uniforme implica lavá-la todos os dias e criar meios para que seque de um dia para o outro. Passar a roupa pela manhã também é uma forma de conter o frio das crianças nos dias de inverno, pois elas saem de casa com a roupa e o corpo aquecidos. Tais recursos, para sorte de todos, só são utilizados em alguns dias do ano na cidade do Rio de Janeiro; nos outros, a própria temperatura ambiente seca a roupa.

A discussão que tivemos sobre lavagem de blusa de uniforme foi bastante ampla, e todas as jovens tinham seu jeito próprio de lidar com essa atividade, que era homogênea a todas. Conversamos desde os efeitos do sabão em pó de baixa qualidade para as mãos – muita dermatite de contato – até a função importante da atividade na manutenção da casa saudável e limpa. Elas se orgulhavam do fato de os filhos serem bem tratados e crescerem saudáveis. Quando uma delas teve problemas de saúde com o filho, foi unânime o oferecimento de ajuda por parte das outras jovens para que ela pudesse alimentá-lo melhor.

Essas habilidades acumuladas, passadas de pais para filhos, encontram pouco ou nenhum reconhecimento social. Em consequência, não impulsionam a busca de alternativas de capacitação formal para propiciar o desenvolvimento da atividade (Clot, 2001) que, apesar de ser de trabalho, não é percebida como tal. Ou seja, há um número imenso de habilidades aprendidas e com potencial de desenvolvimento que não são consideradas nem no *uso* que

as jovens fazem delas mesmas nem nos *usos* que os outros fazem delas. Um grande *patrimônio* que não se torna *herança*, ou se torna uma *herança* subliminar, que não se sabe onde está e não se sabe se tem valor. Mas o *corpo-si* sabe que ela existe, pois emana dele. E, assim que esse patrimônio foi posto em movimento pela produção discursiva do grupo, logo ganhou força de ação e começou a se desenvolver. Um exemplo disso foi a postura que duas jovens adotaram quando lhe perguntaram como iriam cuidar de um centro comunitário e desenvolver atividades com crianças. Elas assumiram imediatamente uma posição, afirmando que os anos em que se dedicaram a cuidar dos irmãos e dos filhos lhes haviam dado uma base para começar o trabalho e mostrando-se dispostas também a fazer cursos para melhor desempenhar tais atividades.

Poderíamos dizer aqui, numa aproximação com o que Schwartz (2003d) chama de *Entidades Coletivas Relativamente Pertinentes* (ECRP), que existe uma dimensão grupal nas atividades de trabalho das jovens mães. Essas ECRP são descritas pelo autor como coletivos de contorno fluido, pois variam ao longo do tempo, mas são essenciais. Constituir, desfazer, refazer esses coletivos está no cerne da atividade de trabalho. Tê-los como referência é fundamental, pois, como descrevemos antes, as normas antecedentes, que são essencialmente coletivas, estão imbricadas em toda atividade de trabalho. Para Schwartz, as ECRP só podem ser apreendidas se alcançarmos as *dramáticas* singulares de gerir o trabalho.

Ora, toda transmissão de um saber-fazer, efetuada no âmbito doméstico, é feita coletivamente. Ali se aprendem tanto a atividade de trabalho quanto os sentidos que esse trabalho possui. Da mesma maneira, todo processo de reconhecimento da transmissão também deve ser efetuada a partir de trocas semióticas em um âmbito coletivo. O efeito que o grupo de pesquisa-intervenção teve na ampliação do poder de agir das jovens, através do reconhecimento da atividade de trabalho, é pista plausível da possibilidade de mudança no entendimento do que seja uma jovem mãe trabalhadora, assim como alguns contornos do que seja o *trabalho precoce feminino*. Da mesma forma que o *patrimônio* do saber-fazer do trabalho é transmitido por um coletivo de mulheres e homens, no exercício de suas atividades de reprodução social, também o grupo de pesquisa-intervenção, em sua dimensão de dispositivo<sup>1</sup>, funcionou como uma *entidade coletiva relativamente pertinente*.

#### 4. 5. NOS LIMITES DO POSSÍVEL: A BUSCA POR UM TRABALHO DIGNO

**Uma cena da dramática:** *Um grupo de seis jovens mães trabalhadoras discute se elas podem ou não montar juntas uma creche em um centro comunitário desocupado pela universidade. Uma delas diz: “Eu acho que a gente pode, sim. É maluquice, mas a gente pode. O pior que pode acontecer é tudo voltar a ser como antes. Eu sempre sonhei em ter uma creche, e é isso que as pessoas querem aqui.” Duas das jovens decidem que não vão participar: uma por não ter tempo disponível e outra por nunca ter se imaginado trabalhando numa creche – diz não saber nem o que se faz numa creche. As outras três ficam em dúvida, não sabem bem o que fazer com a idéia. Finalmente, uma fala: “Eu quero tentar, nunca fiz nada assim tão importante, mas eu quero tentar porque é um trabalho digno.” Quatro das seis jovens combinam ir até a universidade para conversar sobre a ocupação que elas querem fazer do centro comunitário.*

As *dramáticas do uso de si* experienciadas pelas jovens no processo de ocupação do centro comunitário, recuperadas na cena descrita acima, nos pareceram muito similares àquelas vividas por elas na ocasião em que tiveram a oportunidade de acessar um programa de microcrédito, como descrevemos no capítulo anterior. Muitas das discussões que tivemos nos dois episódios giraram em torno da pergunta que indagava se elas eram ou não “competentes” para gerir empreendimentos como aqueles. Como vimos argumentando até então, a produção de um *território existencial* (Guattari & Rolnik, 1986) demarcado pelas linhas duras da falta de acesso a oportunidades de preparação para o trabalho – instabilidade econômica, ensino formal precário, inserção precoce no mercado de trabalho e não reconhecimento do saber-fazer desenvolvido no âmbito das atividades de reprodução social – caracteriza as jovens mães trabalhadoras como subjetividades que experimentam pouca margem de manobra para renormatizar (Canguilhem, 2000) suas experiências de vida e trabalho.

A dúvida sobre a competência é marca visível desse movimento de constrangimento vivenciado por elas e, muitas vezes, assegurado por discursos oficiais que relacionam competência apenas ao preparo formal para o trabalho. Yves Schwartz e seus colaboradores, porém, a partir de estudos e pesquisas, nos dizem que a competência é formada por diferentes “ingredientes”.

“[...] é legítimo examinar a questão das competências, porque nenhuma atividade humana pode deixar de considerar, sem riscos, as possibilidades de as pessoas engajadas numa operação responderem positivamente e operarem com eficácia, com vistas ao objetivo comum, em uma situação mercantil ou não mercantil. Ninguém pode escapar a essa questão, mas é preciso imediatamente avaliar a que ponto vai ser difícil dar um sentido operacional à questão” (Schwartz, 2003c).

Assim, segundo Schwartz, faz-se necessária a avaliação de seis ingredientes distintos para podermos analisar a competência numa atividade de trabalho. O primeiro ingrediente é o que mais se afina ao sentido de senso comum dado ao conceito *competência*. Ingrediente que resulta da capacidade humana de produzir conceitos e modos de fazer que são acumulados formalmente e transmitidos das mais diferentes maneiras, ou seja, na escola, nos cursos de aprendizes, nos cursos profissionalizantes. Esse ingrediente está remetido às normas antecedentes e ao âmbito do Registro Um da abordagem ergológica das atividades de trabalho.

Como segundo ingrediente, temos a dimensão histórica singular de cada situação de trabalho, afinal, como vimos anteriormente, existe uma distância entre a norma antecedente e o real da atividade, o que produz conflitos que devem ser resolvidos no ato da atividade. Trata-se de saberes que o *corpo-si* acumula pela imersão na vivência concreta das situações de trabalho. Nesse ingrediente, a partir do confronto entre o Registro Um e o real da atividade, é que se instauram os processos de criação de possibilidades efetivadas por todo sujeito, mesmo nas mais ínfimas proporções, por sua incapacidade de fazer exatamente igual a um outro sujeito.

O terceiro ingrediente se refere à capacidade de colocar os dois primeiros ingredientes para dialogar e produzir, a partir daí, uma escolha que leve em conta tanto o *patrimônio* acumulado como as possibilidades de invenção dos modos de efetuar a atividade. Esse ingrediente pode ser visto em ação nas cartografias das *dramáticas do uso de si* que se efetuem em toda experiência de trabalho.

Já o quarto ingrediente se refere às condições inerentes ao meio em que as *dramáticas do uso de si* se efetuem. Assim, a competência também depende do ambiente em que se realiza. A falta de reconhecimento às atividades de reprodução social colabora de forma decisiva para a vivência da incompetência experimentada pelas jovens mães trabalhadoras.

O quinto ingrediente discute o fato de ser impossível desenvolver o segundo ingrediente dissociado do quarto ingrediente, ou seja, o *corpo-si* irá agir com uma margem de manobra muito mais ampla se contar com um patrimônio acumulado e reconhecido coletivamente do que se estiver imerso em um meio que ignora tal acúmulo.

O sexto e último ingrediente se refere ao que já descrevemos anteriormente como as *Entidades Coletivas Relativamente Pertinentes*. Ou seja, não há atividade de trabalho competente que se efetue fora de uma rede de trabalhadores. As articulações, mesmo que fluidas e provisórias, entre os sujeitos que trabalham são necessárias para que o estilo singular de agir em competência se realize. No caso das jovens mães trabalhadoras, essa formação de rede – em sua maioria constituída de mulheres – mostrou-se condição fundamental tanto para as atividades de maternagem como para a busca de um trabalho remunerado fora do âmbito doméstico, como relatamos no Capítulo 3.

Podemos pensar então que, para produzirmos um espaço onde as jovens pudessem elaborar maneiras de agir em competência – chegando até a ousar querer sair do lugar-comum que lhes cabia –, foi necessária a construção de um meio propício ao reconhecimento social de suas habilidades adquiridas no âmbito doméstico e na dinâmica cotidiana de suas vidas de trabalho. Elas ousam, assim, buscar o que denominaram inúmeras vezes como dignidade. A busca por sustentar os filhos com dignidade, pelo viés do trabalho, aparece inclusive quando elas explicam por que deram o nome de “A Favor Delas” ao grupo elaborador da cartilha, como apontamos no Capítulo 3. O uso das expressões “*ideal para mudar a vida*” e “*sustentar os filhos com dignidade*” foi assim justificado por elas:

*Suyanna: O que é, para você, um ideal para mudar a vida?*

*C.S.: Um ideal para mudar a vida? Ah, um emprego, né, Suyanna? É conseguir fazer planos.*

*Suyanna: E o que é sustentar os filhos com dignidade?*

*C.S.: Sustentar com dignidade? É você sustentar sozinha, trabalhar e não depender nem de mãe e nem de pai, não ter uma vida de miséria. Ai, não sei...*

*Suyanna: E o que é procurar um ideal? O que você entende por isso?*

*G.S.: É porque a gente tem os filhos, mas a gente não quer que os nossos filhos passa o que a gente passamos. A gente quer o melhor para eles, que eles possam ir para a escola. Para isso a gente tem que ter um ideal, muita força de vontade.*

*Suyanna: E o que é sustentar com dignidade?*

*G.S.: Ser o que você é, não depender das pessoas para ter as coisas, para te dar. É arranjar um emprego que você pode pagar as coisas, você pode contar com aquele dinheiro. O dinheiro é seu e você pode contar com ele... E não ficar esperando se o fulano está mal e disse que não pode te dar; aí no outro dia não pode te dar; aí chega no outro dia não pode te dar; aí no terceiro dia não pode te dar... Aí você, com seu trabalho, você pode não ficar pedindo, tem seu próprio dinheiro.*

*Suyanna: O que é, para você, sustentar seu filho com dignidade?*

*L.N.: O que é? Ah, é acordar cedo para trabalhar, ganhar meu dinheiro, sustentar meu filho, e sem bater na porta de ninguém.*

*Suyanna: Você acha que é isso mesmo que vocês são: mulheres a procura de um ideal?*

*D.B.: Eu acho que sim. Acho que todo mundo ali estava atrás de um ideal que era um trabalho, apesar de ter muito trabalho que não é digno.*

*Suyanna: Como assim, não é digno?*

*D.B.: Apesar disso, eu não tenho nada contra isso... Acho que não é digno, assim, que não vale a pena, assim, para mim tipo... por dinheiro. Transar por dinheiro, você sabe, para mim não é digno. Eu tive a chance, mas eu acho que não é digno, que é dos últimos, dos últimos, dos últimos trabalhos que eu ia procurar se eu tivesse necessitando mesmo.*

*Suyanna: E o que é trabalho digno?*

*D.B.: Trabalho digno é onde trabalho, onde a Gisele trabalha, que é vendendo. Uma faxina é um trabalho muito digno.*

*Suyanna: Por que esses trabalhos são dignos?*

*D.B.: Porque tem muitas pessoas que não gostam de dizer o que fazem porque não gostam de trabalhar em faxina. Eu acho que é um trabalho, sim, que a pessoa deveria manter a cabeça erguida porque está trabalhando, está limpando. E esse é um trabalho como outro qualquer. Eu acho que, na vida, a gente pode ficar se vendendo para se sustentar ou ficar lutando para se sustentar. Se é trabalho de luta e você vai receber um dinheiro por isso, isso é digno.*

*Suyanna: Me diz o que é criar os filhos com dignidade. O que você acha?*

*G.T.: É você ter um trabalho, você não depender... Assim, quase todo mundo depende um pouco de todo mundo, mas é não ficar totalmente dependente daquela pessoa que te cerca, entendeu?*

*Suyanna: O que é para você sustentar seu filho com dignidade?*

*P.V.: Ah, eu acho trabalhar certo. Assim, se a pessoa faz coisa errada... Tem muita gente que trabalha assim, que trabalha com a arma na mão... Acha que tem dignidade, mas está arriscando a vida, e por mixaria – 20, 25 reais. Entendeu? Estão arriscando a vida dos pais e dos filhos. Acho que é por aí que é trabalhar errado. Ter dignidade é arrumar um trabalho certo que te pague bem e que te dá tudo o que tu precisa, tudo o que você quer e sente vontade, sem arriscar a vida. Acho que é isso: arrumar um trabalho certo e ter um propósito para mostrar para o filho.*

Nesse sentido, a busca por dignidade passa pela possibilidade de elaborar planos e ter um propósito a ser apresentado às futuras gerações. Tudo isso associado à experiência de trabalho, que, apesar de ser efetuado cotidianamente por essas jovens, é desconsiderado e desconhecido pela maioria das pessoas – incluindo elas mesmas – e principalmente por aqueles que desenham as políticas públicas de inserção de jovens no mercado de trabalho como estratégia de combate à pobreza e à violência. Ora, os formuladores dessas políticas necessitam entender quais são os ingredientes de um agir em competência, em especial a necessidade de propiciar um ambiente que favoreça a síntese necessária entre os Registros Um e Dois, sendo ambos valorizados em sua plenitude.

#### 4.6. OS USOS DAS DRAMÁTICAS NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Temos como proposta final deste estudo defender a possibilidade de se instituir uma análise de caráter estético do trabalho na juventude. Ou seja, um caráter de criação de si e de mundos, de produção de sentidos, que atravessa toda atividade de trabalho. Para tanto, recuperamos com as *dramáticas do uso de si* descritas acima o saber-fazer acumulado pelas jovens em suas trajetórias de vida e trabalho e consideramos tal *patrimônio* acumulado como elemento fundamental para expandir seus conhecimentos e habilidades. E isso funcionou. Criamos novas formas de abordar esse saber-fazer, formas que não poderíamos prever, pois como nos explica Kastrup (1999: 187), inspirada no trabalho de Deleuze e Guattari (1980), citados por nós anteriormente:

*“A invenção de novas formas é sempre resultado da tensão entre as formas antigas e as afecções que ocorrem no plano molecular dos agenciamentos. È quando reverberam no plano das formas que as afecções ganham consistência e sentido, passando a configurar novas formas históricas, que não podem ser previstas a priori, mas devem ser examinados, casos a caso, sempre a posteriori.”*

Ao final dos seis meses de convivência, as atividades de trabalho, assunto que inicialmente pareceu tão difícil e fora de lógica abordar, tornaram-se nosso tema favorito. E conseguimos abordá-lo em sua forma concreta, com prazeres e desprazeres, sem moralizações e urgências de empregabilidade. Dito de outra maneira, o funcionamento dessa nova forma de pensar o trabalho das jovens mães nos fez acreditar que o exercício de reconhecimento do *patrimônio* acumulado seja de suma importância para as classes populares, sempre tão estigmatizadas como “carentes” de tudo, em especial aquele acumulado no exercício da reprodução social, que na condição de desigualdade social em que se efetuam emanam o enigma de como estas classes sociais continuam a se reproduzir.

Mas alguns autores nos dão pistas para desvendar este enigma. Milton Santos (1996), em certa ocasião, escreveu sobre os *homens lentos*, que são pobres, comuns, habitantes do que parece ser a parte opaca da metrópole, mas que têm na lentidão das tarefas cotidianas de reprodução social a sua potência, fonte de resistência contra um sistema que acelera nossos tempos e que diz que quem não for rápido não vencerá. Segundo o autor, essa lentidão faz com que eles não caiam na malha frenética dos delírios capitalistas e assim consigam descobrir o mundo concreto mais rapidamente, mesmo sendo considerados lentos. Sabemos que nosso geógrafo também se referia às mulheres em sua afirmativa sobre os *homens lentos*, mas poderíamos fazer um chiste com a expressão e dizer que, junto aos homens lentos, prosperam as *mulheres flexíveis*, que se *desdobrando* de forma tática para sustentar seus herdeiros, os quais elas fazem questão de que sejam melhores que elas mesmas, para, assim, não se submeterem à extinção dos pobres em vez da eliminação da pobreza. Ação tática que como define Certeau (1994: 101): *“Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Ai vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.”*

Assim, astuciosamente, certas mulheres geram e sustentam seus filhos, não como irresponsabilidade diante da fome, mas como possibilidade de *pró-criação* de mundos.

Lógica de agir na qual as crianças não sobram, pois são desejadas como esperança de continuação da trajetória de vida, mas crescem num espaço onde faltam recursos materiais para viabilizar um deslocamento justo. Nesse sentido, elas preservam os “pobres”, ao mesmo tempo em que reclamam da “pobreza”. Nas palavras delas próprias:

*Suyanna: O que você acha das outras mulheres jovens, aqui da comunidade, que não têm filho? Você acha que elas vão ter um futuro melhor do que o seu?*

*C.S.: Assim, por um lado, por elas não terem filhos, vão ter mais facilidade pra estudar, trabalhar. Não precisa ficar naquela preocupação com quem eu vou deixar... deixar meu filho. Por outro lado, tem mulheres que não têm filho, mas não querem estudar, não consegue trabalho. Por isso que eu acho que filho não impede... Cada um tem que ter força de vontade. Eu queria voltar estudar, mas pra mim não vai dar agora. Ele tem que crescer um pouco. Pra mim não dá, mas tem gente que dá. Eu não tenho como fazer isso – ele mama de três em três horas certinho, e não dá. Eu não quero ele doente, ele é tudo que eu tenho.*

*Suyanna: Você acha que as meninas que você conhece lá no Pau da Bandeira que não engravidaram têm uma vida melhor do que a sua?*

*G.S.: Depende das circunstâncias, porque, se não tem filho, mas também não faz nada da vida, não vai dar em nada.*

*Suyanna: Você acha que teria uma vida melhor se não tivesse sua filha?*

*G.S.: Eu acho que não. Acho que seria melhor se eu tivesse mais dinheiro, para ficar menos estressada, se eu tivesse uma casa... Essa semana fiquei ralando a noite toda para ter dinheiro para pagar a primeira parcela da prestação da casa. Paguei a primeira parcela da prestação, dinheiro vivo. Quero que a minha filha viva numa casa dela. Vou fazer tudo para ela ter uma vida boa. Não sei o que eu faria sem a minha filha.*

*Suyanna: Você acha que as meninas da sua idade lá do morro que não engravidam têm uma vida melhor do que a das meninas que engravidam?*

*L.N.: Depende. Às vezes, elas têm a vida mais complicada do que a gente que tem filho.*

*Suyanna: É? Por quê?*

*L.N.: Não sei, mas é.*

*Suyanna: Complicada em que sentido? Me dá um exemplo.*

*L.N.: Ah, em tudo... Às vezes, a gente que tem filho sai pra rua e elas não pode porque a mãe não deixa... as que não têm filhos, né? São tratada como criança. Aí a mãe não deixa.*

*Suyanna: Na sua opinião, vocês que têm filhos vão ter um futuro pior do que aquelas que não tem filhos?*

*L.N.: Não. Vai ficar tudo igual. Por isso ainda vou ter mais ainda. Vou ter um montão de filhos (risos).*

*Suyanna: Você acha que as meninas da comunidade que não engravidaram vão ter uma vida melhor que a sua?*

*D.B.: Claro, né? Provavelmente, com certeza. Não tenho dúvidas.*

*Suyanna: Então, você acha que o fato de ter filho vai atrapalhar?*

*D.B.: Não é o filho, é a responsabilidade. Se você tiver um filho, vai ter que decidir o que você quer. Você vai ter que definir a sua área, você vai ter que estudar, vai ter dias que você vai ter que estudar e ir para o trabalho. Vai ter que se esforçar. Mas você, não tendo um filho, você já fica mais livre, você tem que se preocupar só com você, você não vai ter ninguém com quem se preocupar – a não ser com sua mãe ou com outras pessoas diferentes da sua família. Mas você só vai ter que estudar... O negócio é aprender, aprender, aprender e, depois, dependendo da cabeça da menina e das pessoas em volta dela, com certeza vai se dar bem. Quando você tem filho, não pode só estudar, tem que trabalhar também. Mas tem menina que não tem filho e também não estuda e tem que trabalhar. O filho não é o problema, o problema é a grana.*

*Suyanna: Existe uma diferença muito grande entre o futuro de quem tem filho e o de quem não tem filho? O que você acha?*

*G.T.: Aparentemente, sim. Tem menos estresse. As pessoas, assim, que eu convivi da minha idade, eu não tenho mais contato pra conversar... assim, falar. Não sei bem como anda a vida delas. Não, acho que quem não tem emprego estável não está melhor, não. Entendeu?*

*Suyanna: Você acha que as mulheres jovens sem filhos, aqui da comunidade, têm uma vida melhor que a sua?*

*P.V.: Eu acho que não.*

*Suyanna: Você acha que elas têm mais oportunidades na vida?*

*P.V.: Não. Não sei, pelo que eu acho, não... Porque eu estava procurando um curso e era difícil ir sozinha, aí, chamei uma amiga que não tem filho porque ela me distrai, me faz companhia. Mas ela não queria ir. Disse que dava trabalho procurar curso. Aí eu falei: “Vamos juntas” – e ela não quis. Ela não tem propósito, não tem vontade de ter a casa dela. Acha que vai morar com a mãe para sempre. Eu fui procurar o curso para mim sozinha, e outra colega dela falou que ela é uma louca, não quer nada com nada. A casa que eu moro não é minha e não é da minha mãe. Eu estou louca para ter minha casa. Ela não quer nada e não tem um incentivo para ter um trabalho ou fazer um curso mesmo, e o que ela quer da vida dela? Eu quero ter trabalho para ter minha casa e dar conforto para meu filho – este é o meu propósito. Mas ela não quer arrumar trabalho e não quer arrumar um jeito de ter a casa dela. Se tivesse filho, já estava se virando.*

Essa potência de vida pode ser reconhecida e resignificada também como vontade de trabalho, onde a reprodução ocupa o mesmo lugar das atividades de produção na busca de reconhecimento social como fonte de energia para continuar lutando pela vida. Como ação *industriosa*, nas palavras de Schwartz, e também *maquinica*, nas de Deleuze e Guattari. Essa nossa constatação, que faz menos concluir este estudo e mais abrir novas possibilidades para futuras intervenções, convoca diferentes campos da saúde pública para a instituição de práticas ético-estético-políticas que considerem que toda atividade de trabalho é muito mais do que uma mera luta pela sobrevivência. É afirmação da vida, apresentada em toda a sua potência de recriação de mundos possíveis. E esses conhecimentos produzidos podem, astuciosamente, impactar as políticas públicas para a juventude.

---

<sup>i</sup> Tomamos a noção de *dispositivo* aqui como a proposta por Benevides, 1997, que a toma emprestada da obra de Michael Foucault. Segundo a definição da autora, são máquinas que contêm disposição para fazer ver e falar, compostas por linhas de força que produzem sentidos datados historicamente. “*Pensar dispositivos é pensar efeitos, é se aliar à ação/criação, é montar situações que articulem elementos heterogêneos acionando modos de funcionamento que produzirão certos efeitos.*”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Findamos aqui esse processo de produção de conhecimento, no qual foram forjados os caminhos metodológicos para cartografar *dramáticas do uso de si de jovens mães trabalhadoras*. O desafio que nos resta agora é poder aproveitar as pistas que foram encontradas no processo para ampliar o campo de ação da saúde pública, com especial atenção para o campo da saúde do trabalhador, como pontuamos no Capítulo 1. Vale ressaltar – como já citamos ao longo desta tese – que alguns conceitos que conformam o sentido de saúde utilizado por Georges Canguilhem (2000) nos ajudaram a fazer as conexões necessárias entre saúde e *trabalho precoce feminino*. Seguindo as pistas dadas pelo referido autor, definimos saúde como as possibilidades que um sujeito experimenta de adoecer e ser capaz de superar esse sofrimento. Saúde não é pensada como a ausência de doença ou como a probabilidade de um sujeito nunca estar exposto a alguma adversidade do meio; pelo contrário, saúde é pensada como a margem de tolerância ou segurança que o *corpo subjetivo* vivenciará para criar novas formas de enfrentamento dos desafios impostos pelas *infidelidades do meio*. Quanto maior for sua capacidade de enfrentamento, mais “saudável” o sujeito será. E o *corpo subjetivo* não se utiliza apenas de conceitos científicos para ampliar sua margem de tolerância; ele também efetua uma *análise vulgar*, isto é, baseada em sua experiência de vida e – diríamos aqui – de trabalho também. Assim, ele não precisa ser tutelado pela ciência para se “curar”; o que ele necessita, em última instância, é que seu saber *vulgar* seja considerado tão fundamental quanto o saber científico, na sua luta pela vida.

Desse modo, o conceito de saúde que utilizamos aqui engloba as diversidades do meio inerentes às experiências de vida e trabalho, esquivando-se, a todo custo, de classificar o que é normal ou patológico e evitando igualmente definir, *a priori*, o que é “bem-estar”. Adotamos esse conceito por acreditarmos que a supervalorização da homogeneização do que é *viver saudável* e do que é *normalidade* condena à exclusão todo aquele que fugir à regra imposta de que ter saúde é estar livre de qualquer desafio imposto pelo meio. Nesse sentido, a fronteira entre o normal e o patológico só pode ser determinada pelo sujeito que sofre e reconhece suas dificuldades para enfrentar as infidelidades do meio. E tal sujeito é

produzido por modos de subjetivação heterogêneos que precisam ser colocados em análise para ampliar o poder de ação em cada situação desafiante.

Para estarmos em sintonia com o sentido de saúde ensinado por Canguilhem, recorreremos aos conceitos de *subjetividade produzida* e de *corpo-si*, que se tornaram os recursos teóricos singulares para compreendermos as margens de tolerância vivenciadas pelas jovens mães trabalhadoras. Isso se deve ao fato de que os dois conceitos levam em consideração o nível micro<sup>i</sup> – ou seja, *vulgar* – de se enfrentar as adversidades do meio, assim como sua indissociabilidade do nível macro<sup>ii</sup>. Como demonstramos até então, essa escolha teórica, que não dicotomiza singular e coletivo nas análises dos acontecimentos psicossociais, deu-nos a pedra angular para relacionarmos as experiências das jovens com suas estratégias para se manterem saudáveis. Desse percurso herdamos cinco pistas-resultados que pensamos ser de suma importância para as análises das questões de saúde:

(1) Constatamos que, entre mulheres jovens, moradoras de espaços populares e com história de gravidez na adolescência, a discussão da composição saúde e trabalho não aparece de forma espontânea, necessitando uma metodologia de intervenção que produza linguagem sobre o trabalho que elas executam e seus efeitos sobre a saúde. Ao final da intervenção, conseguimos notar *atividades de trabalho* onde elas pareciam não existir e, assim, cartografamos o trabalho em insuspeitáveis territórios. Para isso, foi necessário tanto ampliar nossa noção de trabalho e perceber seu caráter enigmático quanto considerar que existem modos sexuados de viver e trabalhar.

(2) Observamos que a constituição do grupo “A Favor Delas”, que acontece durante o processo da pesquisa-intervenção, propiciou o desvendamento do caráter coletivo do trabalho das jovens mães e a importância dessa coletividade para o enfrentamento dos mais diversos desafios experimentados por elas. Começamos a cartografar, então, as *Entidades Coletivas Relativamente Pertinentes* em meios não tradicionalmente pensados como ambientes de trabalho. Ao ampliarmos o conceito de ECRP para esses novos territórios, percebemos que o *trabalho precoce feminino* acontece em rede com outras mulheres, no âmbito doméstico e produtivo, desde muito cedo na vida das meninas de classe popular, mas não se configura como um coletivo único e constante, mas sim como uma lógica de trabalho, sucessivamente plural, mas sempre relativamente pertinente.

(3) Verificamos que o real da atividade de trabalho de mulheres jovens, chefes de família, impõe uma jornada de trabalho ampliada que lhes dificulta o acesso à educação formal e a cursos de qualificação profissional. Ao mesmo tempo, propicia o aprendizado de uma série de habilidades e *um agir em competência* que ainda não gozam de reconhecimento social, embora sejam extremamente úteis para o atual mercado de trabalho. O reconhecimento desse *patrimônio* acumulado informalmente deve estar na base de qualquer iniciativa que busque oportunizar trabalho digno para as classes populares. Não somente as jovens, mas também os meninos devem ter seu *patrimônio* inventariado e considerado como potência de trabalho para, assim, poderem *agir em competência*.

(4) Identificamos a premência do trabalho imaterial (manipulação do afeto nas atividades de cuidar e atender as pessoas) para as mulheres pobres tanto nas atividades de reprodução social como nas atividades ligadas ao trabalho desqualificado, típico da trabalhadora jovem das camadas populares. Abrimos, assim, a possibilidade de ampliar a noção de trabalho imaterial para além daquele relacionado apenas às atividades intelectualizadas. Essa ampliação pode ser o marco conceitual para entendermos um trabalho tão difícil de mensurar, ou seja, cuidar das pessoas e fazer a reprodução social.

(5) Notamos que a reprodução tem um valor singular para jovens moradoras de espaços populares e remete para a possibilidade de planejar e investir no futuro. Diante da certeza de que o adiamento da reprodução não implicará necessariamente em mobilidade social, mulheres jovens fazem uso da maternidade como forma de conquista de autonomia e direcionamento da vida adulta. Neste sentido, o ritual reprodutivo muito se assemelha ao processo de reconhecimento social forjado pela possibilidade de trabalho produtivo digno e executado como profissão.

(6) Observamos que os processos de *impedimento das atividades de trabalho*, causados pela falta de reconhecimento social das habilidades aprendidas no âmbito doméstico, são fonte de sofrimento, pois estão associados a uma margem de manobra restrita que dificulta os processos de *re-singularização* das experiências de trabalho. O sofrimento advém mais daquilo que não pode ser desenvolvido do que das dificuldades inerentes a uma atividade de trabalho.

Essas pistas-resultados foram desenvolvidas a partir da construção de um caminho metodológico que deu visibilidade a alguns dos possíveis efeitos do *trabalho precoce feminino* sobre jovens mães moradoras de espaços populares. Esse caminho, como preconiza o campo da saúde do trabalhador no Brasil (Mendes e Dias, 1991), teve como co-autoras as próprias trabalhadoras. As jovens aceitaram os desafios de desvendar alguns dos enigmas do trabalho das mulheres no Brasil e no mundo, tendo, a nosso ver, de ultrapassar o maior de todos esses desafios: aquele dos discursos produzidos que nos dizem, a todo o momento, que tudo que não é generalizável, massificável, homogeneizável, serializável e adaptado à máquina hegemônica de produção de *modos de subjetivação* simplesmente não existe. Desafio de desconfiar do que já está estruturado e afirmar a diferença como positividade. *Normas antecedentes* foram postas em análise, *atividades de trabalho* foram *re-singularizadas*, consideramos tanto o nível molar, como o molecular dos processos de produção de subjetividade experimentados pelas jovens mães trabalhadoras. Consideramos todos os ingredientes de um agir em competência. Cartografamos algumas linhas de fuga dos territórios existenciais obsoletos e cristalizados.

Cabe ressaltar que, a partir do encontro que tivemos com essas jovens e suas *dramáticas do uso de si*, tão abarrotadas de constrangimentos sociais e carências materiais, poderíamos ter produzido uma tese-denúncia, que determinasse como as jovens estão sendo excluídas socialmente e podadas de todas as suas capacidades e habilidades para servir ao mercado de trabalho. Uma produção assim nos levaria a mapear os *fatores de riscos* à saúde aos quais elas estão expostas e as condições de extrema exploração a que estão submetidas. Mas essa maneira de teorizar sobre o trabalho era o prescrito, e nós resolvemos retrabalhar explicitamente. Re-singularizamos nossa causa pela erradicação do trabalho infantil e pela proteção do trabalhador adolescente e jovem, e assim produzimos um instrumento de ação que propiciou a geração dessas pistas-resultados que dão visibilidade à potência de trabalho das jovens.

Tivemos o intuito de colaborar para a potencialização do *agir em competência* da juventude brasileira, mesmo aquela imersa numa realidade perversa de precarização do trabalho, que chamamos aqui de *trabalho precoce feminino*. Potencialização que se deu a partir do momento em que as consideramos trabalhadoras e recuperamos em suas histórias de vida o

devir métiis de cada uma delas. Não buscamos categorias acabadas, e sim o processo de *experimentação de si* tão pertinente à juventude e tão produtor de um patrimônio sobre a arte de fazer. Claro que muitas vezes duvidamos se daríamos conta ou não de desvendar esse enigma, mas, então, procuramos nos lembrar de que estávamos cartografando processos de invenções de mundos e de si – e assim o enigma não estaria em algum lugar pré-determinado, pronto e escondido, só esperando que o descobríssemos.

Para a saúde pública aproveitar essas pistas-resultados, precisará ampliar o conceito hegemônico de trabalho e colocar para dialogar diferentes campos de intervenção – como, por exemplo, a saúde do trabalhador, a saúde da criança, a saúde do adolescente e jovem, a saúde da mulher e a saúde mental – e precisará fazer a análise transversal que anunciamos no Capítulo 1. Uma análise com esses atributos ajudará a, entre outras coisas, dar visibilidade aos mais diferentes aspectos do trabalho na juventude e impactar de forma concreta a elaboração de políticas públicas de saúde mais sintonizadas com o real da atividade dos jovens trabalhadores, reconhecendo, assim, seus enfrentamentos cotidianos de conquista de uma vida saudável. Esse reconhecimento – não apenas dos sofrimentos relacionados ao trabalho precoce, mas também da imensa capacidade de gerir o trabalho e os *usos de si* – dará visibilidade ao patrimônio dessa juventude e contribuirá igualmente, de forma decisiva, para a construção de dispositivos que ampliem as possibilidades de arbitragem dos jovens, viabilizando, assim, o desenvolvimento de suas atividades. Mas só o faremos se tivermos a astúcia, o métiis, de continuar cartografando o trabalho em insuspeitáveis territórios.

---

<sup>i</sup> No caso da teoria da produção de subjetividade, seria o nível molecular e, na Ergologia, o Registro Dois das singularidades históricas, como descrevemos no Capítulo 2.

<sup>ii</sup> No caso da teoria da produção de subjetividade, seria o nível molar e, na Ergologia, o Registro Um das normas antecedentes, como descrevemos no Capítulo 2.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Aquino EM, Heilborn ML, et al 2003. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. *Caderno de Saúde Pública* 19 (Sup. 2):S377-S388.
2. Alberto MFP 2002. A Dimensão Subjetiva do Trabalho Precoce de Meninos e Meninas em Condição de Rua em João Pessoa-Paraíba. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 292 pp.
3. Alberto MFP, Wanderley JCV, Macedo MB 2004. A vida da batalha e a batalha da vida dos trabalhadores e trabalhadoras precoces em condição de rua, 213-236. *In* A Araújo, et al (org) *Cenários do Trabalho: subjetividade, movimento e enigma*. Editora DP&A, Rio de Janeiro.
4. Antunes R 1995. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. Editora Cortez, São Paulo, 155 pp.
5. Antunes R 1999. Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo Editorial, São Paulo, 258 pp.
6. Áries P 1981. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 279 pp.
7. Asmus CIRF 2001. Análise do Processo Produtivo em Mineração de Diamante e suas Repercussões para a Saúde dos Adolescentes. Tese de Doutorado. Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 164 pp.
8. Badinter E 1985. *Um Amor Conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 187 pp.
9. Bakhtin M 1998. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 196 pp.
10. Baremblytt G 1992. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 204 pp.
11. Barker SL 1994. Os Disfarçados: um estudo sobre a produção de subjetividade juvenil em uma comunidade urbana carioca. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 87 pp.
12. Barros MEB & Lima RRG 2001. Estruturalismos e Regimes de signos, 109-143. *In* LD Machado, et al (org). *Texturas em psicologia: subjetividade e política no contemporâneo*. Editora Casa do Psicólogo, São Paulo.

13. Becker HS 1993. Método de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec, 178 pp.
14. Bessis S 1996. La féminisation de la pauvreté, 49-57. In J Basilliat. Femmes du sud, chefs de famille. Éditions Karthala, Paris.
15. Boutet J 1993. Atividade de linguagem e atividade de trabalho. Education Permanente, n 116, pp. 108 a 117.
16. Brasil 1996. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação da Saúde da Criança e do Adolescente. Programa de Saúde do Adolescente. Bases Programáticas. 2ª Edição. Brasília; Ministério da Saúde, pp.32.
17. Brito JC 1999. Saúde, Trabalho e modos sexuados de viver. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 179 pp.
18. Brito JC 2000. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. Cadernos de Saúde Pública 16 (1), 195-204.
19. Brito JC 2004. Saúde do Trabalhador: reflexões a partir da abordagem ergológica, 91-114. In M Figueiredo, et al (org.). Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Editora DP&A, Rio de Janeiro.
20. Bruschini C 2000. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95), 13-58. In MIB Rocha (org). Trabalho e Gênero, Mudanças, Permanências e Desafios. Ed. 34, São Paulo.
21. Bruschini C & Lombardi MR 2003. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990, 323-356. In M Muruani & H Hirata (org). As fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. Ed. Senac, São Paulo.
22. Cabral CS 2003. Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. Cadernos de Saúde Pública 19 (sup. 2): S283-S292.
23. Calazans GJ 2000. O Discurso acadêmico sobre a gravidez na adolescência: uma abordagem ideológica? Dissertação de Mestrado. Programa de Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 326 pp.
24. Canguilhem G. 2000. O normal e o patológico. 5ª edição, Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro, 307 pp.
25. Certeau M. 1982. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 320 pp.

26. Certeau M. 1994. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes, 351 pp.
27. Clifford J. & Marcus G. E. (edt) 1986. *Writing Cultura: The Poetics and Politics of Ethnography*. California: University of California, 512 pp.
28. Clot Y 1999a. *La Fonction psychologique du travail*. Presses Univerditaires de France, Paris, 243 pp.
29. Clot Y 1999b. I. Oddone: les instruments de l'action. *Territoires du travail* n° 3, Avril.
30. Clot Y 2001. *Clinique du travail, clinique du réel*. *Lê journal des psychologues*, mars n° 185 pp 48-51.
31. Combes D & Haicault M 1987. *Produção e reprodução. Relações de sexo e de classe*, 23-43. In Kartchevsky-Bulport, et al *O Sexo do Trabalho*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
32. Costa MV 2002. *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. Editora DP&A, Rio de Janeiro, 159pp.
33. Daniellou M 1998. *El análisis del trabajo: critérios de salud, critérios de eficacia económica*. *Ergonomía: conceptos y métodos*, pp 197 -210. Madri: Editorial Complutense.
34. Dejours C 1994. *Itinerário Teórico em Psicopatologia do Trabalho*, 119-144. In C Dejours, et al. *Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*, São Paulo: Atlas.
35. Dejours C 1999. *A Banalização da Injustiça Social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 158 pp.
36. Dejours C. s/d. *Contribuições da Clínica e da Psicopatologia do Trabalho para a Definição de Trabalho*. In Séminaire "Culture, Travail e Technique", *L'homme dans le travail, le travail dans la société*, *Les Cahiers du Mirs/Actes du Sém*. Centre de Recherche sur les Mutations Industrielles et les Rapports Sociaux.
37. Dejours C. 2004. *A metodologia em psicopatologia do trabalho*, 105-125. In S Lancman & L I Sznelwar (orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15.
38. Deleuze G & Guattari F 1987. *A Thousand Plateaus: capitalism & schizophrenia*. University of Minnesota Press, Minneapolis, London, 610 pp.
39. Deleuze G & Foucault M 1989. *Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze*. In M Foucault. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 295 pp.

40. Doumit el Khoury A 1996. Lês femmes chefs de famille: état de la recherche et réflexions méthodologiques, 13-47. In J Basilliat. Femmes du sud, chefs de familia. Éditions Karthala, Paris.
41. Faita D 2003. A linguagem como atividade. In Trabalho e Ergologia : conversas sobre a atividade humana (Durrive & Schwartz, orgs). Tradução do original Travail et Ergologie : entretiens sur l'activité humaine, Octarès Éditions, Toulouse. 243 pp.
42. Figueiredo M & Athayde M 2004. Coletivos de trabalho e componentes subjetivos de confiabilidade em sistemas sociotécnicos complexos: considerações a partir da situação de trabalho em mergulho profundo na Bacia de Campos/RJ, 241-275. . In M Figueiredo, et al (org.). Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Editora DP&A, Rio de Janeiro.
43. Folbre N 1994. Who pay for the kids. Gender and the structure of constraint. New York: Routledge, 335 pp.
44. Fonseca TMG & Kirst PG 2003. Cartografias e devires: a construção do presente. Editora UFRGS, Porto Alegre, 395 pp.
45. Foucault M 1977. Discipline and punish: the birth of the prison. Vintage Books, New York, 333 pp.
46. Gama SCN, et al 2002. Experiência de gravidez na adolescência, fatores associados e resultados perinatais entre puérperas de baixa renda. Caderno de saúde Pública, 18(1):153-161.
47. Gardel D 2003. Perspectivas históricas, 37-53. In M Muruani & H Hirata (org). As fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. Ed. Senac, São Paulo.
48. Garduño MA & Rodriguez J 1994. Salud y doble jornada: las taquilleras del sistema de transporte colectivo. El Colegio de México, México DF.
49. Geertz C. 1989. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 323 pp.
50. Giffin K 2002. Pobreza, Desigualdade e Equidade em Saúde: considerações de uma perspectiva de gênero transversal, Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18(Suplemento):103-112.
51. Gilligan C 1982. In a different voice. Psychological Theory and Women's Development. Massachusetts: Harvard University Press, 180 pp.
52. Giuliani PC 2000. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira, 640-668. . In M Del Priori (org). História das mulheres no Brasil. Editora Contexto, São Paulo.

53. Guattari F & Rolnik S 1986. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 329 pp.
54. Hardt M & Negri A 2001. *Império*. Record, Rio de Janeiro, 501 pp.
55. Harvey D 1998. *A condição pós-moderna*. Ed. Loyola, São Paulo, 349 pp.
56. Heilborn ML 2000. *Dimensões Culturais do Trabalho Infantil Feminino*. Organização Internacional do Trabalho / IPEA, Brasília, 40 pp.
57. Hirata H 1998. *Reorganisation de la production et transformations de travail: une perspective Nord/Sud*. (Disponível na Biblioteca Alternativa do Fórum Social Mundial de 2001).
58. Hirata H. 2000. *Globalização, trabalho e gênero*, 21-34. In A Jerusalinsk et al. *O Valor Simbólico do Trabalho e o Sujeito Contemporâneo*. Artes e Ofícios, Porto Alegre.
59. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2000. *Dados Preliminares do Censo de 2000*. IBGE, Rio de Janeiro.
60. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2003. *Trabalho infantil 2001/IBGE*, Departamento de Emprego e Rendimento. IBGE, Rio de Janeiro.
61. Katz RA 1999. *Adolescentes e maternidade: um destino, um problema, uma escolha?* Dissertação de Mestrado. Instituto Fernandes Figueira. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 149 pp.
62. Kergoat D 1987. *Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação*, 79-93. In Kartchevsky-Bulport et al. *O Sexo do Trabalho*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
63. Koninck M & Malenfant R. *Les impacts de la maternité sur la trajectoire professionnelle de jeunes femmes occupant des emplois précaires dans des secteurs d'activités non protégés*. III Colloque International des Recherches Féministes Francophones "Ruptures, Résistances et Utopies". Equipe Simone-SAGESSE, Université de Toulouse-Le Mirail, Toulouse.
64. Laurell AC 2000. *Globalización y Reforma del Estado*, 35- 59. In AM Costa et al. *Saúde, Equidade e Gênero: um desafio para as políticas públicas*. Editora UnB, Brasília.
65. Lavinhas L 2000. *Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas*. In MIB Rocha (org). *Trabalho e Gênero, Mudanças, Permanências e Desafios*. Ed.34, São Paulo.

66. Leite IC Rodrigues RN Fonseca MC 2004. Fatores associados com o comportamento sexual e reprodutivo entre adolescentes nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. *Caderno de Saúde Pública* 20 (2): 474-481.
67. Leplat J & Hoc J 1998. Tarea y actividad en el análisis psicológico de situaciones. *Ergonomía: conceptos y métodos*. Madri: Editorial Complutense.
68. Lima SM 2002. Modos de Subjetivação na condição de Aprendiz: uma análise de perspectivas educativas no âmbito do trabalho, da arte e da saúde. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 161 pp.
69. Lima MEA 1998. Psicopatologia do trabalho. *Psicologia, ciência e profissão*, 18 (2), 10-15.
70. Meira AMG 2000. Quando o trabalho da Criança é o Brincar, 162-171. In A Jerusalinsk et al. *O Valor Simbólico do Trabalho e o Sujeito Contemporâneo*. Artes e Ofícios, Porto Alegre.
71. Mendes R & Dias EC 1991. Da medicina do trabalho á saúde do trabalhador. *Revista de Saúde Pública* 25(5): 341-49.
72. Mensch BS, et al 1998. The uncharted passage. Girl's adolescence in the developing world. New York: Population Council, 115 pp.
73. Messing K 1990. "As diferenças biológicas entre os homens e as mulheres justificam a existência de guetos de emprego?" Texto publicado pela revista *Les Cahiers du Socialisme*, n. 7, Canadá. Tradução: CNQMT/CUT, maio de 1990.
74. Messing K 2000. Compreender o trabalho das mulheres para o transformar. DEPP/CIDES, Lisboa, 299 pp.
75. Minayo-Gomez C & Thedim-Costa SMF 1997. A construção do campo da Saúde do Trabalhador: percurso e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública* 13(Supl. 2): 21-32.
76. Minayo-Gomez C & Thedim-Costa SMF 1999. Precarização do Trabalho e Desproteção Social: Desafios para a Saúde Coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva* 4 (2): 411-421.
77. Miranda LL 2000. Subjetividade: a (des)construção de um conceito, 29-46. In S Jobim e Souza (org) *Subjetividade em questão*. Editora 7 Letras, Rio de Janeiro.
78. Montmollin M 1998. Ergonomias. *Ergonomía: conceptos y métodos*, pp 69 -78. Madri: Editorial Complutense.
79. Naffah Neto A 1985. O inconsciente: um estudo crítico. Editora Ática, São Paulo, 63 pp.

80. Nesa 2001. Estudo Epidemiológico da Comunidade do Complexo do Morro do Macaco. Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente/UERJ, pp 108.
81. Neves MA 1988. *Divisão sexual do trabalho e relações de gênero: anotações sobre o tema*. Águas de São Pedro: Anpocs. GT Mulher e Política.
82. Nobre LCC 2003. Trabalho de crianças e adolescentes: os desafios da intersectorialidade e o papel do Sistema Único de Saúde. *Ciência de Saúde Coletiva*, 8 (4): 963-971.
83. Offe C 1989. Trabalho como categoria Sociológica Fundamental?. In *Trabalho e Sociedade* (v.1). Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
84. Oliveira EM 1999. A mulher a sexualidade e o trabalho. CUT, São Paulo, 158 pp.
85. Osório da Silva C 2002. Vida de hospital: a produção de uma metodologia para o desenvolvimento da saúde do profissional de saúde. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 128 pp.
86. Pantoja ALN 2003. “Ser alguém na vida”: uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(Sup. 2):S335-S343.
87. Pezé M 1997. Les Troubles Múscule-squelettiques: Pathologies de l’usure pulsionnelle? I Colóquio Internacional de Psicodinâmica e Psicopatologia do Trabalho, Paris.
88. Rago M 2000. Trabalho feminino e sexualidade, 578-606. In M Del Priori (org). *História das mulheres no Brasil*. Editora Contexto, São Paulo.
89. Rangel O & Sorrentino S. 1994. Gênero: conceito histórico. *Princípios*, (maio,junho,julho): 47- 51, Rio de Janeiro.
90. Raymundo CM 2002. O Trabalho Infanto-juvenil em Lixões: expressão cruel das contradições da modernidade Brasileira. A experiência de Itaoca/São Gonçalo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 246 p.
91. Ribeiro ERO, et al 2000. Comparação entre duas coortes de mães adolescentes em municípios do Sudeste do Brasil. *Revista Saúde Pública*, 34 (2): 136-42.
92. Rizzini I 2000. Pequenos trabalhadores do Brasil, 377-406. In M Del Priori (org). *Histórias das Crianças no Brasil*. Editora Contexto, São Paulo.
93. Rocha ML 2002. Contexto do adolescente, 25-32. In MLJ Contini, et al (org). *Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas*. Conselho Federal de Psicologia, Brasília.

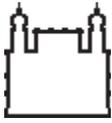
94. Rocha ML & Aguiar KF 2003. Pesquisa-intervenção e a Produção de Novas Análises. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília – CFP, v. 2003, nº 4, p.24-33.
95. Rodrigues HBC, Sá Leitão MB, Barros RDB (org) 1992. *Grupos e Instituições em Análise*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 251 pp.
96. Rodrigues HBC 1992. *Psicanálise e Análise Institucional*, 42-55. In Rodrigues HBC, Sá Leitão MB, Barros RDB (org). *Grupos e Instituições em Análise*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.
97. Rodrigues HBC & Sousa VLB 1991. *A Análise Institucional e a Profissionalização do Psicólogo*, 27-65 p. In VR Kamkhagi & O Saidon (org), *Análise Institucional no Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Roda dos Tempos.
98. Rolnik S 1989. *Cartografia Sentimental*. São Paulo: Estação Liberdade, 304 pp.
99. Santos SR & Schor N 2003. *Vivências da maternidade na adolescência precoce*. *Revista de Saúde Pública* 37(1):15-23.
100. Segnini L 2001. *Relações de gênero e racionalização do trabalho em serviços de atendimento a distância*, pp. 152-181. In Salerno (org) *Relação de Serviço: produção e avaliação*. Editora SENAC, São Paulo.
101. Schwartz Y 2000. *A Comunidade Científica Ampliada e o Regime de Produção de Saberes*. *Trabalho e Educação*. *Revista do NETE*, jul/dez, n 7, pp. 38-46.
102. Schwartz Y 2003a. *O trabalho e a Ergologia*. In *Trabalho e Ergologia : conversas sobre a atividade humana* (Durrive & Schwartz, orgs). Tradução do original *Travail et Ergologie : entretiens sur l'activité humaine*, Octarès Éditions, Toulouse. 243 pp
103. Schwartz Y 2003b. *Técnicas e Competências*. In *Trabalho e Ergologia : conversas sobre a atividade humana* (Durrive & Schwartz, orgs). Tradução do original *Travail et Ergologie : entretiens sur l'activité humaine*, Octarès Éditions, Toulouse. 243 pp
104. Schwartz Y 2003c. *O trabalho e o uso de si*. In *Trabalho e Ergologia : conversas sobre a atividade humana* (Durrive & Schwartz, orgs). Tradução do original *Travail et Ergologie : entretiens sur l'activité humaine*, Octarès Éditions, Toulouse. 243 pp
105. Schwartz Y 2003d. *A linguagem em trabalho*. In *Trabalho e Ergologia : conversas sobre a atividade humana* (Durrive & Schwartz, orgs). Tradução do original *Travail et Ergologie : entretiens sur l'activité humaine*, Octarès Éditions, Toulouse. 243 pp
106. Schwartz Y 2004. *Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industriosa*. *Trabalho, Educação e Saúde*, 2(1) : 33-55.

107. Schwartzman S 2001. Trabalho Infantil no Brasil. Organização Internacional do Trabalho, Brasília, 70 pp.
108. Schweitzer S 2003. Situar as mulheres no trabalho, 55-63. In M Muruani & H Hirata (org). As fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. Ed. Senac, São Paulo
109. Simões MFS et al 2003. Características da gravidez na adolescência em São Luiz do Maranhão. Revista de Saúde Pública 35(5) : 559-65.
110. Souza e Silva J 2003. « Por que uns e não outros ? » : caminhada de jovens pobres para a universidade. Rio de Janeiro : 7 Letras, 168 pp.
111. Souza e Silva J 2002. Um espaço em busca de seu lugar : as favelas para além dos esteriótipos. Território, territórios. PPGEU-UFF. Niteroi, EDUFF.
112. Teiger C 1998. Las representaciones funcionales en el trabajo. Ergonomía: conceptos y métodos, pp 141 - 162. Madri: Editorial Complutense.
113. Telles AL & Alvarez D 2004. Interfaces ergonomia-ergologia: uma discussão sobre o trabalho prescrito e normas antecedentes, 63-90. In M Figueiredo, et al (org.). Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Editora DP&A, Rio de Janeiro.

## **Anexo 1**

### **Roteiro da entrevista semi-estruturada**

1. Como foi para você participar do grupo?
2. Alguma coisa mudou desde então?
3. O que você achou da cartilha que a gente fez?
4. Nós definimos o grupo “A Favor Delas” como: Coletivo de mulheres jovens a procura de um ideal para mudar a vida e sustentar os filhos com dignidade”. Você acha que é isso mesmo?
5. O que é sustentar os filhos com dignidade?
6. O que você acha de ser mãe?
7. Qual a sua primeira preocupação como mãe?
8. Precisa de homem para criar um filho?
9. O que você espera para o seu filho daqui por diante?
10. Você se considera uma trabalhadora?
11. O que você entende por trabalho?
12. Como você sente quando trabalha?
13. Qual a pior parte do trabalho?
14. Qual a melhor parte do trabalho, fora o dinheiro?
15. O que você usa de você quando trabalha?
16. Lá no Pau da Bandeira, as mulheres jovens que não engravidam na adolescência têm um trabalho melhor do que as que engravidam?



**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ**  
**Escola Nacional de Saúde Pública**  
**Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP**

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Você está sendo convidada para participar da pesquisa “Quem mandou engravidar?” Juventude, reprodução e trabalho. Você foi selecionada por estar participando do Grupo de Mães do Espaço Cultural Atitude do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente-UERJ e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com o Centro Cultural.

O objetivo deste estudo é o de entender a relação entre o acontecimento da maternidade na juventude e a necessidade de trabalhar ao mesmo tempo e como esta relação afeta a vida das mulheres. Sua participação nesta pesquisa consistirá em dar sua opinião sobre os temas discutidos no grupo de pesquisa. Este grupo terá duração de seis meses e durante este tempo também estaremos produzindo uma cartilha para difundir o conhecimento produzido por este grupo para outras mulheres jovens que estejam experimentando situações semelhantes de vida e trabalho.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação pois nos relatos do grupo e na cartilha serão usados nomes fictícios para cada participante do grupo.

Ao participar deste grupo você poderá correr o risco de ter que discutir temas que lhe mobilizam emocionalmente ou ter que recordar-se de acontecimentos que não lhe agradam. A sua participação neste grupo ajudará para um melhor entendimento da trajetória de vida de mulheres jovens que trabalham e são mães, o que poderá lhe ajudar a refletir sobre sua própria história de vida, assim como, com a cartilha, ajudará outras mulheres jovens a refletir sobre as delas.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento

Pesquisadora: Suyanna Linhales Barker

Av: 28 de Setembro, 109 fundos, Vila Isabel, Rio de Janeiro

Tel: 2264-2082

Declaro que entendi os objetivos da minha participação na pesquisa e concordo em participar.

---

Sujeito da pesquisa

### **Anexo 3**

#### **CARTILHA ELABORADA PELO GRUPO DE PESQUISA -INTERVENÇÃO**

**Título da cartinha :** E agora? O que é que eu faço?

**Enredo da história:** Mulher jovem, que acaba de se separar do companheiro, tem de pensar em como sustentar seus filhos sozinha.

**Personagens:** Um grupo de seis amigas, com idade entre 17 e 24 anos, moradoras de uma comunidade urbana carioca.

**Características das personagens:**

**OLÍVIA:** 17 anos, extrovertida, baixinha, gatinha, muda a cor do cabelo todo o tempo, não gosta de ler, branca, signo de Capricórnio, gosta de comer bobagem, tem um filho de um ano e meio. Trabalha em casa e vive com o pai do menino. Não concluiu o Ensino Fundamental.

**GLACEKELE:** 24 anos, só faz o que quer, teimosa, a mais experiente, gosta de se apaixonar, magrinha, está sempre de brinco, negra, alegre, amiga de todos, signo de Áries. Sustenta-se fazendo bico de manicure e entregando panfletos na rua. Tem três filhos que vivem com ela; com 16 anos, teve a primeira filha. Não concluiu o Ensino Médio.

**STEFANI:** 18 anos, nervosa, palhaça, responsável, ciumenta, mãezona, sorriso lindo, sempre preocupada com o cabelo, negra, signo de Gêmeos. Tem uma filha de 2 anos; vive com o pai da menina e, juntos, têm um trailer de sanduíches. Não concluiu o Ensino Fundamental.

**ANDREZA:** 20 anos, vaidosa, gosta de defender os oprimidos. Sempre revoltada, quer mudar tudo. Tem vontade de sair de onde mora. Vive na casa dos pais. Trabalha de carteira assinada como auxiliar de serviços gerais. Mãe de um menino de 3 anos, quer tirar o nome do pai da criança da certidão, pois acha que ele não merece ser o pai. Negra, signo de Escorpião, alta e bonita, já tentou ser modelo, mas não deu. Concluiu o Ensino Médio, mas não entrou na faculdade por ter de sustentar o filho.

**MARIA:** 20 anos, está grávida pela primeira vez, chora à toa, reclama de tudo, quer “eliminar” o companheiro, a quem responsabiliza pela gravidez. Calma, mas sabe brigar

quando é preciso. Sente falta do trabalho de caixa de restaurante. Alta, gordinha por causa da gravidez, signo de Aquário. Não concluiu o Ensino Médio.

IZABELI: 19 anos, do tipo gostosa, tem sempre a barriga de fora, morre de calor, voz rouca, não gosta de ficar sem dinheiro, superbrigona, brava mesmo. Mãe de um menino de 2 anos, superprotetora. Perdeu o emprego de mensageira, pois tinha de cuidar do filho e da avó, com quem mora. Vive de uma pensão que seu pai deixou. Gosta de forró, é do signo de Gêmeos. Morena bombom. Não concluiu o Ensino Médio.

## **CENA 1**

**Cenário:** O grupo de amigas se encontra no trailer da Stefani e começa a falar mal dos companheiros.

### **Diálogo:**

Glancekele: “Me separei. Queria liberdade. Estava cansada de sofrer e ser humilhada. Em mim ele não encosta mais a mão.”

Maria: “Fala baixo que tem gente dele escutando.”

Izabeli (levanta a blusa, como se estivesse com calor na barriga): “Daqui a pouco está casando de novo...”

Andreza: “Está certa, tem mais é que se separar! Não tem que ficar sofrendo, não! Mete o pé no balde e vai em frente!”

Stefani (entrega um sanduíche e diz): “Eu não acredito nesta separação. Só quero ver se ela vai se segurar. Se voltar, não tem vergonha na cara.”

Olívia: “Como você vai se virar para sustentar seus filhos?”

## **CENA 2**

**Cenário:** Quatro das jovens conversam sobre o problema da Glancekele na padaria e lembram de suas trajetórias de vida como mães. Ao fundo, Glancekele entrega panfletos no sinal.

### **Diálogo:**

Maria: “A história da Glancekele, sozinha e com filho para criar, me fez pensar em como vou criar o meu filho quando ele nascer...”

Stefani: “Quando fiquei sabendo que estava grávida, eu festejei, mas depois me desesperei, pois a família do pai da minha filha me odiava e dizia que o filho não era dele. Ainda bem que agora tudo passou. Estamos juntos, e a família dele até ajudou a gente a montar nosso próprio negócio.”

Olívia: “Eu também me desesperei. Eu não trabalhava, nem o pai dele. A gente vivia de favor. Ainda bem que, depois, ele conseguiu trabalho em uma obra.”

Izabeli: “O que eu não sabia, quando estava grávida, era que meu filho ia nascer, e eu ia ficar sem o pai dele; ia conseguir trabalho, mas ia ser mandada embora, pois meu filho adoeceu e tive que ficar com ele no hospital.”

### **CENA 3**

**Cenário:** Glacekele está no Centro de Atendimento do Trabalhador da comunidade, onde vai pedir um microcrédito para abrir um salão de beleza, e encontra suas amigas.

#### **Diálogo:**

Izabeli: “O que você está fazendo aqui uma hora dessas? Já levou o menino para a creche? A gente está voltando de lá agora.”

Glacekele: “Eu tive que vir aqui logo cedo. Minha irmã foi levar ele. Vim procurar um dinheiro para abrir um salão de beleza na laje da casa da minha mãe. Você continua no seu trabalho, Andreza?”

Andreza: “Continuo... Mas é muito estressante, muito monótono. Faço todo dia a mesma coisa. O trabalho parece fácil, mas saio de lá um bagaço todo dia. E você, Izabeli, vai ficar sem fazer nada para sempre?”

Izabeli: “Depois que perdi meu emprego, fiquei desanimada. Quem vai querer dar trabalho para uma mãe com filho pequeno, que toda hora precisa de alguma coisa?”

### **CENA 4**

**Cenário:** Maria e Stefani estão na fila do Posto de Saúde – uma para consulta de pré-natal, outra para vacinar a filha.

**Diálogo:**

Maria: “Estou sentindo uma falta de trabalhar... Desde que engravidei, não consegui mais trabalho. Tinha que ter trabalho para grávida... Estou cansada de ficar em casa olhando para as paredes.”

Stefani: “Eu estou diferente. Desde que comecei a trabalhar no trailer, tenho sentido falta de ficar em casa com a minha filha. Estou sempre cansada e sem tempo para mim.”

**CENA 5**

**Cenário:** As seis amigas fazendo curso de informática num centro comunitário da favela.

**Diálogo:**

Izabeli: “Será que este curso vai servir para alguma coisa?”

Andreza: “Claro que serve! Trabalho de carteira assinada, hoje em dia, só sabendo computação.”

Olívia: “Para que serve carteira assinada?”

Stefani: “Serve para você ir às Casas Bahia e tirar seu primeiro armário num crediário.”  
(*risos*)

Glancekele: “Serve para garantir seus direitos e pegar os benefícios do governo.”

Maria: “Se eu estivesse trabalhando de carteira assinada, não seria demitida e teria licença-maternidade.”

**CENA 6**

**Cenário:** Todas as amigas novamente no trailer.

**Diálogo:**

Olívia: “Todo mundo acha que a gente não faz nada quando está em casa cuidando do filho.”

Glancekele: “Eu é que sei. Cuido dos meus filhos, dos filhos menores da minha mãe, e minha irmã de 13 anos está grávida. Não é moleza, não. São sete crianças e uma grávida...”

Stefani: “Em casa, a gente tem que lavar a roupa, fazer comida, dar banho, trocar fralda, levar no médico, vacinar, levar na escola, fazer compra, arrumar a casa e se cuidar para não ganhar um chifre.”

Izabeli: “Quando a gente é mãe, não pode trabalhar sossegada, pois o filho chama a gente o tempo todo. A gente tem que se preocupar com o horário das coisas. Tudo passa a ter hora.”

Andreza: “A vantagem é que, trabalhando fora de casa, a gente tem dinheiro para comprar coisas para o nosso filho, mas o trabalho é dobrado.”

Maria: “Assim que meu filho nascer, vou ter um ideal, um objetivo na vida. Estou cheia de esperança para ele. Acho que vai ser bom...”

**FIM**

Cartilha elaborada pelo grupo “A Favor Delas” – Coletivo de mulheres jovens à procura de um ideal para mudar a vida e sustentar seus filhos com dignidade. (Segundo semestre de 2003)